

**A panaceia econômico-solidária: uma
sistematização dos discursos apologéticos e
críticos da economia solidária no Brasil**

André Moulin Dardengo

**Dissertação de Mestrado em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Vitória
Agosto de 2013**

A panaceia econômico-solidária: uma sistematização dos discursos apologéticos e críticos da economia solidária no Brasil

André Moulin Dardengo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 08/08/2013 por:

Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini - Orientador, UFES

Prof^a. Dr^a. Silvia Neves Salazar, UFES

Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen, UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Vitória, agosto de 2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

D216p Dardengo, André Moulin, 1984-
A panaceia econômico-solidária : uma sistematização dos discursos apologéticos e críticos da economia solidária no Brasil / André Moulin Dardengo. – 2013.
146 f. : il.

Orientador: Mauricio de Souza Sabadini.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Economia solidária. 2. Cooperativismo. 3. Socialismo. 4. Socialismo utópico. 5. Solidariedade. 6. Autogestão. I. Sabadini, Mauricio de Souza, 1970-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

Aos Meus amados pais
Clovis e Neuza.
Dedico-vos este trabalho
A fim de minimamente
compensar-vos
pela minha ausência convosco.

“O essencial é invisível ao olhar”

Antoine de Saint-Exupéry

De que serve a bondade?

1

*De que serve a bondade
Quando os bondosos são logo abatidos, ou são
abatidos
Aqueles para quem foram bondosos?*

*De que serve a liberdade
Quando os livres têm que viver entre os não-livres?*

*De que serve a razão
Quando só a sem-razão arranja a comida de que
cada um precisa?*

2

*Em vez de serdes só bondosos, esforçai-vos
Por criar uma situação que torne possível a
bondade, e melhor;
A faça supérflua!*

*Em vez de serdes só livres, esforçai-vos
Por criar uma situação que a todos liberte
E também o amor da liberdade
Faça supérfluo!*

*Em vez de serdes só razoáveis, esforçai-vos
Por criar uma situação que faça da sem-razão dos
indivíduos
Um mau negócio!*

Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

Retornar à academia era um sonho que alimentava havia alguns anos. Depois de trabalhar por seis anos em um banco privado e viver as agruras do mercado de trabalho, decidi em 2010, após algumas reflexões, preparar-me para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS). Aqui farei um breve agradecimento às pessoas que contribuíram para o meu retorno à universidade e para a conclusão desse trabalho – a dissertação de mestrado. Desde já quero eximir-me de qualquer omissão, uma vez que foram muitas as pessoas que convivi nesse período.

Devo um agradecimento aos amigos do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Espírito Santo (SEEB-ES). Em 2010, quando ainda era integrante da diretoria da instituição, recebi muito incentivo para iniciar essa nova caminhada de muitos diretores, aos quais agradeço na pessoa da companheira Rita Lima.

Agradeço aos meus pais – Clóvis e Neuza –, e a minha irmã – Raquel –, que me apoiaram incondicionalmente e souberam compreender minha escolha ao decidir abandonar o emprego para retomar os estudos. Fica um imenso agradecimento também pela compreensão às minhas recorrentes ausências, provocadas por viagens acadêmicas e por atividades do PPGPS.

À minha querida Mirela um imenso obrigado pelo incentivo, pelo companheirismo e compreensão em todas as etapas de construção da dissertação. Sem sua colaboração, decerto o trabalho teria sido muito mais árduo.

Iniciado o Mestrado, encontrei velhos amigos e fiz novos amigos. Dentre os professores do programa voltei a ter aulas com alguns que foram meus professores na graduação. Destaco o Prof. Reinaldo Carcanholo, que havia sido meu Tutor, quando fiz parte do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Ciências Econômicas da UFES. No mestrado ele agora seria meu orientador. Infelizmente, não foi possível terminar o projeto que iniciamos. Reinaldo deixou-nos em junho de

2013, mas desde o fim de 2011 já estava afastado das atividades de docência para tratamento de saúde. Restou uma gratidão eterna.

Meu novo orientador, Mauricio, também era um antigo professor da época da graduação. A ele meus sinceros agradecimentos pelo acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa. Conterrâneo de Cachoeiro de Itapemirim, não foi difícil darmos continuidade ao trabalho. Sempre solícito e rígido quando necessário, acredito que tenhamos formado uma bela parceria.

Agradeço também aos demais professores do PPGPS, principalmente as professoras Maria Lúcia e Ana Targina e os professores Izildo e Jorge. Imprescindível lembrar também das secretarias do PPGPS – Adriana, Keydima, Lorena, Euzane e Anilton – sempre tão solícitos (as) para dirimir qualquer questão.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro para realização da pesquisa e ao PPGPS que possibilitou recursos para participação em congressos e seminários que colaboraram para a consecução da pesquisa.

Por ultimo, um grande agradecimento aos colegas e amigos que fiz durante essa jornada. Todos foram imprescindíveis nos debates que contribuíram para fortalecer a compreensão da realidade e para construir conhecimento crítico.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO DEBATE SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	26
2.1	CIÊNCIA <i>VERSUS</i> UTOPIA: O PRIMEIRO DEBATE.....	27
2.1.1	As raízes utópicas da economia solidária.....	27
2.1.2	Saint-Simon: um aristocrata esclarecido.....	30
2.1.3	Charles Fourier: o socialismo do prazer.....	37
2.1.4	Robert Owen: o pai do cooperativismo.....	41
2.1.5	Marx e Engels: a crítica ao utopismo e as bases do <i>socialismo científico</i>	47
2.2	OS PIONEIROS DE ROCHDALE E A DOCTRINA COOPERATIVISTA.....	54
2.3	O CAMPO SOCIALISTA E A PROBLEMÁTICA DO COOPERATIVISMO.....	58
3	ANÁLISE DA DISCUSSÃO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	69
3.1	A CONTRAPOSIÇÃO DOS ARGUMENTOS SOBRE A TEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	69
3.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	74
3.3	ECONOMIA SOLIDÁRIA E 'EMANCIPAÇÃO SOCIAL'.....	99
3.4	ECONOMIA SOLIDÁRIA, LÓGICA DE ACUMULAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL E ALTERNATIVA AO CAPITALISMO.....	109
3.5	DANDO UM PASSO A FRENTE: BUSCANDO AS RAZÕES DOS ARGUMENTOS.....	121
4	TECENDO POSSÍVEIS CONCLUSÕES.....	132
5	REFERÊNCIAS.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de EES segundo período em que tiveram início, por forma de organização (Brasil 2005 e 2007).....	77
Gráfico 2 -	Classe de remuneração média mensal nos EES, por região (Brasil 2007).....	94
Gráfico 3 -	Formas de remuneração adotadas pelos EES (Brasil 2005 e 2007).....	97
Gráfico 4 -	Direitos trabalhistas garantidos aos sócios dos EES (Brasil 2007).....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número e proporção de empreendimentos por forma de organização, segundo área de atuação (Brasil 2005 e 2007)...	79
Tabela 2 - Número de participantes em EES, segundo área de atuação e gênero (Brasil 2005 e 2007).....	80
Tabela 3 - Proporção de empreendimentos segundo motivação para sua criação, por área de atuação (Brasil 2005 e 2007).....	85
Tabela 4 - Remuneração média mensal nos EES por região (Brasil 2007).....	95

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EES – Empreendimento Econômico Solidário

EUA – Estados Unidos da América

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NEP – Nova Política Econômica

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PPGPS – Programa de Pós-graduação em Política Social

PT – Partido dos Trabalhadores

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SPD – *Sozialdemokratische Partei Deutschland* (Partido Social-democrata Alemão)

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

A pesquisa aqui desenvolvida tem por objetivo analisar os discursos teórico-conceituais pró e contra a economia solidária no que se refere à sua função na lógica de acumulação e reprodução do capital. Mediante consulta à literatura referente à economia solidária produzida no Brasil a partir de meados da década de 1990, observamos a existência de duas linhas interpretativas majoritárias: uma que enaltece e outra que critica o projeto em questão. Demonstramos que os autores que defendem a economia solidária argumentam que ela não é funcional à acumulação de capital e é até emancipatória, reproduzindo um tipo de discurso já evidenciado entre os socialistas utópicos de princípios do século XIX, pautado em traços idealistas e mesmo num materialismo vulgar. Enquanto os pensadores críticos à economia solidária, pautados em uma análise marxista rigorosa, entendem que ela não faz mais do que compor as estratégias de acumulação do capital e, da forma como tem sido aplicada, é estéril como alternativa anti-sistêmica.

Palavras-chave: Economia Solidária; Cooperativismo; Autogestão; Socialismo; Utopia.

ABSTRACT

The research developed here aims to analyze the theoretical and conceptual discourses for and against the solidarity economy in relation to its function in the logic of accumulation and reproduction of capital. By consulting the literature concerning the solidarity economy produced in Brazil since the mid-1990s, we observe the existence of two major interpretative lines: one that enhances and another that criticizes the present project. There is a demonstration that the authors who favor the solidarity economy argue that it is not functional to capital accumulation and is even emancipatory, playing a kind of discourse already evidenced between the utopian socialists of the early nineteenth century, based on idealistic traits and even a vulgar materialism. While thinkers who criticize solidarity economy, guided by a rigorous Marxist analysis, understand that it does no more than composing strategies of capital accumulation and the way it has been applied, it is sterile as an anti-systemic alternative.

Keywords: Solidarity Economy, Cooperativism, Self-Management, Socialism, Utopia.

1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o capitalismo sofreu uma série de transformações que repercutiram diretamente sobre o mundo do trabalho. Essas transformações tiveram uma amplitude internacional e, essencialmente, foram causadas por uma ampla crise estrutural do processo de acumulação de capital que, de tão profunda, se perpetua até os dias de hoje e vem apresentando riscos à sobrevivência da humanidade ao lançar legiões humanas na extrema miséria (MÉSZÁROS, 2002; MÉSZÁROS, 2011).

No final da década de 1960 verificou-se a manifestação cíclica da tendência decrescente da taxa de lucro, antevista por Marx, ainda no fim do século XIX (SABADINI; NAKATANI, 2002). A queda dos lucros agudizou-se na década seguinte, e a inflexão do *boom* do pós-guerra ganhou contornos nítidos no período de 1973-75 com a crise provocada pelo aumento do preço do petróleo, quando a economia mundial entrou num processo de recessão com elevadas taxas de inflação, fenômeno que ficou conhecido como *estagflação* (ANTUNES, 2009).

As respostas a essa crise do capital foram, primeiro, a utilização do receituário neoliberal e, segundo, a reestruturação produtiva do capital. Se por um lado, o *laissez faire, laissez passer*, o ajuste fiscal e o Estado mínimo passaram a ser o referencial ideológico da condução das ações do Estado e da política econômica, por outro lado, no que tange às empresas, ocorreu uma reconfiguração dos métodos para aumentar a apropriação da mais-valia associada a um processo contínuo de aprimoramentos tecnológicos e reorganização gerencial em que as bases tayloristas/fordistas¹, que até então orientavam o processo produtivo e a organização do trabalho, foram reformuladas (ANTUNES, 2009). Enquanto as primeiras experiências neoliberais ocorreram no Chile sob a ditadura de Pinochet e, em seguida, na Inglaterra, sob o comando de Margareth Thatcher (1979-1990), e nos Estados Unidos da América (EUA), na gestão de Ronald Reagan (1981-1989), os pilares da reestruturação produtiva foram firmados no Japão, no pós-guerra, pelo engenheiro da Toyota Taiichi Ohno (ANTUNES, 2009; BARBOSA, 2007).

¹ “[...] Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução” [...] (ANTUNES, 2009, p. 39).

Admitindo-se a lógica da luta de classes, os possuidores dos meios de produção enfrentaram seus percalços nessa nova etapa do capitalismo, rearticulando as forças produtivas e realizando uma contra-reforma do Estado (BEHRING, 2003), desmontando o Estado keynesiano dos *'anos de ouro'* e deixando a classe trabalhadora entregue à própria sorte diante da precariedade da relação salarial imposta como condição de sobrevivência do próprio sistema (ANTUNES, 2009). O *welfare state*, ou seja, as diversas políticas de proteção conquistadas historicamente pelo movimento operário, e o pacto pelo pleno-emprego passaram a ser sistematicamente atacados e os trabalhadores passaram a ingressar nas fileiras de um desemprego cada vez mais duradouro (ANTUNES, 2009; BEHRING, 2003)

Observa-se, concomitantemente a todos esses acontecimentos, o fenômeno denominado mundialização do capital², ou em outros termos, a exacerbação do processo de financeirização desregulamentada da riqueza na economia mundial, que é um dos pilares da política neoliberal. Harvey (1992) chama esse novo modelo de acumulação de *'acumulação flexível'*³, regime marcado por uma ênfase no *'empreendedorismo com papéis'* especulativos muito maior do que quando imperava o fordismo. No seu conjunto todos esses processos produziram uma verdadeira tragédia social com elevadas taxas de desemprego e precarização das relações de trabalho.

Às medidas implementadas pela política neoliberal com o intuito de reverter a queda na taxa de lucros, somaram-se acontecimentos de ordem política, social e cultural como o desmonte do regime socialista no leste europeu com sua repercussão sobre partidos e sindicatos, a crise do movimento operário e a descrença no projeto social-democrata com sua forte influência sobre a classe trabalhadora (ANTUNES, 2009),

² Chesnais em a *'A mundialização do capital'* (1994) e a *'Mundialização financeira'* (1999) caracteriza a nova etapa do capitalismo contemporâneo como um regime de acumulação predominantemente financeiro (ALVES, 1999).

³ "A *acumulação flexível*, [...], é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado *'setor de serviços'* [...]. A *acumulação flexível* parece implicar níveis relativamente altos de desemprego *'estrutural'*, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista" (HARVEY, 1992, p. 140-141).

e a difusão da perspectiva teórica pós-moderna. Todos esses elementos de ordem econômica, política, social e cultural, constituem um cenário estarrecedor. Nas palavras de Forrester (1997), colunista do jornal francês *Le Monde*, estamos diante de um verdadeiro ‘*horror econômico*’. Na verdade, trata-se também de um ‘*horror social*’ produto das mudanças econômicas elencadas.

As transformações na forma de conduzir a política econômica que ocorriam no plano internacional foram aplicadas no Brasil principalmente a partir da década de 1990, no Governo Collor, quando as propostas do Consenso de Washington⁴, impostas pelos organismos econômicos multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC) –, passaram a ser aplicadas com mais rigor. Destacam-se a abertura da economia e o início do processo de privatizações e contra-reforma do Estado⁵.

A correlação de forças no Governo Itamar Franco, torna-se mais propícia para os avanços neoliberais que se concretizam com a implantação do Plano Real – em 1994 – e a subsequente eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC). FHC alcança a estabilização monetária, contudo a política econômica que vem a reboque é recessiva, pois estabelece juros elevados para cumprir metas de inflação e atrair capitais voláteis, realiza superávit primário para amortizar os juros da dívida, congela e sobrevaloriza o câmbio beneficiando a entrada de importações e provocando a desindustrialização do parque produtivo interno. As privatizações das empresas públicas a preços irrisórios em leilões fraudulentos e a abertura inconsequente à especulação parasitária internacional⁶ completam esse conjunto catastrófico de medidas (BEHRING, 2003). Os resultados, dentre outros, foram baixas taxas de

⁴ O Consenso de Washington é um receituário de estabilização e ajuste macroeconômico voltado para os países em desenvolvimento, primeiramente, da América Latina e, posteriormente, para todos os demais países. Foi formulado em 1989 por economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América. (FIORI, 1996) As propostas foram sistematizadas pelo economista John Williamson do *International Institute for Economy* com sede em Washington. Dez pontos foram analisados : “[...] 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. Abertura ao investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual; [...] nas 10 áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco” (BATISTA, 1994, p. 18).

⁵ De acordo com Behring (2003), já existiam vestígios dessa mudança no final da década de 80, no Governo Sarney. Porém, seus efeitos mais visíveis passam a ser verificados a partir de Collor.

⁶ Sobre o assunto ver Carcanholo e Nakatani (1999).

crescimento e, conseqüentemente, de criação de postos de trabalho que impossibilitaram a geração de condições dignas de sobrevivência para um número cada vez maior de pessoas, demonstrando como a classe trabalhadora, ou a '*classe-que-vive-do-trabalho*' (ANTUNES, 2009), tornou-se mais refém das contradições inerentes à lógica capitalista.

O contemporâneo mundo do trabalho resultante das incongruências sistêmicas apontadas é caracterizado pelos altos índices de desemprego de longa duração⁷, pela deterioração das relações de trabalho com presença da subcontratação, terceirização e até quarteirização, pela desregulamentação das leis trabalhistas, pela existência de contrato de trabalho por tempo determinado, pelo aumento da informalidade, etc. (ANTUNES, 2009; FORRESTER, 1997; HARVEY, 1992).

Tal é o cenário de fundo para o ressurgimento fortalecido das ideias de um novo tipo de cooperativismo no Brasil, que propõe, a princípio, alternativas para o problema do desemprego, para depois, constituir-se e disseminar-se como um discurso pretensamente anticapitalista (SINGER, 1998; SINGER; SOUZA, 2000; SINGER, 2000; SINGER, 2002a).

Este novo cooperativismo, a economia solidária, tem raízes na organização do movimento operário no século XIX e nas obras dos socialistas utópicos (Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon, Philippe Buschez, Willian King, Louis Blanc, Proudhon, etc.) (SINGER; SOUZA, 2000). É uma espécie de adaptação contemporânea das idéias dos precursores supracitados que já no século XIX pregavam a solidariedade e a autogestão como alternativa à competição econômica.

Surgindo no Brasil, primeiramente como movimento social organizado, a economia solidária propõe uma nova racionalidade econômica, pautada em relações de cooperação em detrimento das relações competitivas. Segundo o movimento, nessa nova forma de racionalidade, o trabalhador é dono absoluto de sua força de trabalho e dos meios de produção e, em consequência, do produto de seu trabalho. A economia solidária combate a competição, que ao longo do desenvolvimento do

⁷ "Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos" (FORRESTER, 1997, 'p. 11).

capitalismo passou a ser a dinâmica intrínseca ao próprio sistema. Essa crítica à lógica competitiva ocorre, segundo Singer (2002, p. 8), pois são essas relações de competição que impulsionam a desigualdade no capitalismo onde “[...] os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras [...]”.

Com uma doutrina ideológica que se contrapõe radicalmente, segundo seus defensores, a lógica da reprodução capitalista, o surgimento de um número significativo de empreendimentos autogestionários demonstra como os trabalhadores a margem do sistema estão buscando (ou estão sendo incentivados a buscar) mecanismos para fugir de uma situação onde se encontram sem emprego ou realizando atividades informais, ultrapassando os limites da assistência social prestada pelo Estado.

Assim, como alternativa para enfrentar o desemprego, passa a ser corriqueiro o fomento à criação de cooperativas que absorvem parte do contingente de desocupados, bem como parte dos que trabalham em condições precárias e na informalidade. A ascensão dessas ideias já podem ser observadas durante os anos 80's, como reação a crise do capital e no bojo do processo de redemocratização do Brasil que culminou na consolidação de diversas organizações sociais posicionadas à esquerda, ressaltando-se o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). Não é menor, nesse ínterim, o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) da Igreja Católica e da Pastoral Operária no sentido de divulgar as novas concepções cooperativas e incentivar os trabalhadores pobres a aderirem a essa nova forma de organização. São dessas instâncias que surgem e se proliferam as ideias do novo cooperativismo, a economia solidária (BARBOSA, 2007; SINGER, 2002).

O movimento cresceu ao longo dos anos 90. Empresas falidas foram assumidas por trabalhadores, empreendimentos auto-gestionários passaram a desempenhar importante papel em muitas comunidades periféricas das grandes cidades e muitos intelectuais encamparam essa proposta e passaram a defender essa tese. Algumas prefeituras e governos estaduais, ligados ao PT principalmente, engessados pelo arcabouço neoliberal e sem uma política concreta de fomento ao crescimento

econômico que combatesse o desemprego, aderiram às propostas econômico-solidárias em suas gestões durante a década (BARBOSA, 2007). Devem-se ressaltar as experiências do Governo do Rio Grande do Sul (1999-2002) e Prefeitura de Porto Alegre – RS (1989-2002) como precursores na implantação dessas iniciativas como política pública.

Em 1995, foi criada a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi concebida como um projeto de extensão onde o conhecimento produzido na universidade seria aplicado na formação, desenvolvimento e suporte de empreendimentos econômico-solidários e autogestionários geradores de trabalho e renda para grupos em situação de vulnerabilidade social (BARBOSA, 2007). As ITPC's disseminaram-se pelas universidades desde então e, em 1998, foi criada uma rede nacional que hoje conta com representantes de ITPC de 44 universidades de todas as regiões do país.

A CUT, braço sindical do partido dos trabalhadores, criou em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) com o objetivo de 'gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir para a construção de alternativas de desenvolvimento social sustentável'. A ADS atua no fomento, intermediação, financiamento e acompanhamento de cooperativas⁸. Essa postura da central parece ser contraditória, na medida em que opta pelo fomento ao trabalho sem carteira assinada em cooperativas e associações populares, partindo de uma premissa de que no capitalismo contemporâneo a universalização da proteção oriunda do contrato formal de trabalho tornou-se inviável.

Em 2001, opondo-se ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital, diversas entidades realizaram o 1º Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre – RS, onde se notabilizou a proposta e as iniciativas da economia solidária. No eixo do debate '*A produção de riquezas e a reprodução social*', a economia solidária foi apresentada por diversos movimentos como uma ferramenta viável de enfrentamento ao sistema perverso do capital. Se '*um outro mundo é possível*', a economia solidária seria o caminho para alcançá-lo. Durante o FSM e em função das articulações anteriores organiza-se um grupo de trabalho de economia solidária

⁸ Para mais informações, consultar o site: <www.cut.org.br>.

para preparar atividades para os fóruns seguintes – 2002 e 2003. Esse grupo, frente à iminente vitória do PT em 2002, realiza uma reunião no mês de novembro para discutir a plataforma política da economia solidária no novo governo e formula uma carta, na qual sugere a criação de uma Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES). Uma plenária nacional é realizada em dezembro de 2002 onde os participantes referendam o texto da carta. Em Janeiro de 2003, durante as atividades do 3º FSM, ocorre a 2ª plenária onde se propõe a formação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Uma 3ª plenária foi realizada em junho de 2003, onde se ratificou a constituição do FBES que passou a ser a entidade de deliberação máxima do movimento (FBES, acesso em 5 mar. 2012).

Ao mesmo tempo, em junho de 2003, já no Governo Lula, o Congresso Nacional aprova o projeto de criação da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como fora reivindicado pelo movimento. No âmbito mais geral, conforme Filgueiras e Gonçalves (2007), o Governo Lula não rompeu com os ditames neoliberais e manteve uma política econômica subserviente aos interesses do mercado. Sua política social de combate a pobreza e geração de emprego e renda seguiu os princípios ditados pelo Banco Mundial e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), baseados na focalização e seletividade (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). A SENAES que era uma das reivindicações do FBES é uma expressão desse processo, ela institucionaliza a política pública de economia solidária nacionalmente, uma política focalizada para um determinado grupo de trabalhadores. Por indicação do FBES assume a pasta o professor Paul Singer, ex-coordenador do ITCP da Universidade de São Paulo (USP) e militante antigo da causa solidária. O MTE, que deveria ter o objetivo de defender e ampliar os direitos dos trabalhadores formais, passou a fomentar relações de trabalho informais ligadas ao cooperativismo e ao associativismo urbano.

Internacionalmente também se tem observado o crescimento das ideias solidárias e sua defesa. A OIT, por exemplo, tem sido uma grande defensora do cooperativismo e da Economia Solidária. Em uma de suas recomendações, a de nº 193 de 2002, explicita-se a importância das cooperativas como locus de organização de trabalhadores desempregados e como forma de promover a participação desses trabalhadores no desenvolvimento econômico e social (OIT, 2002). A OIT tem hoje

um setor completamente voltado para as cooperativas e a Economia Social e Solidária⁹. A auto-organização dos trabalhadores em pequenas cooperativas ou associações financiadas por microcréditos passou a ser um dos remédios indicado pelos organismos multilaterais para minimizar os efeitos maléficos oriundos das implacáveis políticas neoliberais.

Em estudo de 2011, denominado “*Global Employment Trends 2012: Preventing a deeper jobs crisis*”¹⁰, há hoje, segundo a OIT, cerca de 200 milhões de desempregados no mundo. Com uma projeção de crescimento da economia mundial entre 2 e 4 pontos percentuais ao ano e 40 milhões de novos trabalhadores entrantes no mercado de trabalho todos os anos, será necessário na próxima década a geração de 600 milhões de postos de trabalho (OIT, 2012). Não é à toa que em 2009, antecipando-se a esse prognóstico sombrio, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2012 o Ano Internacional das Cooperativas, com o lema ‘*Empresas cooperativas constroem um mundo melhor*’,¹¹ com o intuito de divulgar o seu potencial de geração de ocupações.

Por todas estas razões a economia solidária tem ganhado nos últimos 25 anos um *status* de panaceia, ou seja, um remédio para enfrentar os problemas sociais do capitalismo e, mais que isso, apresenta-se como alternativa anti-sistêmica. Obviamente que tais proposições produziram um intenso debate político e acadêmico suscitando diversas interpretações relativas ao papel desempenhado pela economia solidária no processo de acumulação e reprodução do capital.

Consultando a literatura referente à economia solidária produzida no Brasil a partir de meados da década de 1990, observamos a existência de duas linhas interpretativas majoritárias: uma que enaltece e outra que critica o projeto em

⁹ O OIT designa o novo cooperativismo como Economia Social e Solidária. Outras denominações que se referem ao fenômeno do novo cooperativismo são: Economia Social, Sócio-economia solidária, Economia Popular Solidária, Economia Popular. Adotaremos a terminologia Economia Solidária por ser a mais usual.

¹⁰ Tendências Mundiais do Emprego 2012: prevenir uma crise mais profunda do emprego. (tradução nossa). Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_171571.pdf.

¹¹ A resolução A/64/136 da 64ª Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 2012 o ‘Ano Internacional das Cooperativas’. O objetivo é elevar a consciência coletiva acerca das cooperativas e da sua importância para o desenvolvimento socioeconômico. Assim, como 2005 fora declarado Ano Internacional do Microcrédito, a escolha do Cooperativismo deixa evidente a característica da política dos organismos multilaterais para a solução de problemas do desemprego. A solução está na organização dos trabalhadores e não na mudança de rumos da economia mundial.

questão. Nosso objetivo é analisar estes discursos teórico-conceituais pró e contra a economia solidária no que se refere à sua função na lógica de acumulação e reprodução do capital. Pretendemos demonstrar que os autores que defendem a economia solidária argumentam que ela não é funcional à acumulação de capital e é até emancipatória, reproduzindo um tipo de discurso já evidenciado entre os socialistas utópicos de princípios do século XIX, pautados em traços idealistas e mesmo num materialismo vulgar. Enquanto os pensadores críticos à economia solidária, pautados em uma análise marxista rigorosa, entendem que ela não faz mais do que compor as estratégias de acumulação do capital e é estéril como alternativa anti-sistêmica.

No flanco que defende a economia solidária, cujo principal representante é Paul Singer, tal projeto é visto como uma reação ao desemprego e às precárias relações de trabalho com capacidade emancipatória que ataca a lógica de acumulação e reprodução do capital. Já os autores críticos à economia solidária posicionam-se de forma completamente oposta. Consideram a economia solidária apenas como um paliativo frente às vicissitudes provocadas pelo sistema capitalista, que se acopla de forma funcional aos mecanismos de reprodução do capital.

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, e devido às características do objeto e do tipo de investigação, o desenho metodológico mais apropriado e que orientou o seu desenvolvimento foi a *pesquisa bibliográfica*.¹² A fonte de coleta de dados desta pesquisa compreende a literatura relacionada à economia solidária produzida no Brasil nos anos 90 em diante. Dentro do universo de obras existentes, foram selecionadas, mediante critérios pré-definidos, uma quantidade de obras de referência que possibilitassem a exequibilidade da empreitada.¹³

¹² Uma *pesquisa bibliográfica* “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório [...]” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

¹³ A contra-reforma neoliberal no Brasil impactou sobremaneira a educação superior que passou a ter que responder a critérios de produtividade e eficiência. Sabe-se que o processo de produção do saber e do conhecimento não se realiza como numa linha de produção em série fordista. No entanto, e contraditoriamente, esse parece ser o desejo da política implementada pelo governo com sua preferência pela formação de ‘tecnocratas’ em um tempo curto e a baixo custo. O financiamento para a pós-graduação no Brasil efetuado pela CAPES é de apenas 24 meses, além disso, os discentes devem concluir suas pesquisas em no máximo 30 meses sob pena de prejudicarem o programa de pós-graduação na avaliação trienal efetuada pela agência de fomento. Avaliações baixas significam menos recursos para o programa.

O critério que conduziu a seleção desse material bibliográfico, nosso *corpus* de análise, baseou-se na identificação dos livros publicados com maior recorrência de citações em trabalhos científicos-acadêmicos a partir da década de 90.¹⁴ São nesses escritos referentes à concepção e ação da economia solidária que concentraremos nossos esforços de análise, todavia, além dessas obras, utilizamos também outras fontes (livros, documentos, periódicos, artigos, entrevistas transcritas, etc.) como bibliografia suplementar para enriquecer a análise.

Para analisar a literatura selecionada, utilizamos a técnica de *análise de Conteúdo*.¹⁵ De maneira geral, segundo Bardin (1977), o método da análise de conteúdo possibilita a *ultrapassagem da incerteza*, ou seja, identificar se o que se julga ver na mensagem está realmente contido nela e se essa interpretação é generalizável, e o *enriquecimento da leitura*, que é a identificação de ‘elementos de significação’ que permitam descrever mecanismos que antes não compreendíamos ou a descoberta de “[...] conteúdos e estruturas que confirmam ou (infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens [...]” (BARDIN, 1977, p. 29). Para tanto, é necessário tratar o material selecionado, codificá-lo¹⁶ de acordo com categorias estabelecidas para atingir uma representação do conteúdo (BARDIN, 1977). Assim, para codificar o material, produzimos um sistema de categorias¹⁷. Ao consultar os

¹⁴ A quantidade de publicações com uma perspectiva mais favorável a proposta da ‘economia solidária’ é muito superior a quantidade de publicações com posicionamentos contrários. Todavia, como afirma Wellen (2012, p. 20) “[...] É muito difícil, dentro do conjunto de textos (sejam livros, artigos, relatos de casos, documentos, estatísticas etc.) apresentados pelos representantes desse projeto social, encontrar algum texto que possa ser considerado teoricamente relevante. Por outro lado, ainda que se trate de trabalhos mais concisos e fundamentados, ainda são poucos os autores que objetivam realizar uma análise crítica sobre a ‘economia solidária’”. No primeiro caso, o que ocorre é que nem os defensores da ‘economia solidária’ conseguem entrar em consenso, no segundo, pois como se trata de um fenômeno recente ainda são escassos os trabalhos de avaliação crítica. No que tange à delimitação do período de abrangência, a justificativa é que somente a partir da década de 90 do século passado que passou a existir uma preocupação acadêmica e política em relação à economia solidária.

¹⁵ Para Bardin (1977), a análise de conteúdo constitui-se num conjunto de ferramentas metodológicas que possibilitam uma ‘hermenêutica controlada’, deduções a partir de inferências. Com o uso dessas técnicas, o investigador procura “[...] pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem [...]” (BARDIN, 1977, p. 9).

¹⁶ A codificação “[...] corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices [...]” (*sic*) (BARDIN, 1977, p. 103).

¹⁷ “[...] A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia) com os critérios previamente definido. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico,

textos seleccionados referentes à economia solidária, nossa leitura focou os seguintes itens de sentido – categorias pré-estabelecidas:

- Categorias de argumentação:
 1. Desemprego: a economia solidária é uma alternativa ao desemprego ou apenas um paliativo de carácter regressivo?
 2. Precarização do trabalho: a economia solidária supera ou potencializa a precarização das relações de trabalho?
 3. Emancipação do trabalho: a economia solidária permite a desalienação do trabalhador ou o trabalho alienado mantém-se e/ou amplia-se nas cooperativas?
 4. Lógica de acumulação e reprodução do capital: a economia solidária é funcional ou desenvolve-se independentemente da lógica estrutural de acumulação e reprodução do capital?
 5. Alternativa ao capitalismo: A economia solidária é uma alternativa ao capitalismo e é um caminho para o socialismo ou a economia solidária não rompe com o capitalismo? Seria a economia solidária uma proposta reformista?

Dessa forma, pudemos separar os discursos dos autores de cada corrente identificada e sistematizar os argumentos com vistas a atender os objetivos propostos. Também buscamos extrair dos textos pesquisados as motivações dos autores, que podem estar implícitas ou explícitas, e assim compreender o sentido de suas argumentações. Com isso buscamos “[...] estabelecer uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes)” (BARDIN, 1977, p. 41).

No entanto, antes de iniciar a análise do debate contemporâneo em torno da economia solidária, é mister fazer um resgate do embate originário ocorrido no século XIX. Dessa maneira, no capítulo 2 reconstruiremos o debate entre os socialistas utópicos e os adeptos do socialismo científico e entre os revisionistas e os teóricos da II Internacional, onde buscaremos elementos teóricos fundamentais para a compreensão do debate contemporâneo em torno da economia solidária

agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos [...]” (*sic*) (BARDIN, 1977, p. 117).

No capítulo 3, sistematizaremos as concepções dos autores críticos e dos autores defensores das práticas de economia solidária no Brasil, a fim de identificar suas posições quanto ao papel da economia solidária no processo de acumulação e reprodução do capital. Identificaremos como os autores argumentam e de que ângulo de análise partem para chegar as suas conclusões.

Por fim, partiremos então para as considerações finais, onde teceremos possíveis conclusões buscando sintetizar a análise efetuada no decorrer da pesquisa concernente aos discursos pró e contra a economia solidária e sua materialização no capitalismo contemporâneo. Os apologistas da economia solidária, retomando elementos presentes entre os socialistas utópicos do século XIX para defender a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, transformam a *tragédia* das experiências do passado na *farsa* das experiências no presente. Já os autores críticos, se apoiando na crítica marxista, evidenciam como a economia solidária aparece na contemporaneidade como um fenômeno funcional às necessidades do capital amplificando a precarização e a alienação do trabalho.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO DEBATE SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Karl Marx (acesso em 20 de jun. 2013, p.1)

Neste capítulo reconstruiremos, mesmo que preliminarmente, os debates teóricos que marcaram o início das lutas operárias em torno das idéias do *socialismo utópico* e do *cooperativismo*. Partindo da afirmação de que a economia solidária tem suas bases conceituais na tradição utópica do início do século XIX (SINGER; SOUZA, 2000; SINGER, 2002a; SINGER, 2002b; CATTANI *et al*, 2009), consideramos que é importante remontar esse debate para apropriar-se de fundamentos teóricos essenciais para a compreensão da discussão contemporânea, já que, de alguma forma, há elementos e fundamentos dos discursos anteriores que se perpetuaram. Buscaremos então, sintetizar aqui os traços remanescentes dos debates precedentes, marcadamente a utopia e o revisionismo de um lado, e a crítica fundada no materialismo histórico-dialético do outro.

Ao reconstruir tal debate, uma primeira cisão clara é verificada quando Marx e Engels instauram as bases do *socialismo científico* na primeira metade do século XIX, relegando parte dos sistemas utópicos ao conjunto de projetos pequeno-burgueses. A outra cisão, já no fim do século XIX e início do XX, ocorre entre os teóricos da II Internacional, principalmente Rosa Luxemburgo (2010) e Lênin (1979), contra o *revisionismo* de Bernstein (1997), que dava papel de destaque ao cooperativismo na sua tese sobre o socialismo evolucionário.

2.1 CIÊNCIA *VERSUS* UTOPIA: O PRIMEIRO DEBATE

2.1.1 As raízes utópicas da economia solidária

O termo economia solidária foi cunhado na década de 90 (século XX) para designar as atividades baseadas no tripé cooperação, autonomia e gestão democrática, e orientadas por um ideal de solidariedade em contraposição ao individualismo e ao utilitarismo característicos da organização capitalista da produção (CATTANI *et al*, 2009). Todavia, suas ideias e práticas predominantes não surgiram recentemente. O novo cooperativismo, a chamada economia solidária, é uma versão contemporânea do movimento cooperativista e associativista do século XIX (SINGER, 1998; SINGER; 2002a; SINGER, 2002b; CATTANI *at al*, 2009), denominado por Marx e Engels à época de *socialismo utópico*. A economia solidária como pretensão novo padrão de sociabilidade anti-capitalista remonta, portanto, às ideias utópicas.

Seus principais propugnadores não hesitam em deixar essa perspectiva evidente em seus textos, onde a tradição utópica é recorrentemente exaltada. Como faz Singer (2002a, p. 38, grifos nossos):

Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, **os clássicos do socialismo utópico**. [...] O cooperativismo recebeu deles **inspiração fundamental**, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro.

Em outro texto, o mesmo autor afirma novamente o papel decisivo da tradição utópica na construção das práticas da economia solidária. No trecho, percebemos ainda que, assim como os socialistas utópicos fizeram (veremos adiante), a economia solidária também se apresenta com uma postura e um discurso anti-capitalista.

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora **os grandes autores socialistas denominados 'utópicos'** da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado **contribuições decisivas** ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o Capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução (SINGER; SOUZA, 2000, p. 13, grifos nossos).

No *'Dicionário internacional da outra economia'*, obra que pretende ser referência para todos que militam pela construção de uma alternativa material e humana superior à economia capitalista, verifica-se mais uma vez que “a economia solidária evoca a longa história associativa dos trabalhadores, iniciada no começo do século XIX” (CATTANI et al, 2009). Logo, fica claro que a economia solidária, segundo essa perspectiva, foi inventada no processo de luta dos trabalhadores contra as mazelas provocadas pelo capitalismo, particularmente a exploração do trabalho, o desemprego e a pobreza, e reinventada no fim do século XX diante das novas configurações do mundo do trabalho. Seria então a economia solidária uma expressão contemporânea do *socialismo utópico*, um neo-socialismo utópico? Até que ponto as críticas feitas por Marx aos utópicos poderiam ser direcionadas a economia solidária contemporânea? Pretendemos aqui uma primeira aproximação a essas questões.

Nossa incursão inicia-se, em vista disso, pelas ideias e práticas desses que no começo do século XIX propuseram sistemas societários alternativos ao capitalismo de sua época, particularmente, Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier. Os três são os principais pensadores para os quais será dispensada maior atenção, porém vale lembrar que o grupo de pensadores utópicos é muito mais amplo.¹⁸

O *socialismo utópico* (crítico-utópico como fora definido no *'Manifesto do Partido Comunista'* de 1848) surge como reação às mazelas provocadas pelo desenvolvimento capitalista na Europa. A inserção da máquina-ferramenta no processo produtivo durante a Revolução Industrial intensificou a exploração do trabalho; ao mesmo tempo em que barateou as mercadorias, encurtou a parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução do trabalhador, estendendo, por conseguinte, a parte apropriada pelo capitalista (MARX, 1988). Longas jornadas de trabalho, a participação de mulheres e crianças na produção, a constante sombra do desemprego e da miséria, compunham um quadro alarmante que assolava o nascente proletariado. Friedrich Engels, na obra *'A situação da classe trabalhadora na Inglaterra'* (1845), e Marx, marcadamente no capítulo XIII d'*O Capital*, apresentam com clareza as características das condições materiais de reprodução

¹⁸Para um contato com toda a gama de pensadores utópicos ver Petitfils (1977), Russ (1991), Buber (2005), Teixeira (2002).

da vida dos trabalhadores nesse período. As obras de Marx e Engels, porém, surgem no fim da primeira metade do século XIX e já após o ano de 1850, caso d' *O Capital*. Mas antes delas, no início do século XIX, muitos já haviam escrito, criticado, proposto mudanças à realidade concreta e às condições de existência que, mesmo num estado incipiente de desenvolvimento capitalista, já indicavam uma tendência do que viria pela frente na época em que Marx e Engels escreveram.

A literatura utopista, segundo Coelho (1980), é muito mais antiga. Está constantemente presente em diferentes períodos históricos, pois a capacidade de imaginação utópica é inerente ao homem. O primeiro a usar o termo utopia foi o inglês Thomas More, que publicou '*Utopia, ou o tratado da melhor forma de governo*' (1516), onde narra a história de um viajante que chega d'além mar e noticia a existência de uma sociedade com outros moldes de organização. O nome é sugestivo, do latim, *ou* (não) + *topos* (lugar), lugar nenhum, nenhures. Ou seja, utopia desde então passou a designar qualquer projeto de sociedade futura ideal que não existe, mas que se tem um desejo expresso de que passe a existir (HOBBSAWN, 1983). Na verdade, Thomas More implicitamente critica a sociedade inglesa de sua época e apresenta através de recursos literários as novas bases segundo as quais ela deveria se organizar. Antes de More, pode-se identificar '*A República*' de Platão como um projeto utópico, e após More, dentre outras obras, '*A Cidade do Sol*' (1602) de Tommaso Campanella (PETITFILS, 1977; RUSS, 1991, COELHO, 1980).

Apesar dessa literatura utópica não poder ser considerada socialista, na acepção corrente do termo, cunhada no século XIX, ela impressionou bastante Marx e Engels, que incluíram, por exemplo, '*A Cidade do Sol*' de Campanella na relação de obras da '*Biblioteca dos maiores pensadores socialistas estrangeiros*' (HOBBSAWN, 1983). Uma mudança de rumos dessa literatura utópica ocorre a partir do começo do século XIX. Agora, influenciados pelo iluminismo e com características claramente identificáveis com o socialismo, autores como Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier concebem seus projetos utópicos, verdadeiras expressões de uma utopia social. Como afirma Hobsbawn (1983), o legado desses autores deve ser identificado como um socialismo pré-marxiano.

Na Inglaterra, berço da revolução industrial, e na França, que segundo Russ (1991), é a terra da utopia, surgem as primeiras críticas ao avanço do capitalismo, ao liberalismo, à economia de mercado, ao utilitarismo, à exploração dos trabalhadores, à divisão da sociedade em classes, ao Estado. Críticas repletas de indignação, mas apresentadas muitas vezes com romantismo e fantasia. Incrustado historicamente, produto de seu tempo, esse movimento intelectual representou os desejos de um proletariado em formação, mas foram expressos por intelectuais pequeno-burgueses. Como afirma Konder (2003, p. 14-15, grifos nossos),

Nas fantasias dos socialistas utópicos pode ser notado um eco das aspirações de uma classe social que estava se formando com a industrialização: o proletariado urbano industrial. Essas aspirações eram traduzidas por espíritos inquietos, afinados com o espírito da cultura romântica da época, estimulados por um clima que valorizava muito a fantasia, a imaginação, os sonhos. **Os socialistas utópicos, em certo sentido, foram expressão dos sonhos dos proletários.**

O socialismo utópico, ou socialismo pré-marxista (HOBBSAWN, 1983), foi um movimento de rebeldia diante das vicissitudes sofridas pelos trabalhadores que procurou indicar, e em alguns casos, por em prática, iniciativas que mudassem as condições hostis de sobrevivência dessa maioria.

É esse caminho que iremos percorrer agora, onde os pensamentos e práticas de Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier serão apresentados, porém mesclados com elementos biográficos os quais, para efeito de coerência textual, optamos por não excluir.

2.1.2 Saint-Simon: um aristocrata esclarecido

Claude-Henri de Rouvroy de Saint-Simon (1760-1825), apesar de ser sobrinho do prestigiado Duque de Saint-Simon, não herdou sua fortuna. Sempre cercado de discípulos, contou por diversas vezes com o apoio de financiadores, em geral industriais e banqueiros, que viam com importância o seu trabalho (RUSS, 1991). Dono de uma vida movimentada, Saint-Simon teve uma formação eclética, pois além de receber a tradicional formação aristocrática de seu tempo, aproximou-se também

do liberalismo. Muitos o consideram apenas um liberal avançado, idealizador de uma tecnocracia utópica, mas os elementos críticos e um projeto do 'bem-comum' o conduziram ao grupo dos socialistas utópicos¹⁹ (ENGELS, 1988; SPINDEL, 1980).

Em 1779, sob o comando do General La Fayette, combateu na guerra de independência americana, fato que o marcou profundamente. O dinamismo empreendedor, a tolerância religiosa, os privilégios de classe ainda não tão marcantes que ele observou naquelas colônias formavam uma estrutura social nova, diferente da européia. Saint-Simon, influenciado por uma visão liberal-democrática, viu nesse modelo o caminho para a superação da estrutura 'feudal e teológica' ainda prevalecente na Europa; a 'América' era uma nova sociedade não governada pelos 'improdutivos', mas sim pela classe dos 'produtores', fundada no trabalho e na liberdade industrial (PETITFILS, 1977; RUSS, 1991).

Grande entusiasta de uma sociedade industrial, Saint-Simon queria orientar os ganhos da industrialização para as classes mais desfavorecidas, a classe mais numerosa e a produtora de todas as riquezas. Possui um pensamento marcado pelo determinismo, onde a história é uma ciência exata, possibilitando mediante a análise do passado e do presente, prever as etapas futuras do desenvolvimento da humanidade. Para ele, a história é um lento e longo processo de industrialização, onde cada crise gera a oportunidade para um avanço (PETITFILS, 1977; RUSS, 1991).

Os elementos indutores dessa transformação seriam a ciência e o trabalho. Em seus primeiros escritos, '*Lettre d'un habitant de Genève à ses contemporains*', que datam de 1803, sugere um governo mundial formado por 21 notáveis²⁰, o conselho de

¹⁹ "A palavra 'socialismo' não surge senão, pela primeira vez, em novembro de 1831, no jornal *Le Semeur*, e depois, em fevereiro de 1832, em *Le Globe*. Um dos teóricos mais sedutores de sua geração, Pierre Leroux, num artigo que chamou a atenção na *Revue Encyclopédique* de novembro de 1833, opõe esse socialismo nascente ao individualismo. Na Inglaterra, a palavra torna-se corrente na mesma época e serve para designar a doutrina associacionista de Robert Owen, que em 1841 publicará um opúsculo *What is socialism?*" (PETITFILS, 1977, p. 52). De acordo com Spindel (1980), o termo é utilizado pela primeira vez na Inglaterra em 1827, em um artigo da Revista *Cooperative Magazine*, e passou a ser associado aos seguidores de Robert Owen.

²⁰ Na proposta de Saint-Simon (1803, p. 11, tradução nossa), o tal conselho seria formado por "[...] três matemáticos, três químicos, três fisiologistas, três literatos, três pintores, três músicos. [...] todas as classes da sociedade iriam se encontrar bem nessa organização: o poder espiritual nas mãos dos cientistas [...] a reunião dos 21 eleitos da humanidade se chamará Conselho de Newton e nos representará na terra".

Newton, uma clara apologia aos cientistas. Posteriormente, em 1809, em ‘*Introduction aux travaux scientifiques du XIX^e siècle*’, vai defender uma ética do trabalho, onde o trabalho é claramente central e é ele que realiza o homem.

L’homme doit travailler. L’homme le plus heureux est celui qui travaille. La famille la plus heureuse est celle dont tous les membres emploient utilement leur temps. La nation la plus heureuse est celle dans laquelle il y a le moins de désœuvrés. L’humanité jouirait de tout le bonheur auquel elle peut prétendre s’il n’y avait pas d’oisifs (SAINT-SIMON, 1809, p. 18).²¹

A partir de 1817, conforme Petitfils (1977), Saint-Simon afasta-se do liberalismo econômico aproximando-se do que pode se chamar de ideias socialistas. Russ (1991) afirma que nesse período sua atenção voltou-se para a classe mais numerosa e pobre, demasiadamente oprimida e explorada, o proletariado. Nesse período, contou com a acessória de August Comte (em início de carreira), dentre outros.

O *leitmotiv* da sua obra é o conceito de ‘*indústria*’. Conceito que possui uma particularidade na sua construção intelectual, pois constitui o universo de todas as atividades de produção material que aumenta a riqueza nacional, ou seja, a produção agrícola, a artesanal, a manufatureira e até as atividades comerciais e de transporte (PETITFILS, 1977). Por seu turno, os ‘*industriais*’ seriam todos os que operam nessas atividades, a classe mais útil, como o próprio autor afirma:

“Il est incontestable que ce sont les industriels qui forment la classe la plus utile et la plus nombreuse ; que ce sont eux qui fournissent, par leurs travaux, à tous les besoins de la société ; que ce sont eux qui produisent toutes les richesses nationales” (SAINT-SIMON, 1821, p. 95).²²

Os ‘*industriais*’ formam junto com os sábios e artistas uma classe mais abrangente, a dos ‘*produtores*’, a união entre ciência e trabalho. Essa classe, apesar de muito

²¹ “O homem deve trabalhar. O homem mais feliz é aquele que trabalha. A família mais feliz é aquela em que todos os seus membros empregam utilmente o seu tempo. A nação mais feliz é aquela onde há menos ociosos. A humanidade iria desfrutar de toda a felicidade que ela tem direito se não houvessem ociosos” (SAINT-SIMON, 1809, p. 18, tradução nossa).

²² “É indiscutível que são os industriais que formam a classe mais útil e mais numerosa; que são eles que atendem, através do seu trabalho, todas as necessidades da sociedade; que são eles que produzem todas as riquezas nacionais” (SAINT-SIMON, 1821, p. 95, tradução nossa).

heterogênea²³, por conjugar sob a mesma abóbada, patrões e empregados, opõe-se diametralmente a classe dos ‘ociosos’, compostos pela nobreza, pelos proprietários de terra, pelo clero e pelos legisladores (PETITFILS, 1977). Saint-Simon, devido ao capitalismo ainda não tão desenvolvido na França como na Inglaterra, não identificou claramente o antagonismo fundamental da sociedade entre o proletariado e a burguesia, mas sim entre ‘ociosos’ e ‘produtores’. A contradição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção não era tão evidente na França, havia uma certa mobilidade social, muitos proprietários não tinham uma condição de vida tão melhor que seus assalariados e era comum ver um pequeno artesão tornar-se proprietário, visto que as necessidades de capital ainda não eram tão significativas (PETITFILS, 1977).

Assim, Saint-Simon empreendeu uma árdua luta contra essa classe dos ‘ociosos’, que considerava parasitas que nada contribuíam para o avanço da sociedade. Em uma espécie de parábola, compara os ‘ociosos’ a zangões que impõem um regime de trabalho forçado aos ‘produtores’ as abelhas. Numa hipótese em que desaparecessem as abelhas, ou seja, os produtores, os zangões ‘ociosos’ perderiam a fonte de onde obtêm toda sua riqueza. Uma nação que perde seus produtores se torna um corpo sem alma (*‘la nation deviendrait un corp sans amê’*). Porém, diz Saint-Simon, que se a França perdesse da noite para o dia

Monsieur, frère du roi, Monseigneur le duc d'Angoulême, Monseigneur le duc de Berry, Monseigneur le duc d'Orléans, Monseigneur le duc de Bourbon, Madame la duchesse d'Angoulême, [...]. Qu'elle perde en même temps tous les grands officiers de la couronne, tous les ministres d'État, tous les conseillers d'État, [...], tous ses cardinaux, archevêques, évêques, grands vicaires et chanoines, [...], tous les juges, et, en sus de cela, les dix mille propriétaires les plus riches parmi ceux qui vivent noblement. [...] Cet accident affligerait certainement les Français, parce qu'ils sont bons, parce qu'ils ne sauraient voir avec indifférence la disparition subite d'un aussi grand nombre de leurs compatriotes. Mais celle perte des trente mille individus réputés les plus importants de l'État, ne leur causerait de chagrin que sous un rapport purement sentimental, car il n'en résulterait aucun mal politique pour l'État (SAINT-SIMON, 1819, p. 76).²⁴

²³ Engels (1988, p. 36, grifos nossos) salienta que “[...] no conceito de ‘trabalhadores’ [produtores, os não ociosos] não entravam somente o operários assalariados, mas também os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros”.

²⁴ “Monsieur, irmão do rei, o duque d'Angoulême, o duque de Berry, o duque de Orleans, o duque de Bourbon, a duquesa d'Angoulême, [...]. Ao mesmo tempo, ela perde todos os grandes oficiais da Coroa, todos os ministros de Estado, todos os conselheiros de estado, [...], todos os seus cardeais,

Essa perda não representaria nada, a nação teria perdido apenas os parasitas, enquanto os *'industriais'*, os *'produtores'*, permaneceriam a conduzir o desenvolvimento da nação. A supressão dessa classe ociosa seria consequência do avanço e da consolidação da sociedade industrial. Como afirma Saint-Simon (1817, p. 50) *"la base de la liberté, c'est l'industrie"*.

Em *'L'Organisateur'* (1819), Saint-Simon desenvolve a idéia de um governo das coisas que extinguirá o aparelho governamental e repressor do Estado (*"L'administration des choses remplacera le gouvernement des personnes"*). Essa ideia será recorrente no pensamento socialista a partir de então. A antiga forma de Estado, dominada pela classe dos *'ociosos'*, age para atender os interesses dessa minoria e contra o benefício da maioria. Esse modo de administração ligado ao favorecimento da classe *'ociosa'* está fadado ao desaparecimento e cederá lugar a uma organização industrial racional, uma gestão puramente econômica (RUSS, 1991). Esse é o embrião de uma proposta de gestão coletiva dos meios de produção por parte das classes oprimidas da sociedade, só que no caso de Saint-Simon, essa classe desfavorecida é composta pelos *'industriais'*, os *'cientistas'* e os *'artistas'*, ou seja, os *'produtores'*. A ideia de gestão coletiva dos meios de produção proposta por Saint-Simon é em si, uma forma de coletivização e democratização da produção mais ampla que o cooperativismo de Robert Owen que veremos adiante.

A desapropriação das classes *'ociosas'*, seu desalojamento do Estado e a tomada do poder pelos *'industriais'*, pelos *'produtores'*, ocorreria pacificamente, sem violência, pois seria a inexorável manifestação da razão, uma clara influência das idéias iluministas. Nessa sociedade voltada para a produção, a função repressora do Estado torna-se dispensável e as demais funções do Estado vão se reduzindo até sua dissolução completa, desaparecendo o próprio poder (PETITFILS, 1977). Como sentencia Petitfils (1977, p. 59), "[...] o advento da sociedade industrial marcará o fim

arcebispos, bispos, vigários e cônegos, [...], todos os juizes, e, além disso, os dez mil proprietários mais ricos dentre aqueles que vivem nobremente. [...] Este acidente certamente afligirá os franceses, porque eles são bons, porque não podem ver com indiferença o súbito desaparecimento de muitos de seus compatriotas. Mas a perda de trinta mil indivíduos considerados os mais importantes do Estado, os causará uma dor puramente sentimental, pois isso não resultaria em nenhum prejuízo político para o Estado" (SAINT-SIMON, 1819, p. 76, tradução nossa)

da luta de classes e o início de uma era de concórdia universal, sem antagonismo e conflitos [...].”

Essa aliança entre razão e produção, entre ciência e indústria, seria o ápice da sociedade industrial que conduziria a uma sociedade nova na qual reinaria o princípio da participação e da cooperação pacífica de todos os seus membros. Porém, o que Saint-Simon não compreendeu foi que dentro dessa grande classe dos ‘*produtores*’, hegemônica pelos ‘*industriais*’, existia um antagonismo tão marcante que inviabilizaria qualquer possibilidade de emancipação com uma eventual tomada de poder. Isso é o que nos demonstra Engels (1988, p. 37):

[...] a ciência eram os sábios acadêmicos; e a indústria eram, em primeiro lugar, os burgueses ativos, os fabricantes, os comerciantes, os banqueiros. E embora esses burgueses tivessem de transformar-se numa espécie de funcionários públicos, de homens de confiança de toda a sociedade sempre conservariam frente aos operários uma posição autoritária e economicamente privilegiada [...].

O que Saint-Simon não percebeu, e que Engels nos mostrou, é que no conflito de classes entre ‘*produtores*’ (burguesia, comerciantes, camponeses e trabalhadores) contra o ‘*ociosos*’ (nobreza, clero) há a materialização do conflito da burguesia (capitalista) contra a aristocracia (feudal). Ora, a vitória dos ‘*industriais*’ sobre os ‘*parasitas*’, portanto, não proporcionaria a emancipação dos trabalhadores e camponeses, e sim da burguesia, que chegou ao poder suplantando o *ancien régime*. Essa limitação na interpretação de Saint-Simon é marcante também no pensamento de outros autores utópicos e será devidamente superada por Marx e Engels.

No fim da vida, Saint-Simon publica sua última obra, ‘*Le nouveau christianisme*’ (1825), em que propõe uma refundação do cristianismo, uma nova religião de cunho panteísta (tudo é Deus) e eudemonista (que busca a felicidade na terra e não num paraíso) baseada no amor. O homem novo desse neocristianismo será o *homo faber*, o homem da indústria; os sacerdotes dessa seita serão os cientistas, os sábios (PETITFILS, 1977; RUSS, 1991). Após sua morte alguns seguidores empreenderam essa igreja saintsimoniana mantendo os ideais utópicos do seu

mestre: “[...] seu socialismo tecnocrático e hierarquizado leva diretamente à utopia racionalista” (PETITFILS, 1977, p. 66).

A obra de Saint-Simon é dotada de muitas controvérsias a ponto de historiadores divergirem a respeito de se tratar ou não de um pensamento socialista²⁵. Seu sistema evoca pontos que são marcantes no pensamento socialista como a crítica ao *status quo*, a economia feudal e depois a liberal, a defesa do caráter central do trabalho, o desejo de expropriação das classes parasitárias e a indicação da abolição do Estado. Na prática o sistema saintsimoniano propõe a substituição da antiga aristocracia ociosa por uma nova vanguarda de industriais, um governo de técnicos, uma tecnocracia burguesa em última instância (PETITFILS, 1977).

Entretanto, conforme salienta Engels (1988), o legado de Saint-Simon obteve descobertas geniais. Primeiro, porque já em 1802 analisa que o processo da revolução francesa tratava-se de um processo de luta de classes, a luta entre a nobreza (ociosos), contra a burguesia e os despossuídos (industriais); segundo, considera que o pensamento e, por conseguinte, a política são reflexos da estrutura econômica, tema que será desenvolvido por Marx e será a base do materialismo histórico; terceiro, ao indicar que o governo político será substituído por um governo dos ‘industriais’ que administrará as coisas e os processos de produção, um claro anúncio da idéia da abolição do Estado (ENGELS, 1988; PETITFILS, 1977; SPINDEL, 1980).

Apesar de sempre ser citado como precursor da economia solidária, a influência de Saint-Simon não é tão clara. O pensador francês, como já demonstrado, não defende o coletivismo e propõe uma tecnocracia dos sábios e produtores. Não obstante, podemos salientar que ao colocar os produtores como a classe mais importante, a classe que deve se emancipar, e ao propor uma administração das coisas, podemos deduzir a idéia de gestão coletiva dos meios de produção pelos

²⁵ Por não ter pedido formalmente a extinção da propriedade privada, aceitando sua existência desde que cumprisse sua função social para a coletividade e por não preconizar uma igualdade formal entre a ampla classe dos ‘produtores’, o economista francês Charles Rist negou o caráter socialista da obra saintsimoniana (PETITFILS, 1977). Russ (1991) ao considerar que Saint-Simon travou uma batalha contra um Estado repressor que não atendia às necessidades das massas o classifica entre os precursores do anarquismo. Petitfils (1977) considera que a obra de Saint-Simon poder ter leituras diversas, levando-a a direções antagônicas, de um lado o socialismo, de outro o capitalismo multinacional, a tecnocracia e o milenarismo.

trabalhadores tão cara à economia solidária. Ademais, a proposta de sociedade industrial de Saint-Simon que superaria os problemas sociais da época em que ele vivia, guarda semelhanças com a ideia de um novo modo de produção alternativo ao capitalismo proposto pelo projeto da economia solidária contemporaneamente.

2.1.3 Charles Fourier: 'o socialismo do prazer'²⁶

Francês da região Franche-Comté, também terra natal de Phoudhon e Victor Hugo, Charles Fourier (1772-1837) era filho de um pequeno mercador da cidade de Besançon. Trabalhou durante sua vida como empregado de estabelecimentos comerciais (balconista), caixa de banco e especulando com a herança paterna. Conhecendo de perto a dinâmica e as técnicas comerciais, desenvolve uma grande aversão à atividade comercial, que identificava como o grande mal da civilização, pois era a manifestação da exploração e do parasitismo. Possuía uma postura anti-revolucionária e contra qualquer espécie de violência, repúdio que pode estar ligado ao fato de ter sido preso, em 1793, durante o Terror Jacobino comandado por Robespierre (PETITFILS, 1977; RUSS, 1991).

O pitoresco sistema proposto por Fourier que pretensamente apresenta o caminho para a superação das mazelas da sociedade civilizada, podemos dizer capitalista, é sem dúvida, segundo Petitfils (1977), um unânime exemplar da tradição utopista. Assim escreve o historiador francês sobre Fourier:

[...] se há um sistema impraticável que merece o qualitativo de utópico, é exatamente o de Charles Fourier, devaneio grandioso, povoado de fantasmas estranhos e insensatos que encantarão os surrealistas por sua incoerência e seu permanente apelo à loucura. É no mundo do imaginário, totalmente diferente do nosso, que devemos penetrar, um mundo 'às direitas', orgulhosamente contraposto ao 'mundo às avessas' da realidade. [...] (PETITFILS, 1977, p. 89).

Mas não são só ilusões que compõem o legado de Fourier. Engels (1988) computa a ele umas das críticas mais exemplares às condições de existência na sociedade

²⁶ Optamos por usar a expressão 'socialismo do prazer' de Leandro Konder (1998), cuja obra chama-se 'Fourier, o socialismo do prazer'.

burguesa daquele tempo, salientando como o escritor francês usa uma forma satírica e jovial para desmontar a argumentação dos ideólogos burgueses e denunciar as mazelas materiais e morais da sociedade. Dirige uma crítica feroz à mesquinhez do espírito comercial reinante na sociedade burguesa. Sua interpretação da história dividida em períodos com fases ascensionais e descendentes e a percepção de que há contradições inerentes a essas etapas, onde nem sempre o que se pretende é alcançado, indicam segundo Engels (1988) que Fourier dominava a dialética tanto quanto Hegel.²⁷

Em Fourier, a história seria formada por cinco etapas. A primeira, a era primitiva, onde o homem vivia todos os seus instintos livremente, depois, a selvageria, o patriarcado, a barbárie, e por último, com a ascensão do capitalismo e a desordem generalizada provocada por ele, a quinta fase, a civilização. Nessa última fase tudo (a indústria, a agricultura, o comércio, o casamento, etc.) se torna mentira, vício, opressão, iniquidade. As fases se alternam entre harmoniosas e caóticas, um devir cíclico ascendente e descendente. A civilização é a última decadência onde uma minoria de ociosos oprime uma multidão que é condenada a um trabalho ingrato e a pobreza, está última, considerada a maior das desordens (PETITFILS, 1977; RUSS, 1991). A civilização no processo dinâmico da história constitui-se na ante-sala para um novo período de ascensão, que ele denomina como '*harmonia*', um novo mecanismo societário. As contradições que levam a uma superação e a um salto de qualidade decerto são os elementos dialéticos presentes no fourierismo (ENGELS, 1988). O autor percebe de forma confusa, instintiva, não teórica, idéias que serão desenvolvidas por Marx mais adiante. Noções como a exploração, a mais-valia, a pauperização são intuitivas, porém não teorizadas (PETITFILS, 1977).

Menos adepto das idéias iluministas do século XVIII, Fourier diverge de Saint-Simon, não crendo que somente a racionalidade e o desenvolvimento da sociedade industrial darão coerência à ordem social. Ao contrário, observa que o progresso da

²⁷ “[...] Fourier maneja a dialética com a mesma maestria do seu contemporâneo Hegel” (ENGELS, 1988, p. 26).

indústria é criador de miséria, “*la pauvreté naissse en civilisation de l’abondance même*” (FOURIER, 1829, p. 43)²⁸. Para Fourier,

L’industrialisme est la plus récente de nos chimères scientifiques ; c’est la manie de produire confusément, sans aucune méthode en rétribution proportionnelle, sans aucune garantie pour le producteur ou salarié de participer à l’accroissement de richesse ; aussi voyons-nous que les régions industrialistes sont autant et peut-être plus jonchées de mendiants que les contrées indifférentes sur ce genre de progrès (FOURIER, 1829, p. 38).²⁹

Já na sua primeira obra, ‘*Théorie des quatre mouvements et des destinées générales*’³⁰ (1808), Fourier apresenta o princípio que para ele rege a dinâmica societária, a atração passional, a busca pela satisfação das paixões humanas. Porém, tal princípio está sendo reprimido no atual estado de desenvolvimento social chamado civilização, que é o *locus* temporal da coação e repressão dos instintos passionais por meio da lei, é o *locus* de manifestação de uma moral repressiva que apequena o impulso harmônico, tornando mercantis inclusive as relações familiares (RUSS, 1991).

Fourier parte do pressuposto de que todas as paixões humanas são boas, pois são dadas por Deus³¹, o que as torna ruins é a organização da sociedade, portanto, a sociedade deve ter um novo tipo de organização onde tais desejos não sejam reprimidos. Sua máxima é a satisfação dos prazeres humanos, já que os considera totalmente bons e, portanto, não devem ser contrariados. Então, “mudar a sociedade é, primeiramente, tornar possível o desabrochar do impulso vital e das paixões” (RUSS, 1991, p. 104).

²⁸ “A pobreza nasce na civilização da própria abundância” (FOURIER, 1829, p. 43, tradução nossa). Vale ressaltar que tal frase era muito apreciada por Engels e é citada no opúsculo ‘Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico’.

²⁹ “O industrialismo é a mais recente das nossas quimeras científicas; é o vício de produzir confusamente, sem qualquer método de retribuição proporcional, sem qualquer garantia de participação dos produtores e assalariados no aumento da riqueza; por isso nós vemos que as regiões industriais são talvez mais repletas de mendigos do que os países indiferentes a este tipo de progresso” (FOURIER, 1829, p. 38, tradução nossa).

³⁰ “Teoria dos quatro movimento e dos destinos gerais” (FOURIER, 1808, tradução nossa).

³¹ De acordo com Petitfils (1977), as concepções metafísicas estão presentes em praticamente todos os escritores utópicos. Em Fourier, Deus se confunde com deus grego Eros, o deus do amor, assim, a atração passional é uma manifestação divina que organiza o funcionamento de tudo desde a matéria a sociedade. Além disso, tem uma característica panteísta, similar ao saintsimonismo, onde tudo é divino ou, tudo é Deus.

Essa organização social onde os impulsos e as paixões desabrocharão, é a nova fase denominada '*Harmonia*'. Nesse novo sistema societário o princípio da atração passional seria respeitado, o que desencadearia uma cadeia de mudanças. Seria possível a transformação do trabalho em prazer, tornando o que era sofrimento, algo atraente, agradável. Todos poderiam trocar de trabalho de acordo com seus desejos buscando o máximo prazer. Assim, com atividades laborais atraentes, a produção quadruplicaria e, por conseguinte, não haveria escassez. O padrão de vida dos mais pobres seria muito superior ao evidenciado na época capitalista. As relações sociais cambiariam completamente: o casamento, a família de padrão monogâmico, a opressão sobre a mulher deixariam de existir.³² Fourier chega a prognosticar que com as mudanças sociais, evoluções biológicas na própria natureza ocorreriam para adaptar-se à nova realidade (PETITFILS, 1977).

Na '*Harmonia*', a economia é reorganizada de forma que a fruição das paixões possa ocorrer com plena liberdade. Em seu sistema, o regime salarial e a livre concorrência deveriam ser substituídos pela livre associação, uma espécie de economia do desejo (PETITFILS, 1977). A base dessa organização é a falange, uma espécie de comunidade formada por 1.620 pessoas e um grande edifício, o falanstério (nome que se popularizou), que comportaria todos esses habitantes. Basicamente voltada para os trabalhos agrícolas, essas falanges poderiam estabelecer pequenas manufaturas, desde que todas as matérias-primas a serem processadas fossem produzidas no próprio falanstério. Fourier não é um coletivista, pois em sua proposta mantêm-se a propriedade privada e o dinheiro. Em suma, o falanstério é a base de um novo mundo amoroso, que substitui o degradado mundo industrial civilizado instaurando uma nova ordem moral (RUSS, 1991).

Em nenhum momento Fourier defendeu meios violentos ou revolucionários para chegar a '*Harmonia*'. Sua estratégia era conseguir o apoio de mecenas,

³² A redução da subjugação da mulher era um indicativo do desenvolvimento social para Fourier. Considerado um dos precursores das idéias feministas, Fourier diz: "Les progrès sociaux et changements de période s'opèrent en raison du progrès des femmes vers la liberté ; et les décadences d'ordre social s'opèrent en raison du décroissement de la liberté des femmes. [...] l'extension des privilèges des femmes est le principe général de tous progrès sociaux "(FOURIER, 1808, p. 35). "Os progressos sociais e as alterações de período ocorrem em razão do progresso das mulheres em direção à liberdade; e as decadências da ordem social ocorrem em razão da diminuição da liberdade das mulheres. [...] a extensão dos privilégios das mulheres é o princípio geral de todo o progresso social (Fourier, 1808, p. 35, tradução nossa).

particularmente burgueses e nobres, que financiariam seu projeto e consolidariam a transição. Logo, os falanstérios manteriam certo nível de diferenças sociais, porém, a riqueza máxima seria limitada e a todos seria garantido um rendimento mínimo. A repartição da produção seria feita de forma proporcional aos fatores produtivos, que para Fourier eram: o capital (4/12), o talento (2 ou 3/12) e o trabalho (5 ou 6/12) (PETITFILS, 1977).

Singer (2002) qualifica o projeto fourierista como um tipo de socialismo de mercado.³³ Basta verificar que seu sistema não abole a propriedade privada, não acaba com o dinheiro, garante a herança, remunera o capital, permite diferenças sociais e a acumulação (PETITFILS, 1977). Apesar disso, é um “[...] inimigo do capitalismo liberal, adversário implacável do comércio mentiroso, teórico de um sistema comunitário oposto ao individualismo liberal [...]” (PETITFILS, 1977, p. 106), características que o colocaram junto aos socialistas.

Seu legado associacionista inspirou muitos na implementação do projeto falanstério. Experiências foram realizadas na França, na África, nos EUA, e até no Brasil, com o caso do Falanstério do Saí ou Colônia Industrial do Saí, fundada em 1841 por imigrantes franceses no atual estado de Santa Catarina. Sua doutrina associacionista inspira até hoje as práticas da economia solidária (SINGER; SOUZA, 2000; SINGER, 2002a).

2.1.4 Robert Owen: o pai do cooperativismo

O galês Robert Owen (1771-1858) é considerado o ‘pai do cooperativismo’ e fundador do socialismo utópico inglês. Filho de um pequeno negociante, apreendeu desde cedo as técnicas mercantis que aprimorou a partir dos dez anos de idade em uma indústria têxtil de Londres, na qual se tornou caixeiro anos depois. Em um período de grande prosperidade econômica na Inglaterra, Owen soube fazer fama e fortuna. Aos 19 anos assumiu a direção de produção de uma fábrica de tecidos em

³³ Segundo Singer (2002, p. 37, grifos nossos) “[...] **o sistema de Fourier é uma variante do socialismo de mercado**, centrado na liberdade individual, na livre escolha dos trabalhos, organizados em equipes e na propriedade por ações dos meios de produção. O sistema é coerente: para que a liberdade humana culmine na paixão pelo trabalho é necessário que ninguém dependa dele para viver, o que requer uma renda cidadã que garanta a todos uma sobrevivência digna.”

Manchester e, dez anos depois, com 29 anos de idade, adquiriu em New Lanark, distrito próximo a Glasgow, quatro fiações de algodão que tinham cerca de 1800 operários sendo que aproximadamente 25% eram crianças. Essa empresa têxtil, com características semelhantes às demais fábricas inglesas, serviu de 'laboratório social' onde Owen colocou em prática as ideias que desenvolvera nos anos anteriores (PETITFILS, 1977; RUSS, 1991).

Obstinado, benevolente, crítico do sistema burguês, Owen soube como poucos sensibilizar-se diante das condições impostas aos trabalhadores pelos avanços da revolução industrial e devotou sua vida a um projeto de reformas sociais de enfrentamento dessa realidade perversa.³⁴ Por ser um industrial, um proprietário, suas ácidas críticas renderam-lhe a alcunha de 'patrão esclarecido' ou 'capitalista esclarecido'. Em um texto de 1817, intitulado '*Observations on the Effect of the Manufacturing System*'³⁵, Owen apresenta uma avaliação dura da introdução da máquina-ferramenta no sistema fabril inglês, indicando que, apesar do evidente aumento da produtividade e da riqueza, esta estava se concentrando nas mãos de poucos, enquanto os operários, a maior parte da população, passaram a se defrontar com uma realidade muito mais aviltante do que quando eram apenas camponeses.

The steam engine and spinning machines, with the endless mechanical inventions to which they have given rise, have, however, inflicted evils on society, which now greatly overbalance the benefits which are derived from them. They have created an aggregate of wealth, and placed it in the hands of a few, who, by its aid, continue to absorb the wealth produced by the industry of the many. Thus the mass of the population are become mere slaves to the ignorance and caprice of these monopolists, and are far more truly helpless and wretched than they were before the names of Watt and Arkwright were known. Yet these celebrated and ingenious men have been the instruments of preparing society for the important beneficial changes which are about to occur. All now know and feel, that the good which these inventions are calculated to impart to the community, has not yet been realized. The condition of society, instead of being improved, has been

³⁴ “[...] Em tais circunstâncias [calamidades sociais provocadas pela Revolução Industrial], ergue-se como reformador um fabricante de 29 anos, um homem cuja pureza quase infantil tocava as raias do sublime e que era, ao lado disso, um condutor de homens como poucos. [...]” (ENGELS, 1988, p. 40, grifos nossos).

³⁵ Escrito em 1817 com o título original '*Observations on the Effect of the Manufacturing System: With Hints for the Improvement of Those Parts of it Which are Most Injurious to Health and Morals*'. '*Observações sobre o Efeito do Sistema de Manufatura: com dicas para a melhoria das suas partes que são mais prejudiciais para a saúde e a moral*' (OWEN, 1817a, tradução nossa).

deteriorated, under the new circumstances to which they have given birth; and it is now experiencing a retrograde movement (OWEN, 1817a, p. 15).³⁶

Owen, segundo Petitfils (1977) e Russ (1991), tinha um pensamento marcado por um determinismo mecanicista influenciado pelo racionalismo da ‘era das luzes’³⁷. É um adepto do ideal do *Aufklärung*, segundo o qual o conhecimento, as ideias podem mudar a realidade e, por conseguinte, o caráter do homem. Um conhecimento inadequado tem, portanto, a capacidade de produzir diversos males a sociedade. Russ (1991, p. 28) explica que na filosofia de Owen “[...] o homem não se faz. Ele sofre. É vítima das circunstâncias, da situação, do real. [...] As circunstâncias explicam tudo do homem.” Essa concepção o levou a crer que alterando o ambiente no qual os homens viviam ele remodelaria o caráter dos homens, contudo era completamente hostil a qualquer metodologia alicerçada na violência, acreditava que apenas através de uma ‘revolução pela razão’ poder-se-ia promover uma nova configuração social. Esse posicionamento fica claro em sua obra ‘*A New View of Society*’³⁸ (1816), onde Owen afirma que ao se utilizar as técnicas corretas pode-se alterar o caráter do homem em uma determinada sociedade para um ‘homem racional’, um homem novo.

Any general character, from the best to the worst, from the most ignorant to the most enlightened, may be given to any community, even to the world at large, by the application of proper means; which means are to a great extent

³⁶ “O motor a vapor e as máquinas de fiação, com todas as invenções mecânicas intermináveis a que deram origem, têm, no entanto, infligido tantos males à sociedade, que agora estes já superaram os benefícios delas derivados. Elas criaram um agregado de riqueza, que foi colocado nas mãos de poucos, e estes, com sua ajuda, continuam a absorver a riqueza produzida na indústria por muitos. Assim, a massa da população tornou-se meros escravos da ignorância e dos caprichos destes monopólios, e são muito mais verdadeiramente impotentes e miseráveis do que eram antes dos nomes de Watt e Arkwright serem conhecidos. No entanto, esses homens célebres e ingênuos foram os instrumentos na preparação da sociedade para as importantes e benéficas mudanças que estavam prestes a ocorrer. Todos agora sabem e sentem que os benefícios que essas invenções deveriam trazer para a sociedade ainda não se realizaram. A condição da sociedade, em vez de ser melhorada, foi deteriorada, sob as novas circunstâncias que elas geraram, estamos agora experimentando um movimento retrógrado” (OWEN, 1817a, p. 15, tradução nossa)

³⁷ Engels (1988, p. 40, grifos nossos) também observa a influência da ‘era das luzes’: “[...] Robert Owen assimilava os ensinamentos dos filósofos materialistas do século XVIII [pensadores Iluministas], segundo os quais o caráter do homem é, por um lado, produto da sua organização inata e, por outro, fruto das circunstâncias que envolvem o homem durante a sua vida, sobretudo durante o período do seu desenvolvimento. [...]”.

³⁸ Título Original ‘*A New View of Society or, Essays on the Principle of the Formation of the Human Character, and the Application of the Principle to Practice*’. ‘Uma Nova Visão da Sociedade ou, Ensaios sobre o Princípio da formação do caráter humano, e a aplicação da teoria a prática’ (OWEN, 1816a, tradução nossa).

at the command and under the control of those who have influence in the affairs of men (OWEN, 1816a).³⁹

Por esse determinismo e essa influência iluminista, Owen era um homem pragmático, um homem de ação que buscava resultados. Em uma comunicação para os habitantes de New Lanark em 1816, ele reitera esse perfil: “*To effect any permanently beneficial change in society, I found it was far more necessary to act than to speak*”⁴⁰ (OWEN, 1816b, p. 1). E assim o fez.

Em New Lanark, os progressos obtidos por Owen o notabilizaram internacionalmente. Aumentou a produtividade de suas fiações têxteis através de uma racionalização da produção, aumentou os salários dos operários e reduziu a jornada de trabalho. Em 1806, durante uma paralisação de quatro meses nas atividades de produção em decorrência de um embargo do EUA às exportações de algodão, Owen manteve os salários dos operários, enquanto seus pares suspenderam as remunerações. No flanco moral, combateu a preguiça, os vícios, os crimes, as imoralidades (PETITFILS, 1977). Proibiu o trabalho infantil e instituiu um modelo pedagógico inovador para o seu tempo. Os estudantes tinham o máximo de liberdade para desenvolver sua personalidade e aptidões pessoais, enquanto o conhecimento tradicional era relegado a segundo plano. Owen acreditava que esse ambiente consolidaria o homem novo, dotado de uma racionalidade diferente da que fora imposta pelo capitalismo.

Estimulado pelos resultados obtidos apenas pelo seu próprio esforço em New Lanark, Owen volta-se para o Estado, crendo que com sua ajuda poderia ver avançar seus projetos de reforma. No ano de 1815, propôs uma lei proibindo o trabalho infantil que só foi aprovada quatro anos depois e completamente desfigurada (PETITFILS, 1977). Em 1817, com o fim das guerras napoleônicas, a Inglaterra entrou numa crise econômica e mais uma vez Owen fez uma proposta ao Estado. Desta vez ele produz o “*Report to the Committee of the Association for the*

³⁹ “Qualquer caráter geral, do melhor para o pior, desde o mais ignorante ao mais esclarecido, pode ser dado a qualquer comunidade, mesmo para o mundo em geral, pela aplicação de meios adequados; meios estes, que estão em grande medida, no comando e sob o controle daqueles que têm influência nos assuntos dos homens” (OWEN, 1816a, p. 1, tradução nossa).

⁴⁰ “Para efetuar qualquer mudança permanentemente benéfica para a sociedade, eu considero muito mais necessário agir do que falar” (OWEN, 1816b, p.1, tradução nossa).

*Relief of the Manufacturing and Labouring Poor*⁴¹ (OWEN, 1817b), enviado a câmara dos comuns para apreciação da comissão que discutia a Lei dos Pobres.

Nesse relatório estão as bases para uma completa reorganização social com base nas ideias do cooperativismo. Sua proposta não era assistencialista, mas sim a construção de comunidades cooperativas que aglomerassem um contingente de 800 a 1200 trabalhadores desempregados que realizariam atividades rurais e industriais, combinando através de esforços solidários de todos seus membros a subsistência e o desenvolvimento humano. Nessas vilas cooperativas, onde o trabalho seria obrigatório, a propriedade privada e os salários seriam abolidos.⁴² O núcleo familiar poderia subsistir, porém, as crianças a partir dos três anos seriam encaminhadas para um alojamento comum. Todas essas medidas tinham o intuito de alterar a comportamento individualista e competitivo dos indivíduos.

Foi uma proposta ousada e completamente rechaçada pela elite dirigente britânica que temia que tal projeto pudesse atrapalhar seus negócios. Dificilmente os *lords* da *city* permitiriam a implementação de um projeto de matiz comunista, contrário a propriedade privada, à indissolubilidade do casamento e à religião cristã. Até os mais progressistas cederam mediante essas posições de Owen (PETITFILS, 1977). Como afirma Engels

O avanço para o comunismo [mesmo que com características utópicas] constitui um momento crucial na vida de Owen. Enquanto se limitara a atuar só como filantropo, não colhera senão riquezas, aplausos honra e fama. Era o homem mais popular da Europa. Não só os homens da sua classe e posição social, mas também os governantes e os príncipes o escutavam e o aprovavam. No momento, porém, em que formulou as suas teorias comunistas, virou-se a página. Eram precisamente três grandes obstáculos os que, segundo ele, se erguiam no seu caminho da reforma social: a propriedade privada, a religião e a forma atual do casamento (ENGELS, 1988, p. 42).

No '*Report to the County of Lanark*⁴³ (1821), Owen avança em suas idéias, projetando agora uma nova sociedade sem o apoio do Estado, apenas com as

⁴¹ "Relatório à comissão de Assistência aos operários pobres" (tradução de PETITFILS, 1977).

⁴² É importante salientar que a proposta de Robert Owen era muito mais avançada do que o cooperativismo que se consolidaria com doutrina no fim do século XIX. Observa-se isso na proposta de abolição da propriedade privada por exemplo.

⁴³ Título original "Report to the County of Lanark of a plan for relieving public distress, and removing discontent, by giving permanent, productive employment, to the poor and working classes; under

comunidades cooperativas que combinariam trabalho agrícola e industrial. O Estado continuaria a existir, porém, não seria o financiador das comunidades cooperativas. Na medida em que as comunidades se disseminassem, as relações com o Estado diminuiriam até chegar a um mínimo onde o Estado não seria mais necessário. De acordo com Petitfils (1977) nesse ponto fica mais claro a vinculação de Owen com a perspectiva socialista.

Todavia, mais uma vez, Owen vê seu projeto malgrado na Inglaterra e parte para uma aventura na América do Norte. No estado de Indiana, Owen despense grande parte da sua fortuna para fundar em 1825 a colônia de *New Harmony*. Um contingente muito heterogêneo de pessoas é atraído para *New Harmony* que durante um curto período de tempo chegou a aproximar-se do socialismo oweniano. Mas a *débâcle* da experiência não tardou.

[...] Havia, a lamentar, uma falta total de ideal entre esses homens vindos de todas as partes dos Estados Unidos, sem elos comuns e de origens muito diversas. Convencido de que a influência do meio poderia mudar o caráter de qualquer pessoa, Owen havia admitido em sua aldeia todos os candidatos, sem qualquer seleção. Ao lado de intelectuais burgueses, amantes de discussões intermináveis, encontravam-se artesãos e operários sinceros, dominados pelo mestre, mas principalmente numerosos vagabundos, verdadeiros farrapos sociais ou escroques experientes, dispostos a lucrar com essa singular aventura [...]" (PETITFILS, 1977, p. 80).

Isolada, a experiência de *New Harmony*, foi logo sendo invadida pelos comportamentos que Owen quisera eliminar. A preguiça, a aversão ao trabalho manual, os vícios, a propriedade privada e a ambição pelo dinheiro desagregaram a pretendida harmonia oweniana. Em um cenário de retomada do comportamento individualista, as diferenças sociais reapareceram e solaparam a frágil solidariedade que havia sido construída.

arrangements which will essentially improve their character, and ameliorate their condition; diminish the expenses of production and consumption, and create markets co-extensive with production" (OWEN, 1821). "Relatório para o Condado de Lanark de um plano para aliviar o sofrimento público e remoção de descontentamento, dando emprego produtivo permanente para as classes pobres e trabalhadores; sob o regime que irá essencialmente melhorar seu caráter e melhorar sua condição; diminuir as despesas de produção e consumo e criar mercados co-extensivos com a produção" (OWEN, 1821, tradução nossa).

Derrotado, o obstinado Owen retorna a Inglaterra, e aproveita-se da revogação da lei sobre coalizões para difundir suas ideias ao sindicalismo nascente. A partir dessa época Owen aproxima-se do movimento operário “[...] na esperança de transformar as *trade-unions* que se constituíam espontaneamente na Grã-Bretanha em agrupamentos produtivos e auto-administrados, destinados a substituir o Estado” (PETITFILS, 1977, p. 82).

Owen aderiu à concepção do valor-trabalho exposta por Adam Smith e David Ricardo e, como era sua característica, logo tentou colocá-la em prática, numa iniciativa que eliminaria o dinheiro. Em 1832, Owen cria a ‘*National Equitable Labour Exchange*’, uma bolsa onde os produtos eram avaliados pelo tempo gasto em sua produção e em que o dinheiro era trocado por ‘*bônus de trabalho*’. A experiência durou apenas até 1834 quando as pressões da economia capitalista a fizeram sucumbir (PETITFILS, 1977). No fim da vida Owen entregou-se ao milenarismo e vários de seus discípulos trataram seu legado como uma seita.

Owen com certeza é o maior influenciador do cooperativismo moderno e da economia solidária. A organização cooperativa como forma de melhoria das condições materiais de existência e como base de uma alternativa societária anti-capitalista é um dos princípios da economia solidária. Sua experiência na ‘*National Equitable Labour Exchange*’ com os ‘*bônus de trabalho*’ inspira muitos praticantes de economia solidária que constituem clubes de troca e moedas sociais e solidárias nos dias de hoje.

2.1.5. Marx e Engels: a crítica ao utopismo e as bases do socialismo científico

Na apresentação do pensamento utópico efetuada até o momento percebeu-se como ele é multifacetado, permeado de pontos de vista diversos e com caminhos confusos, e às vezes pouco práticos para se alcançar a sociedade emancipada. Esses primeiros socialistas, reivindicados como fundadores da economia solidária, foram alvo de uma crítica desapiedada empreendida por Marx e Engels a partir do segundo quartil do século XIX. É fato que a literatura utópica impressionou e

influenciou a produção teórica de Karl Marx e Friedrich Engels⁴⁴, porém, no curso do desenvolvimento de sua nova teoria social, e no ajuste de contas com as tradições filosóficas e teóricas de seu tempo, estes autores realizaram uma síntese dialética, uma superação com um salto de qualidade, que afastou os sistemas utópicos do que seria o *socialismo científico*.

Marx e Engels superam as visões filosóficas idealistas e os projetos sociais utópicos já nos textos de 1844 e 1845, num processo dialético de negação com conservação, onde elaboram e instituem uma teoria da história alicerçada “[...] numa ontologia do ser social embasada no trabalho como processo fundante da sociabilidade [...]” (NETTO, 2004, p. 55). Num fragmento de ‘*A ideologia alemã*’ (1845-1846), onde Marx e Engels criticam a filosofia do ‘socialismo verdadeiro’ germânico, encontramos algumas considerações importantes. É um trecho longo, que pela relevância, apresentamos em inteiro teor:

[...] no que diz respeito aos próprios sistemas [utópicos], quase todos emergiram no começo do movimento comunista e serviram naquela época para a propaganda como romances populares que correspondiam plenamente à consciência ainda não desenvolvida dos proletários que iniciavam seu movimento [!]. O próprio Cabet [Etienne Cabet, socialista utópico francês] chama a sua ‘Icária’ de *roman philosophique* [romance filosófico] que de modo algum deve ser julgado com base no seu sistema, mas a partir de seus escritos polêmicos, a partir de toda sua atividade como líder de partido [jacobino]. Alguns desses romances, como, por exemplo, o sistema de Fourier, foram escritos com espírito realmente poético, outros, como dos de Owen e Cabet, foram elaborados sem qualquer fantasia e com um calculismo mercantil ou com uma pragmática adulação jurídica das concepções próprias da classe a ser trabalhada. Esses sistemas perderam toda relevância durante o desenvolvimento do partido e foram preservadas quando muito nominalmente como palavra-chave. **Quem é que acredita em Icária na França? Quem na Inglaterra acredita nos diversos planos de Owen tantas vezes modificados, que ele próprio pregava de acordo com as circunstâncias temporais alteradas ou visando à propaganda para determinadas classes?** [!] A melhor prova de quão pouco o teor real desses sistemas consiste em sua forma sistemática é dada pelos fourieristas ortodoxos da *Démocratie pacifique* [Democracia pacífica, jornal

⁴⁴ Como observa Hobsbawn (1983, p. 45), “[...] tudo ou quase tudo que Marx e Engels disseram sobre a forma concreta da sociedade comunista se baseia nos primeiros escritos utópicos – por exemplo, a abolição da diferença entre cidade e campo (derivada, segundo Engels de Fourier e Owen), ou a abolição do Estado (de Saint-Simon) – ou é fruto de uma discussão crítica de temas utópicos.” No Manifesto do Partido Comunista também são reconhecidos os pontos importantes do legado utópico: os escritos dos socialistas utópicos “[...] atacam todas as bases da sociedade existente. [...] suas proposições positivas referentes à sociedade futura – tais como a abolição do contrato entre cidade e campo, da família, do lucro privado, do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado numa simples administração da produção – todas essas proposições nada mais fazem do que exprimir o desaparecimento dos antagonismos de classe [...]” (MARX; ENGELS, 2002, p. 78).

fundado em 1843 por Victor Considerant], que não obstante toda a sua ortodoxia, são justamente os antípodas de Fourier, ou seja, são burgueses doutrinários. **O conteúdo propriamente dito de todos os sistemas que marcaram época corresponde às necessidades do tempo em que surgiram. Na base de cada um deles está todo o desenvolvimento progresso de uma nação, a conformação histórica das relações de classe com suas conseqüências (sic) políticas, morais, filosóficas e demais. [...]** (MARX; ENGELS, 2007, p. 444, grifos nossos).

Muito se pode extrair dessa passagem. Primeiro, Marx e Engels salientam a característica de romances ficcionais presente nas obras utópicas que funcionavam como uma resposta aos desejos daqueles que viam perplexamente os impactos negativos de todas as transformações que se desenrolavam na sociedade. Segundo, atacam os sistemas que usavam da racionalidade econômica burguesa como estratégia para convencer que os possíveis investidores de tais projetos obteriam ganhos na empreitada, caso de Owen e Fourier. Terceiro, esses sistemas eram produto de uma época em que o proletariado ainda não tinha se consolidado e trazem os traços inconfundíveis de uma sociedade burguesa ainda não completamente conformada. Quarto, Marx e Engels já eram completamente céticos diante desses projetos societários, desvelavam sua ineficácia e disparavam ironias aos seus propositores. Essas posições prosseguem e se aprofundam nas obras subsequentes desses autores.

Com '*A miséria da filosofia*' (1847), redigido como resposta às proposições do francês Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), Marx "[...] opera a liquidação teórica do socialismo utópico-reformista [...]" (NETTO, 2004, p. 87) com uma contundente análise do modo de produção capitalista baseada no materialismo dialético. Proudhon propunha reformas que atendessem a todos sem prejudicar ninguém; era contrário à tática revolucionária e pregava que os trabalhadores se organizassem em cooperativas e que fosse criado um banco específico para eles (KONDER, 2003, p. 15). Cabe ressaltar que Proudhon, também incluído por Singer (2000) como influenciador da economia solidária, não era propriamente um socialista utópico, e sim, na classificação marxiana, integrante do grupo de socialistas conservadores burgueses, os quais intentavam remediar os males sociais a fim de garantir a sobrevivência da sociedade burguesa (MARX, ENGELS, 2002, p. 75-76).

Em 1848, o *'Manifesto do Partido Comunista'* sistematiza toda a crítica aos sistemas utópicos. A história do Manifesto remonta a Liga dos Justos que era dominada pela confusão ideológica e também pelo utopismo, e que passou a contar com a colaboração de Engels e Marx a partir de 1843 e 1844, respectivamente (NETTO, 2004). Essa plataforma confusa avança com a mudança da Liga dos Justos para a Liga dos Comunistas em 1847 e se consolida com o lançamento do Manifesto. Pela primeira vez um projeto sociopolítico surge conectado à perspectiva da classe proletária e nela fundamentado. Pela primeira vez se propõe que o proletariado deve ser o sujeito a assumir o papel sócio-histórico de conduzir as transformações emancipatórias (NETTO, 2004).

No Manifesto, todos os tipos de socialismo degenerados são desqualificados. A própria substituição do termo socialista por comunista foi reflexo dessa degeneração. No prefácio da edição inglesa do Manifesto Comunista de 1888, Engels explica porque, em 1847, não podia usar o termo socialista:

[...] quando foi escrito, não podíamos chamá-lo de Manifesto Socialista. Por socialistas, em 1847, entendia-se, de um lado, os adeptos de vários sistemas utópicos: os owenitas na Inglaterra e os fourieristas na França, ambos já reduzidos à condição de meras seitas em vias de desaparecimento gradual; de outro lado, os vários charlatões sociais (*social quacks*) que por meio dos diversos truques pretendiam remediar, sem qualquer perigo para o capital e o lucro, todos os males sociais. Em ambos os casos eram homens que estavam fora do movimento operário, buscando o apoio das classes 'cultas'. [...] Assim, em 1847, o socialismo era um movimento burguês (*a middle-class movement*), o comunismo, um movimento operário (ENGELS, 2002, p. 33).

O ponto fundamental é que o socialismo anterior aos anos 40 do século XIX, o socialismo pré-marxista (HOBBSAWN, 1983), era um movimento de classe-média e não da classe operária, apenas remediavam os efeitos da exploração capitalista sem atacar suas causas. A literatura utópica, portanto, era uma expressão da comoção pequeno-burguesa e por isso foi considerada reacionária por preconizar um “[...] ascetismo universal e um grosseiro igualitarismo” (MARX; ENGELS, 2002, p. 76). Como Marx e Engels (2002, p. 77) demonstram no Manifesto,

Eles, os socialistas utópicos querem melhorar a situação de todos os membros da sociedade, inclusive dos mais privilegiados. Por isso, não cessam de apelar indistintamente para toda a sociedade, e de preferência para a classe dominante. Pois como podem as pessoas não verem, uma

vez compreendido seu sistema, que ele é o melhor plano possível para a melhor sociedade possível?

Em consequência, rejeitam toda ação política, e especialmente toda ação revolucionária; querem atingir sua meta por meios pacíficos e procuram abrir caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, através de pequenos experimentos que naturalmente sempre fracassam.

Marx e Engels querem evidenciar que, por rejeitar a ação política e principalmente a ação revolucionária, o pensamento socialista utópico possui uma incongruência fundamental. Os socialistas utópicos reconhecem, mesmo que intuitivamente, os conflitos de classe, porém procuram evitá-los buscando uma solução conciliatória sem uso de violência. Ora, é patente que há certa ingenuidade em crer que a burguesia se convenceria a abrir mão de seu poder político e econômico pacificamente em prol da coletividade. A incongruência agudiza-se com o desenvolvimento histórico que traz consigo o avanço do domínio do capital sobre o trabalho e a intensificação da luta de classes entre burguesia e proletariado, demonstrando que o pacifismo anti-revolucionário proposto pelos utópicos estava equivocado, como já estivera desde sua origem.

Apesar disso, como mostra Marx, os discípulos dos utopistas aferraram-se de tal modo aos princípios de seus mestres que mesmo com a intensificação da luta de classes, sua ação é a de conciliadores de classes que buscam remediar os antagonismos, estabelecendo uma relação simbiótica com a burguesia. Eles

[...] continuam a sonhar com a realização experimental de suas utopias sociais, com a realização de falanstérios isolados [alusão a proposta de Fourier], a criação de *home-colonies* em seus países [alusão as colônias cooperativas de Owen], a fundação de uma pequena Icária [alusão a Etienne Cabet e seu país utópico chamado Icária] – duodécimas edições da Nova Jerusalém [alusão a Owen]; e, para a construção de todos esses castelos no ar, são obrigados a apelar para a filantropia dos corações e dos bolsos burgueses. [...] (MARX; ENGELS, 2002, p. 78)

Os primeiros socialistas bradavam contra o modo de produção capitalista de sua época e as mazelas produzidas por ele, mas não podiam ir além disso, pois o socialismo ainda possuía traços idealistas ou pautava-se num materialismo rudimentar. Quanto mais furioso era o ataque do socialismo utópico à “[...] exploração da classe operária, inseparável desse modo de produção [capitalista],

menos estava em condições de indicar claramente em que consistia e como nascia essa exploração” (ENGELS, 1988, p. 53). Deve-se a Marx duas grandes descobertas: primeiro, a concepção materialista da história, e segundo, a teorização da mais-valia e o segredo da exploração capitalista, que permitiram compreender o funcionamento da lógica do capital e atacá-la ideologicamente (ENGELS, 1988). Essa é a tese fundamental de Engels no texto *‘Do socialismo utópico ao socialismo científico’* (1880), onde o *socialismo científico* de Marx não é uma descoberta casual de um intelectual iluminado, mas o reflexo necessário da luta entre burguesia e proletariado. Em vez de criar uma sociedade ideal utópica e tentar levá-la adiante com apoio burguês, Marx desvenda os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista indicando a superação desta pela ação política do proletariado.

Como observa Petitfils (1977), o comportamento dos socialistas utópicos, marcadamente diverso do de Marx, é um misto de pacifismo, pois não se pauta por um processo revolucionário de luta, e subversão, pois ataca com uso de exemplos e experiências as bases estruturantes da sociedade burguesa. Mais do que imaginar uma sociedade nova num futuro longínquo, esses reformadores sociais viram a possibilidade de realizar alguns de seus projetos contemporaneamente a sua vida, ou seja, trata-se de iniciar a construção da sociedade ideal no tempo presente, muitas vezes buscando o apoio da burguesia e desmobilizando as lutas operárias. Petitfils (1977, p. 12) resume a atitude utopista:

[...] Mas como os utopistas podem esperar transformar a sociedade, se recusam ao mesmo tempo a evolução e a revolução? Escolhendo precisamente o terceiro caminho: a inversão do mundo pela utopia. Convencidos de serem os donos da verdade, acreditam que podem modificar a vida apenas pela força persuasiva de suas idéias, ante as quais o universo inteiro, pasmo e reconhecido, é convidado a inclinar-se. [...] Basta acreditar que seu modelo social se imporá por si mesmo, simplesmente porque a verdade sempre acaba por triunfar.

A crença de que a verdade recebida por revelação por Owen, Saint-Simon, Fourier e outros haveria de triunfar, condiz com a transformação de seus ideários em novos tipos de religião. Não adeptos da revolução optaram por disseminar suas ideias e fracassaram. O owenismo vira uma seita milenarista por volta de 1836 com a publicação do *‘Livro do novo mundo Moral’* em que Owen acredita em uma *‘segunda vinda’*, que não será de Jesus, mas da ciência, e esta aniquilaria todo o mal e

fundaria a Nova Jerusalém, a terra sem males. Seguidores de Saint-Simon, baseados no seu '*Nouveau Cristianisme*', fundam uma religião saint-simoniana, uma religião industrial do amor, que se espalha pela França mas logo fracassa (PETITFILS, 1977). Marx sabiamente desnudou todos esses devaneios.

Uma espécie de determinismo, oriundo desses pensadores utópicos do século XIX, parece permanecer em torno do conceito de economia solidária à medida que a crença na utopia de um novo modo de produção de base cooperativa suplantará o capitalismo pacificamente. A defesa da tese de uma transição pacífica no começo do século XIX, quando a sociabilidade burguesa não estava completamente conformada, representou uma utopia produto de um momento histórico específico. A defesa de tal tese hoje, quando a hegemonia do capital sobre a determinação das relações sociais é inconteste, representa uma posição mais conservadora que utópica.

A economia solidária é, na visão de seus defensores contemporâneos, o caminho para a superação do capitalismo e para a emancipação do trabalho. Marcada por uma mudança dos seres humanos para uma condição não individualista, ela é pensada hoje, como resultado inexorável do desenvolvimento e generalização dos empreendimentos solidários, assim como fora pensada no passado. Da mesma forma que para Owen, os atuais defensores da economia solidária creem que ao se alterar a realidade objetiva de trabalho dos indivíduos, ao se reorganizar o ambiente, obter-se-á um novo caráter, mesmo que ao redor a sociedade capitalista permaneça intacta. Esta economia fundada na solidariedade, no amor e na fraternidade é muitas vezes financiada pelo Estado burguês e pela própria burguesia assim como Owen e Fourier pensaram. A retomada de proposições como estas assumem um papel mistificador na contemporaneidade.

Procuramos nessa primeira parte do capítulo nos aproximar desse antigo debate que se reatualiza. Em seguida, discutiremos como o cooperativismo foi tratado nos anos seguintes à consolidação do socialismo científico – na segunda metade do século XIX –, uma vez que o movimento cooperativista teve notável desenvolvimento nesta época, evocando outros elementos que podem colaborar com o entendimento do fenômeno atual da economia solidária.

2.2 OS PIONEIROS DE ROCHDALE E A DOCTRINA COOPERATIVISTA

Como buscamos evidenciar na primeira parte deste capítulo, as contribuições dos denominados socialistas utópicos, principalmente Robert Owen, Saint-Simon e Fourier, foram fundamentais para a concretização dos primeiros empreendimentos associativos e cooperativos de trabalhadores. Dentre essas experiências, a fundação da cooperativa de consumo *Rochdale Society of Equitable Pioneers* nas cercanias de Manchester, em 1844, é a que marca a consolidação do cooperativismo moderno⁴⁵. Operários têxteis, que sofriam com as péssimas condições de trabalho e o constante espectro do desemprego, se organizaram numa instituição com fins econômicos e sociais sob diretrizes pré-acordadas coletivamente. A iniciativa dos 28 tecelões cresceu e prosperou passando para 12.584 integrantes em 1895, quando a cooperativa de consumo somava um capital integralizado de £ 365.295 (PINHO, 1966).

Durante estes anos, as diretrizes assumidas experimentalmente pelos pioneiros se generalizaram internacionalmente como princípios do movimento cooperativista (SOUZA, 2011). Baseado na experiência inglesa, os seguintes princípios fundamentam o cooperativismo moderno: 1º - Adesão voluntária e livre, sem qualquer tipo de diferenciação de gênero, etnia, orientação sexual, opção política e religiosa; 2º - Gestão democrática onde cada membro da cooperativa tem direito a um voto independentemente do capital integralizado; 3º - Participação econômica dos membros que receberiam juros fixos sobre seus aportes enquanto o excedente seria reinvestido; 4º - Autonomia e independência da gestão garantida em quaisquer circunstâncias e acordos firmados; 5º - Educação, formação e informação voltadas para a concepção cooperativa e custeadas com recursos da própria cooperativa; 6º - Prática da intercooperação ou ajuda entre cooperativas; 7º - Interesse pelo desenvolvimento da comunidade (OCB, acesso em 20 out. 2012).

⁴⁵ Considera-se a fundação da cooperativa de Rochdale em 1844 como o nascimento oficial do cooperativismo. As organizações anteriores, apesar de muitas delas se basearem em princípios similares aos dos Pioneiros de Rochdale, dentre as quais, as desenvolvidas por Owen e Cabet, são consideradas pré-cooperativas (PINHO, 1966). Contudo, essas pré-cooperativas são resgatadas como as primeiras manifestações da economia solidária (SINGER, 2002a). “A cooperação pode se apresentar de maneira informal ou formal. O primeiro caso verifica-se frequente nas zonas rurais, quando os vizinhos se reúnem em mutirão para preparar a terra, semear, colher, marcar o gado ou realizar outras atividades. O segundo caso aparece quando a entreatajuda obedece a estatutos previamente elaborados pelos membros cooperadores” (PINHO, 1966, p. 17).

O pioneirismo dos tecelões de Rochdale motivou outros grupos de trabalhadores a fundarem outras cooperativas. Na França, a partir de 1848, foram fundadas cooperativas de produção idealizadas por Buchez. Seguindo a tradição já formulada na França, essas cooperativas sintetizavam as idéias de Saint-Simon (e seus discípulos Enfantin e Bazard), de Fourier (e seu discípulo Victor Considérant) e de Louis Blanc. Buchez mesclou o sistema societário de Saint-Simon com os fatores produtivos fourieristas (trabalho, talento e capital) e com a proposta blanquista de controle da concorrência e de ajuda financeira do Estado para emancipação do assalariamento. Essas associações de trabalho não tinham a personificação do empresário (entendido como '*parasita*') e seguiam cláusulas semelhantes às dos pioneiros como a realização de assembléias periodicamente para a tomada de decisões, a distribuição dos rendimentos entre o fundo de reserva (20%) e o restante (80%) repassado aos trabalhadores proporcionalmente aos dias trabalhados e a atividade desempenhada, a consolidação de um capital social pertencente à cooperativa e de caráter inalienável, etc. (PINHO, 1966).

No campo creditício também desenvolveram-se cooperativas baseadas nos princípios de Rochdale e conjugadas com o princípio do auxílio mútuo, ou seja, não se permitia a ajuda do Estado ou qualquer tipo de ajuda filantrópica, somente os membros da associação poderiam cooperar entre si. Porém, a posição relativa a esse último ponto variava, e dependendo das condições econômico-sociais das regiões onde surgiam as cooperativas abriam-se precedentes. As primeiras experiências de cooperativas de crédito ocorreram na Alemanha idealizadas por Raiffeisen (1847), Schulze-Delitzsch (1849) e Haas (1883), e na Itália por Luzzati (1864) e Wollemborg (1883) (PINHO, 1966).

A sistematização da doutrina econômica cooperativista, que visa uma reforma social por meio da cooperação, ocorreu 42 anos depois da iniciativa em Rochdale, em 1886. Conduzida por um liberal, o professor de Economia Política da Faculdade de Direito de Paris, Charles Gide (1847-1932), a formulação da doutrina cooperativista visava superar as mazelas econômico-sociais, das quais fazia duras críticas, com a implantação de diversos tipos de cooperativas (consumo, produção, crédito, etc.) por um caminho pacífico e gradual. Essa proliferação das cooperativas dar-se-ia em três etapas. Na primeira, priorizar-se-iam as cooperativas de consumo reduzindo os

custos e abolindo o lucro, em seguida, implantar-se-iam cooperativas de produção industrial para serem fornecedoras das cooperativas de consumo, e, por último, na terceira etapa, constituir-se-ia um setor cooperativo agrícola (PINHO, 1966).

Partindo desse ‘*programa em três etapas*’ a doutrina cooperativista define o ‘*consumidor*⁴⁶’ como o grande sujeito social capaz de empreendê-lo, capaz de reformar a sociedade a partir da sua associação em cooperativas. Como todos integrantes da sociedade são consumidores, todos teriam o direito de participar, direta ou indiretamente, do controle dos meios de produção, e, por conseguinte, da gestão da produção dos bens e serviços que consomem, bem como, participar da gestão da distribuição dessa produção e da distribuição do crédito. Conforme aponta Pinho (1966, p. 31),

Lentamente e sem violência, os consumidores iriam formando cooperativas de consumo, que eliminariam os intermediários da troca e aboliriam o lucro. Depois, criariam cooperativas de produção agropecuária e industrial, que eliminariam o patrão, suprimiriam o salariado e dariam ao trabalhador, agrícola ou industrial, a posse dos instrumentos de produção e o direito de disposição integral do produto de seu trabalho. Concomitantemente, as cooperativas de crédito obteriam para seus sócios – que são ao mesmo tempo sacadores e sacados – as vantagens do auxílio-mútuo, da gestão direta e da concessão de empréstimos a juros baixos. A união dos consumidores em vários tipos de cooperativas teria como resultado o ‘Reinado do Consumidor’, concretizando a ‘República Cooperativa’ ou ‘Democracia Econômica. Daí a conhecida frase que sintetiza o ideal cooperativista: ‘o consumidor deve ser tudo’.

Essa perspectiva idealista foi enfrentada internamente por alguns autores, não obstante as bases fundamentais da doutrina permaneceram e influenciam as teses da economia solidária nos dias atuais. Dentre as críticas a Gide, temos a inglesa Beatriz Potter Weeb que divergiu em dois pontos com o autor: por ser coletivista, ela defende a socialização através do poder político; e, devido à influência do ‘*cooperativismo owenista*’, ela coloca as ‘*trade unions*’ em pé de igualdade com as cooperativas. Outro a contrapor-se a Gide foi seu conterrâneo G. Fauquet (1873-1953) que, em 1935, colocou-se contra a cooperativa total da sociedade, pois ao observar a complexa realidade econômica do capitalismo, verificou que o cooperativismo será sempre um setor da economia dentro desse modo de produção

⁴⁶ A doutrina cooperativista propõe uma sociedade de consumo onde são atendidas as necessidades dos consumidores. Não se trata de uma ideologia do consumismo como impera no capitalismo.

e nunca se generalizará como afirmara Gide. Por último, outro francês, Ernest Poisson (1882-1942), tenta aproximar o cooperativismo do socialismo e do marxismo, pois entende o cooperativismo como um movimento essencialmente socialista (PINHO, 1966).

Hegemônica e de caráter evolucionista, a doutrina de Gide coloca a '*ordem cooperativa*' como o novo modelo que sucederá a '*ordem capitalista*' e suplantará todas as desigualdades, solucionando os antagonismos de classe. Na sociedade cooperada dos consumidores não haverá luta de classes. Da forma como se desenvolve, a doutrina cooperativista se coloca como uma '*terceira via*' entre o capitalismo e o socialismo. A doutrina cooperativista

[...] não se confunde com a doutrina liberal e individualista ou com o neoliberalismo, nem tampouco com as doutrinas socialistas revolucionárias ou reformistas. Surgiu como oposição às conseqüências (*sic*) práticas da doutrina liberal e individualista – que preconizava a mais completa liberdade econômica em fins do século XVIII, mas acarretou graves injustiças sociais, suscitando uma série de reações desde o início do século passado. [...] o cooperativismo se opõe também à prática socialista de vários países, pois, embora o socialismo tenha aí conseguido obter certa equidade (*sic*) na repartição dos rendimentos, eliminou as liberdades individuais, econômicas e sociais (PINHO, 1966, p. 30).

O crescimento do movimento cooperativo culminou na fundação, em 1895, na cidade de Londres, da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), organização que até os dias atuais tem a função básica de preservar e defender os princípios cooperativistas (SINGER, 2002a; PINHO, 1966). Apresentando-se como alternativa de organização econômica, o cooperativismo nunca tornou-se hegemônico em nenhuma nação, coexistindo com os regimes capitalistas e planejados. Em muitos países de organização capitalista o cooperativismo foi um elemento importante no processo de desenvolvimento das forças produtivas, acompanhando paralelamente o avanço da sociedade mercantil. Em países de economia planejada, teve destaque na Iugoslávia, na China e no setor de produção agrícola Cubano. Essa relação entre socialismo e cooperativismo é que discorreremos agora.

2.3 O CAMPO SOCIALISTA E A PROBLEMÁTICA DO COOPERATIVISMO

A problemática da organização cooperativa sempre permeou os aflorados debates socialistas desde seus primórdios. Assim, uma indagação corrente é: se pensarmos o cooperativismo como um caminho de superação do capitalismo, seria ele concorrente ou complementar ao socialismo? Ou seja, o cooperativismo é uma alternativa ao capitalismo antagônica ao socialismo ou o cooperativismo é um caminho a ser trilhado para se chegar ao socialismo? Como visto anteriormente, a própria perspectiva da doutrina cooperativista oficial coloca-se como uma ‘terceira via’, concorrente com a via capitalista e a socialista. Mas como ficaria a relação entre cooperativismo e socialismo para os autores clássicos da perspectiva transformadora? Diversos autores contribuíram para uma aproximação dessa resposta, partindo da análise dialética da realidade e pensando na fase de transição para o socialismo após a tomada do poder do Estado.

Antes da guinada conservadora realizada por Gide, a via cooperativa sempre foi um caminho ao socialismo defendido no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864. Marx, um dos principais idealizadores da Primeira Internacional, como ficou posteriormente conhecida, reconhecia algumas vantagens no cooperativismo, principalmente no que tange à autogestão e à possibilidade de que os trabalhadores se organizassem sem a personificação do capital na empresa, ou seja, o patrão. É notório nesse sentido o trecho do livro III d’*O Capital*,

Pelo que diz respeito às cooperativas operárias, elas representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, **dentro das cooperativas o antagonismo entre o capital e o trabalho encontra-se superado**, embora ainda **sob uma forma imperfeita**: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios, o que quer dizer que usam os meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho. Mostram como a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais da produção que lhes correspondem, se constitui um novo modo de produção e se liberta naturalmente do anterior (MARX, 1973d, p. 28, grifos nossos).

As cooperativas constituem uma ‘brecha’ no interior da organização capitalista da produção pelo fato de o questionarem como único caminho possível, mas

reproduzem os mesmos defeitos do sistema, pois não alteram o mecanismo de geração de valor e mais-valia. Mesmo que a personificação do patrão capitalista desapareça nas cooperativas, a produção de mercadorias permanece submetida às exigências do mercado capitalista.

Além disso, em nota de tradução, verificamos que onde se lê superado, Marx utiliza no original *aufhebung*, termo que indica superação/abolição e ao mesmo tempo guarda/manutenção (MARX, 1988, p. 315). Assim, é possível depreender que, para Marx, o antagonismo entre o capital e o trabalho em uma cooperativa é ao mesmo tempo abolido e mantido configurando uma relação dialética. O mesmo se pode dizer quanto à propriedade privada, ela é superada na aparência, porém mantida na essência sob a forma de propriedade privada coletiva. Por isso que Marx salienta que essa superação se dá '*sob uma forma imperfeita*'.

Na perspectiva marxista, toda a riqueza está representada pelo conjunto das mercadorias produzidas no sistema capitalista. Para Marx, a geração da riqueza está relacionada ao domínio exercido por alguns homens (a classe burguesa) sobre a maioria dos seres humanos. A subjugação do trabalho expressa na relação salarial é a que garante a apropriação da mais-valia. Marx já havia observado n' *O Capital* que "[...] a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação" (MARX, 1988, p. 246). O trabalho coletivo ou cooperação nessa perspectiva sempre existiu e remonta às primeiras associações entre homens para a consecução de um determinado fim, porém a particularidade da cooperação instaurada pelo sistema capitalista é que ela é organizada pelo capitalista com o fim de extrair dos trabalhadores no processo de produção um mais-valor, ou seja, é a. O trabalhador possuidor apenas de sua própria força de trabalho a troca por um salário que representa um *quantum* inferior ao que ele próprio produz, além disso, ele não participa da gestão que é função do capitalista ou do seu representante. Marx, atento à realidade de seu tempo e assumindo um posição não sectária, identificou desde cedo as potencialidades do movimento cooperativista que, de certa forma, enfrentavam parte dessas questões. Na mensagem proferida no 1º Congresso da AIT, Marx reconhece que o movimento cooperativo, mas, sobretudo as manufaturas cooperativas

[...] por actos (*sic*), e não por palavras, provaram que a produção em grande escala, e segundo as exigências da ciência moderna, pode processar-se sem que uma classe de senhores empregue uma classe de ‘braços’; que os meios de trabalho para darem fruto, não tem necessidade de ser monopolizados para domínio e exploração do trabalhador; e que o trabalho assalariado, assim como a escravatura, como a servidão, é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer perante os trabalhadores associados os quais passarão a dedicar-se às suas tarefas com braços ágeis, espírito atento e coração alegre. [...] (MARX, 1973a, p. 14).

Todavia, esse reconhecimento, ou para ser mais exato, essa admiração, não o impediu de pontuar duras críticas às experiências colocadas a cabo entre os anos de 1848 e 1864. Apesar de colocar essa auto-organização dos trabalhadores em cooperativas como um *‘vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital’*, Marx identificava limites claros nessa empreitada. Na mesma mensagem ele não titubeia e coloca em termos bastante claros que

“[...] por excelente que seja nos seus princípios e por mais útil que se revele na prática, a cooperação dos trabalhadores, enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem suceda o que suceder no que lhes pertence, então essa cooperação nunca será capaz de travar os monopólios que crescem em proporção geométrica; ela não será capaz de libertar as massas, nem mesmo de aliviar de modo sensível o fardo da sua miséria. [...] Para que as massas trabalhadoras fossem libertadas, a cooperação deveria revestir-se de uma amplitude nacional, e conseqüentemente, seria necessário reforçá-la com meios nacionais” (MARX, 1973a, p. 15).

A posição de Marx quanto ao cooperativismo presente no manifesto inaugural da I Internacional é completamente antagônica à posição dos que defendem que a transformação social passa pela via da generalização paulatina das cooperativas e será alcançada pacificamente. Choca-se diametralmente com as concepções mais altivas da economia solidária na atualidade que defendem a luta econômica como via para construção do socialismo.

Para Marx não é possível romper com os grandes monopólios através da luta econômica, é necessário a organização dos trabalhadores e sua atuação revolucionária para de fato libertar as massas. Naquele contexto histórico, Marx argumentou que somente um sistema de cooperação de ‘amplitude nacional’ poderia alcançar esse objetivo, ou seja, ele tinha em conta a imprescindibilidade da socialização da propriedade e, portanto, a necessidade da tomada do poder do

Estado pelo proletariado – uma verdadeira socialização do poder. Se no terceiro quartil do século XIX as experiências utópicas já se mostravam incapazes de romper com os grandes monopólios, hoje a intenção dos empreendimentos econômicos solidárias de alcançar tal fim soa como fábula.

Dois anos depois, em 1866, nas resoluções do primeiro congresso da AIT, Marx reconhece o papel do movimento cooperativo como uma das forças empenhadas em mudar a sociedade. Recomenda principalmente a consolidação de cooperativas de produção, as quais atacariam o cerne da contradição capital/trabalho, demonstrado que o capitalista pode ser expurgado da produção. Além disso, as resoluções atentavam-se para umas das principais preocupações dos socialistas e do movimento cooperativo: a possibilidade de degeneração daqueles empreendimentos em sociedades burguesas. A sugestão era de que se deveria manter uma remuneração igualitária entre todos os integrantes, sócios ou não-sócios, e permitir apenas temporariamente um lucro mínimo para os sócios. Não obstante as considerações positivas reconhecidas por Marx, ele não tergiversa e mais uma vez deixa claro que “[...] **o sistema cooperativo restrito as formas ínfimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista**” (MARX, 1973, p. 21c, grifos nossos).

Em outro texto clássico, a ‘*Crítica do Programa de Gotha*’ (1875), Marx com o tradicional estilo contundente ataca as concessões liberais da proposição do Partido Socialista Operário da Alemanha. Como proposta de enfrentamento das ‘*questões sociais*’ o partido informa em seu programa que lutará pela constituição de cooperativas de produção com a ajuda de um Estado sob controle democrático dos trabalhadores. Marx condena a postura do partido que abre mão da conquista através da luta revolucionária e elege a parceria com o Estado como solução, além de demonstrar que o Estado estava muito longe de ser controlado pelos trabalhadores pela via democrática, como criam os social-democratas alemães. “[...] No que diz respeito às sociedades cooperativas actuais (*sic*), elas apenas tem valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelo governo nem pelos burgueses” (MARX, 1973b, p. 19).

Para Marx, os limites do cooperativismo devem-se ao fato de que as cooperativas desenvolvem-se circunscritas ao interior da dinâmica do sistema capitalista. Por mais que possa apresentar avanços pontuais, não superam de forma perfeita os antagonismos oriundos da sociedade controlada pelo capital. Esse ponto explica o conflito existente dentro da I Internacional entre Marx e os anarquistas, principalmente Mikhail Bakunin. A tradição anarquista não aceitava a tese da transição para o socialismo a partir da ditadura do proletariado. Os anarquistas defendiam as cooperativas e a auto-organização dos trabalhadores em sistemas federativos como formas efetivamente socialistas de enfrentamento ao antagonismo capital/trabalho.

Anos depois dessa querela protagonizada por Marx e os anarquistas, já no fim do século XIX e no princípio do século XX, o cooperativismo foi tema de um novo e amplo debate pelos integrantes da II Internacional, particularmente por teóricos ligados ao *Sozialdemokratische Partei Deutschland* (SPD), o Partido Socialdemocrata Alemão. Eduard Bernstein (1850-1932), então o grande expoente intelectual da agremiação propôs por meio de vários artigos publicados na revista *Neue Zeit* do SPD, revista editada por Karl Kautsky, uma revisão do marxismo e da atuação do partido rumo ao socialismo. A obra que sistematizou essas ideias foi *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*⁴⁷.

Suas teses versam sobre um socialismo evolucionário que seria alcançado gradualmente pela consolidação da democracia, com maior participação dos representantes proletários no parlamento e pela ação das *trade unions* e cooperativas que suprimiriam o lucro industrial e o comercial respectivamente (LUXEMBURGO, 2010). As concepções de Bernstein atacam o materialismo histórico e, por conseguinte, as conclusões de Marx. Dividindo a teoria marxista entre ciência pura e ciência aplicada, Bernstein questiona a possibilidade de um socialismo científico alegando que, de um lado, os predecessores de Marx, os socialistas utópicos, tinham pretensões à cientificidade, e de outro lado, os seguidores desses predecessores de Marx consideravam os postulados do materialismo histórico uma utopia. Partindo da observação da situação econômica européia no fim do século XIX, Bernstein aponta elementos que, segundo ele,

⁴⁷ “As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia”.

indicariam a não aplicabilidade da teoria de Marx quando confrontada com a realidade. Segundo ele, a lei da tendência decrescente da taxa de lucro e, conseqüentemente a tendência de crises cíclicas do capitalismo, não teriam mais validade e, além disso, o capitalismo havia se humanizado permitindo condições materiais de vida cada vez melhores para os trabalhadores (BERNSTEIN, 1997).

Para Bernstein o socialismo deve corresponder a um movimento que caminha para uma sociedade baseada na associação ou, mais precisamente, na cooperação. Para o autor, a etimologia da palavra socialismo apresenta como radical o termo *socius* do latim, que significa sócio ou cooperador. Sua proposta de socialismo realiza-se por três meios principais: pela democracia parlamentar, pelos sindicatos e pelas cooperativas (BERNSTEIN, 1997; LUXEMBURGO, 2010).

Para o autor social-democrata alemão, a concepção de Marx sobre o movimento cooperativo era demasiadamente preconceituosa e baseada em “[...] observações muito genéricas e em grande parte negativas” (BERNSTEIN, 1997, p. 94). Benstein aponta dois motivos para que as análises de Marx tenham sido incorretas:

Em primeiro lugar, na altura em que ele escreveu havia ainda escassa experiência das diferentes formas de cooperação, de modo que ele pudesse formular um juízo na base do existente. [...] em segundo lugar, Marx não encarou as sociedades cooperativas com aquela isenção de preconceitos que teria possibilitado à sua faculdade de observações aguda dos problemas penetrar mais fundo do que a média dos teóricos socialistas. Mas, nesse ponto, a sua doutrina já formada – ou, se me permitem a expressão, a fórmula – de expropriação interpôs-se no caminho e impediu-o de usar o seu grande poder de análise. A sociedade cooperativa era aceitável, para ele, na forma em que representasse o mais direto contraste com a empresa capitalista (BERNSTEIN, 1997, p. 96).

Marx via alguns avanços nas cooperativas de produção por apresentarem uma resistência, mesmo que parcial, aos antagonismos de classe impostos pela organização capitalista da produção, porém, nunca foi um defensor do potencial revolucionário das cooperativas. Bernstein, por seu turno, o acusa de uma certa acuidade visual nessas observações, indicando que ele defendia a cooperação industrial, e essa mostrou não ser uma força econômica. A experiência histórica mostrou o contrário, mostrou que a cooperativa de produção era a “[...] mais infeliz forma de trabalho associado [...]” e que “[...] longe de atacarem os alicerces do atual

sistema econômico, elas deram, muito pelo contrário, uma prova de sua relativa solidez” (BERNSTEIN, 1997, p. 97). Ao que nos parece, Bernstein confirma as teses de Marx, ou seja, que as cooperativas tinham um potencial muito limitado de enfrentar o capital já que mantêm relações simbióticas com ele e, por isso, são passíveis de degeneração por estarem inseridas na lógica do mercado capitalista. Mas Bernstein, contrariando os socialistas, e talvez com um desejo de inovar, indica que o caminho não está nas cooperativas de produção que se degeneram em empresas capitalistas, e sim nas cooperativas de consumo ou armazéns cooperativos, esses sim a verdadeira força econômica. Essa degeneração, como já colocamos, está implícita na análise de Marx que percebia que as cooperativas não rompiam com a estrutura do capital que, em vez de serem contrárias a essa estrutura podiam tornar-se funcionais a ela e, por outro lado, Marx não via nas cooperativas de consumo nenhum aspecto de ataque ao capital, uma vez que essas associações atuam apenas na esfera da circulação. Além disso, elas não apóiam, a priori, nenhuma determinação de classe uma vez que todos podem se unir para realizar ‘compras coletivas’, desde trabalhadores até burgueses.

Essas argumentações de Bernstein já não podiam ser respondidas por Marx que morrera em 1883. Coube a Rosa Luxemburgo (1871-1819), polonesa naturalizada alemã e também integrante do SPD, a função de fazer tal enfrentamento teórico, o qual fez mantendo-se fidedigna às postulações de Marx. Rosa Luxemburgo analisa e questiona as complexas e graves questões da teoria de Bernstein que, segundo ela, foi um ‘*revisionista*’ ou ‘*reformista*’ que, observando as mudanças do capitalismo do seu tempo, introduziu à sua tese no seio da agremiação partidária alemã com uma clara visão equivocada dos estudos de Karl Marx.

Superando os preconceitos que qualquer mulher de sua época enfrentaria ao disputar o espaço de exposição intelectual em um partido político, Rosa Luxemburgo atacou contundentemente as teses de Bernstein. Para Rosa, as cooperativas de produção são ‘*seres híbridos*’ inseridos na economia capitalista; trata-se da “pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista” (LUXEMBURGO, 2010, p. 83). Isso para Rosa manifestava uma contradição cabal, qual seja, uma estrutura econômica com características de produção socializada e propriedade coletiva num ambiente onde é dominante a lógica do valor, da exploração

intensificada do trabalho, da apropriação da mais-valia pela classe burguesa. Essa contradição, segundo Rosa, colocava aos operários o seguinte imperativo, “[...] governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista” (LUXEMBURGO, 2010, p.84). Ou seja, assim como Marx prevera, também para Rosa as cooperativas degenerar-se-iam ao tentar sobreviver diante das imposições do mercado e os trabalhadores auto-explorar-se-iam. Não se trata de uma questão de uma falta de ‘disciplina’ dos operários em torno dos ideais cooperativistas, como argumentaram Bernstein e Beatrice Potter-Webb, mas sim da inserção desses empreendimentos no ‘regime absoluto natural do capital’ que impõe suas determinações. Todavia, como veremos no próximo capítulo, é comum que na contemporaneidade encontremos nos autores que pesquisam o tema da economia solidária o argumento de que a ‘disciplina’ dos trabalhadores dos EES, uma espécie de nova moral ou racionalidade, é o elemento que pode garantir a longevidade e autenticidade das iniciativas solidárias.⁴⁸

No trabalho de Rosa fica evidente que as reformas propostas por alguns integrantes do SPD só teriam validade se, e somente se, fossem meios para aproximar-se de um fim maior, a revolução social (LUXEMBURGO, 2010). Ocorre que as proposições de Bernstein elevaram às reformas a condição de fim último da prática social-democrata. Para Rosa, “[...] do ponto de vista do socialismo científico, a necessidade histórica da revolução socialista manifesta-se antes de tudo na anarquia crescente do sistema capitalista, anarquia essa que leva a um impasse” (LUXEMBURGO, 2010, p. 24). Para Bernstein, todavia, vários ‘meios de adaptação’ impediriam esse colapso do capitalismo.

O cooperativismo também apareceu nas experiências do socialismo real, onde teve grande importância e foi implantado, mesmo que com suas particularidades, como uma forma de organização da produção. Na Rússia, na China e em Cuba a implementação do cooperativismo sempre teve destaque na política econômica

⁴⁸ Essa nova moral ou racionalidade solidária seria uma tomada de consciência do indivíduo que, resistindo às manifestações regressivas do poder do capital, se organizam em EES buscando a conformação de uma alternativa ao capitalismo. Na prática, é em geral uma reação imediata ao desemprego. Quando o capital demanda esta força de trabalho alocada nos EES a ‘nova racionalidade’ solidária é muitas vezes abandonada desmentindo o que pregam muitos defensores da economia solidária.

socialista e nos programas do partido comunista, direcionada principalmente à questão da organização campesina e da produção rural.

Nessa perspectiva, salientaremos as considerações feitas por Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924), que escreveu em janeiro de 1923 um pequeno, porém deveras elucidativo artigo intitulado '*Sobre las cooperativas*'. Em março de 1921, num contexto de derrotas – especialmente a da Revolução Alemã –, Lenin elabora a Nova Política Econômica (NEP). A NEP reestruturou a economia russa que havia sido erigida após outubro de 1917. As reformas representaram um retrocesso em relação à propriedade e à competição permitindo elementos capitalistas como a defesa da acumulação e a aplicação de técnicas tayloristas de administração da produção. Também o papel das cooperativas no desenvolvimento da nova economia é reconsiderado. Assim escreveu o líder bolchevique:

Me parece que en nuestro país no se presta la suficiente atención a las cooperativas. Es poco probable que todos comprendan que ahora, a partir de la Revolución de Octubre e independientemente de la Nep (por el contrario, en este sentido habría que decir: precisamente gracias a la Nep), **las cooperativas adquieren en nuestro país una importancia verdaderamente extraordinaria**. En los sueños de los viejos cooperativistas hay mucha fantasía. A menudo resultan cómicos por lo fantásticos. Pero ¿en qué consiste esa fantasía? En que **la gente no comprende la importancia fundamental, la importancia cardinal de la lucha política de la clase obrera por derrocar la dominación de los explotadores**. Hoy es ya un hecho este derrocamiento en nuestro país, y mucho de lo que parecía fantástico, incluso romántico y hasta trivial en los sueños de los viejos cooperativistas, se convierte ahora en una realidad de los más natural (LENIN, 1979, p. 786, grifos nossos).⁴⁹

A perspectiva leninista é clara em mostrar que uma vez realizada a revolução socialista as cooperativas poderiam cumprir uma função completamente distinta da que cumpriam no capitalismo, em suas palavras, elas teriam uma importância '*extraordinária*'. Superadas as contradições do sistema capitalista, as cooperativas

⁴⁹ “Parece-me que em nosso país não se presta suficiente atenção nas cooperativas. É pouco provável que todos compreendam que agora, a partir da Revolução de Outubro e independentemente da Nep (pelo contrário, nesse sentido deveríamos dizer: precisamente graças à Nep), **as cooperativas adquirem em nosso país uma importância verdadeiramente extraordinária**. Nos sonhos dos velhos cooperativistas havia muita fantasia. Com frequência resultam cômicos de tão fantásticos. Mas, em que consiste essa fantasia? **Em que as pessoas não compreendem a importância fundamental, a importância cardinal da luta política da classe trabalhadora para derrotar a dominação dos exploradores**. Hoje é já um fato esse derrocamento em nosso país, e muito do que parecia fantástico, inclusive romântico e até trivial nos sonhos dos velhos cooperativistas, se converte agora em uma realidade das mais naturais [...]” (LENIN, 1979, p. 786, grifos e tradução nossos).

deixariam de estar mergulhadas no mercado capitalista e aí a produção socializada a partir da propriedade coletiva e da autogestão deixaria de ser uma expressão daqueles romantismos idealizados pelos ‘*socialistas utópicos*’. Lenin não tibiubeia em sua análise e afirma que “*es indudable que las cooperativas en un Estado capitalista son instituciones capitalistas colectivas [...]*”⁵⁰ (LENIN, 1979, p.790) e, vai mais além complementando que “[...] *en el capitalismo privado, la diferencia existente entre empresas cooperativas y empresas capitalistas es la misma que hay entre empresas colectivas y empresas privadas*”⁵¹ (LENIN, 1979, p.790). Ou seja, corroborando com as posições de Marx e Rosa, Lenin não crê no protagonismo revolucionário das cooperativas que se desenvolvem no regime capitalista, que são formas híbridas de capitalismo.

Justamente a ausência desse protagonismo revolucionário é apresentada pelo revolucionário russo como o principal erro ou fantasia dos velhos cooperativistas. Vejamos o que ele nos diz:

[...] ¿En qué consiste la fantasía de los planes de los viejos cooperativistas, empezando por Roberto Owen? En que soñaban con la **transformación pacífica de la sociedad moderna mediante el socialismo**, sin tener en cuenta cuestiones tan fundamentales como la **lucha de las clases**, la **conquista del poder político por la clase obrera** y el **derrocamiento de la dominación de la clase de los explotadores**. Por eso tenemos razón para ver en ese socialismo “cooperativista” una **pura fantasía, algo romántico y hasta trivial** por sus sueños de transformar, mediante el simple agrupamiento de la población en cooperativas, a los enemigos de clase en colaboradores de clase, y a la guerra de las clases en paz entre las clases (la llamada paz civil) (LENIN, 1979, p. 790-791, grifos nossos).⁵²

Lenin apontou um dos erros fundamentais cometidos pelos socialistas utópicos, que conforme Singer (2000) são os fundadores da economia solidária. Aqueles ‘*velhos*

⁵⁰ “é indubitável que as cooperativas em um Estado capitalista são instituições capitalistas coletivas [...]” (LENIN, 1979, p. 790, tradução nossa).

⁵¹ “[...] no capitalismo privado, a diferença existente entre empresas cooperativas e empresas capitalistas é a mesma que há entre empresas coletivas e empresas privadas” (LENIN, 1979, p. 790, tradução nossa)

⁵² “[...] Em que consiste a fantasia dos planos dos velhos cooperativistas, começando por Robert Owen? Consiste em que sonhavam com a **transformação pacífica da sociedade moderna mediante o socialismo**, sem ter em conta questões tão fundamentais como a **luta de classes**, a **conquista do poder político pela classe trabalhadora** e o **derrocamento da dominação da classe dos exploradores**. Por isso temos razão em ver nesse socialismo “cooperativista” uma **fantasia pura, algo romântico e até trivial** por seus sonhos de transformar, por meio do simples agrupamento da população em cooperativas, os inimigos de classe em colaboradores de classe, e a guerra de classes em paz entre as classes (a chamada paz civil)” (LENIN, 1979, p. 790-791, grifos e tradução nossas).

cooperativistas’ do século XIX já cometiam o erro que é cometido contemporaneamente pelos seus novos representantes, responsáveis pelo *aggiornamento* da economia solidária. Esse erro crasso é o abandono da luta política para superar a exploração capitalista crendo que o simples desenvolvimento de cooperativas no seio da economia capitalista seria capaz de engendrar um processo de transformação que leve ao socialismo pacificamente. Ao propor uma pseudo-paz entre as classes, desconsiderando os antagonismos irreconciliáveis inerentes à lógica do capital, os adeptos daquele antigo cooperativismo e hoje da economia solidária apresentam-nos uma via ao socialismo que nas palavras de Lênin não passam de *‘pura fantasia, algo romântico e até trivial’*.

Procuramos até aqui, reconstruir o debate sobre o socialismo utópico e o cooperativismo que engloba um longo período que vai do final do século XVIII até o início do século XX. Obviamente, fizemos tal reconstrução do debate sem o intuito de esgotá-lo, mas visando resgatar elementos teóricos que podem nos auxiliar na interpretação do fenômeno contemporâneo da economia solidária. Na fase seguinte deste trabalho, analisaremos os discursos em torno da economia solidária na atualidade. Da mesma forma que vimos que há pensadores favoráveis ao cooperativismo e contrários, também há um debate contemporâneo com posições bem marcadas, e é esse debate que iremos analisar, tendo como fundamento alguns desses pressupostos até então apresentados.

3 ANÁLISE DA DISCUSSÃO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao analisar as obras selecionadas acerca da economia solidária – publicadas a partir dos anos 90 –, percebemos uma variação no discurso dos que ‘*estão dentro*’ e dos que ‘*estão fora*’, ou seja, ‘*militantes*’ e defensores da economia solidária por um lado e analistas externos de outro.⁵³ Assim, como nosso estudo trata de uma sistematização dos discursos divergentes acerca da Economia Solidária as obras selecionadas aglutinaram-se principalmente em dois grupos: um com afinidade com a economia solidária (SINGER 1998; SINGER, 2002a; SINGER; SOUZA, 2000; SINGER; GAIGER, 2004; FRANÇA & FILHO; LAVILLE, 2004; ARRUDA, 2003; SANTOS, 2012), e outro com a crítica, principalmente marxista (MONTAÑO, 2007; BARBOSA, 2007; MENEZES, 2007; WELLEN, 2012; GERMER, 2007).

3.1 A CONTRAPOSIÇÃO DOS ARGUMENTOS SOBRE A TEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O tema da economia solidária tem suscitado um intenso debate, com inúmeros questionamentos e com reflexões a partir de pontos de vistas diversos. Desse momento de nosso trabalho em diante, o objetivo será contrapor esses discursos. Neste intuito, analisamos autores críticos à economia solidária, e um conjunto de autores posicionados favoravelmente às suas concepções e práticas. No que se refere aos autores críticos, identificamos que todos se inserem na tradição marxista.⁵⁴ Quanto aos defensores, há uma grande heterogeneidade. Há os que dizem se inspirar na tradição marxista como Paul Singer; há os que assumem um caráter anti-marxista como Boaventura de Souza Santos; e autores inspirados na crítica da sociologia econômica de Polanyi como Jean-Louis Laville e Genauto Carvalho de França Filho.

⁵³ Inspiramo-nos na identificação de diferenças no discurso ‘de dentro’ e ‘de fora’ efetuada por Montaña (2007) em sua análise sobre o ‘terceiro setor’.

⁵⁴ Como ‘tradição marxista’ estamos nos referindo a um campo da teoria social diverso, rico e heterogêneo que busca a compreensão crítica da estrutura e da dinâmica do capitalismo com vistas a superá-lo, portanto, que defende a perspectiva anti-capitalista e da revolução (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011; NETTO, 1990).

Os textos analisados referem-se às práticas da economia solidária, principalmente o cooperativismo, dado que este é apontado pela grande maioria dos autores como o *carro chefe* das práticas econômico-solidárias. Todavia, a economia solidária engloba uma série de outros organismos, como clubes de troca, ecovilas, associações, etc., e os textos muitas vezes abordam sobre essas outras modalidades de manifestação do fenômeno econômico-solidário.

Identificamos nos textos que há um posicionamento teórico/prático perceptivelmente comum nas argumentações pró e contra a economia solidária. De um lado, o ativista, o militante, ou estudioso da proposta econômico-solidária utiliza-se de estudos de caso, estatísticas, categorias teóricas e até princípios morais com o intuito de legitimar e propugnar a economia solidária como alternativa às crises do capitalismo, e a ele próprio. A posição é evidenciada por Boaventura, que afirma que todas essas novas modalidades de resistência devem ser analisadas a partir da perspectiva da 'hermenêutica das emergências' que

[...] interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem a hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas. Esta perspectiva **amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para as tornar mais visíveis e credíveis**. Isto não implica que a hermenêutica das emergências renuncie a análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas. Todavia, a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial (SANTOS, 2012, p. 26, grifos nossos).

Ao adotar a prerrogativa da 'hermenêutica das emergências' incorre-se no erro de superestimar as características apontadas como emancipatórias nas iniciativas analisadas escamoteando-se pontos negativos a fim de torná-las mais credíveis. É importante salientar que as chamadas '*alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas*' em geral são atividades inseridas nos mecanismos de reprodução do capital e, portanto, têm suas intenções emancipatórias bastante limitadas.

Além do mais, ao priorizar essas novas possibilidades pretensamente emancipatórias, a mensagem implícita no discurso é anti-revolucionária, ou seja, contra transformações estruturais e a favor de mudanças graduais. Por isso, do outro lado desse flanco, os pesquisadores críticos procuram enquadrar o fenômeno

da economia solidária sob o prisma da totalidade social, demonstrando como essas iniciativas se acoplam às novas determinações do regime de acumulação capitalista.

De um modo geral, mesmo com abordagens diferenciadas, nos discursos dos diversos autores que propõem a economia solidária há elementos de significação de uso recorrente, tais como: '*nova experiência social*', '*potencial alternativo*', '*solidarismo econômico*'; '*cooperação*', '*autogestão*', '*associativismo econômico*', '*nova racionalidade*', '*solidarismo empreendedor*', '*desenvolvimento humano*', '*desenvolvimento sustentável*', '*emancipação social*', '*produção não-capitalista*', '*alternativa sistêmica*' (SINGER, 2002a; GAIGER, 2004; SANTOS, 2012). Estes elementos fazem do discurso em defesa da economia solidária um discurso atraente para as ONG's, os movimentos sociais, setores da Igreja Católica, alguns partidos políticos, etc., pois apresentam uma crítica emocional contra o sistema e um pretense caminho para superá-lo. Por isso, podemos supor que, se um leitor desatento, de personalidade humanista, minimamente sensível às mazelas produzidas pelo capitalismo, se deparasse com a literatura pró-economia solidária, após uma curta reflexão, decerto diria: *Eureka!* Eis um caminho! Eis uma bandeira a empunhar!

Revigorada num período de crise do capital, no âmago da luta contra a '*globalização neoliberal*', e com propostas de '*resistência anti-capitalista*' e de uma '*globalização alternativa anti-hegemônica*' (SANTOS, 2012), não poderia ser diferente que frações da esquerda progressista logo se orientassem pela defesa da perspectiva da economia solidária. Por isso a importância de dialogar com as análises críticas, nas quais verificamos que se procura demonstrar que, por trás desses elementos de significação, *a priori* progressistas e anti-capitalistas, escondem-se práticas que articulam-se com as necessidades contemporâneas de reprodução do capital.

A economia solidária possui suas contradições, incoerências e imprecisões, as quais precisam ser desveladas. Principalmente quando suas ideias passam a ser crescentemente utilizadas para orientar a formulação de políticas públicas de geração de emprego e renda que impactam na vida de parcela importante da classe trabalhadora. Trata-se de encarar, portanto, os discursos como indutores de ações e políticas públicas, e identificar que característica essas ações e políticas públicas

desempenham no contexto da totalidade social. Como nos mostra Wellen (2012, p. 24, grifos nossos),

apesar da altivez discursiva, para analisar se realmente a ‘economia solidária’ se estabelece como um projeto social capacitado para superar o modo de produção capitalista, ou que funcione como instrumento de resistência dos trabalhadores contra o capital, é indispensável uma pesquisa que objetive apreender a configuração desse projeto social a partir das determinações sociais presentes no atual contexto social. [...] **O que determina a função social de qualquer objeto de pesquisa não são os discursos proferidos por seus representantes, mas as relações de interdependência desse objeto com a totalidade social.** Desconsiderar tal atitude serve apenas para promover uma mistificação da realidade e do objeto de pesquisa.

O que aponta os autores críticos, baseados nessa correlação entre a função social e a totalidade social, é que o grupo de autores da economia solidária faz parte de uma ‘*tendência de (suposta) intenção progressista*’. Essa terminologia é de Carlos Montaña que ao tratar dos autores do ‘terceiro setor’⁵⁵ os dividiu entre uma ‘*tendência regressiva*’, conservadora e neoliberal, e uma ‘*tendência de (suposta) intenção progressista*’, tendência da ‘*nova esquerda*’ ou do ‘*pós-marxismo*’ que acaba sendo funcional ao neoliberalismo (MONTAÑO, 2007). Estamos de acordo com essa assertiva e buscaremos com afinco demonstrá-la.

Nunca é demais lembrar que a economia solidária guarda relações estreitas com o ‘*terceiro setor*’. O conceito de ‘*terceiro setor*’ aparece no Brasil quase que concomitantemente ao resgate da noção de economia solidária, o primeiro em 1994 e o segundo em 1996.⁵⁶ Trata-se do período de avanço do neoliberalismo, da ideia do Estado mínimo, e por isso, de acordo com esse ideário, se os dois setores, Estado e mercado, não são capazes de atender às necessidades dos cidadãos, o ‘*terceiro setor*’, que supostamente é a ‘*sociedade civil*’ deve se auto-organizar para tal fim. Isso implica na expansão de uma ideologia do associativismo, do

⁵⁵ O terceiro setor inclui as organizações não-lucrativas e não-governamentais; as instituições de caridade e religiosas; as atividades filantrópicas, fundações empresariais, filantropia empresarial, ‘*empresa cidadã*’; ações solidárias, ações voluntárias, atividades pontuais e informais. Incluiria também as iniciativas econômico-solidárias, ou o projeto social da economia solidária (MONTAÑO, 2007; WELLEN, 2012).

⁵⁶ O termo ‘terceiro setor’ aparece no Brasil na obra ‘Privado porém público – o terceiro setor da América Latina’ (1994) de Rubem Cezar Fernandes, enquanto a primeira aparição do termo e economia solidária se deu em 1996 num artigo de Paul Singer na Folha de São Paulo intitulado ‘Economia solidária contra o desemprego’ (LECHAT, 2002).

solidarismo, do possibilismo, do conformismo frente a um afastamento do Estado e a incapacidade do mercado de dar uma resposta efetiva à ‘*questão social*’ (MONTAÑO, 2002; MENEZES, 2007).

Na Europa, o vínculo entre ‘*terceiro setor*’ e economia solidária fica mais evidente. Os europeus não utilizam a terminologia economia solidária e sim economia social, que congrega empresas de tipo cooperativo, sociedades de tipo mutualista, organizações associativas e fundações (CATTANI *et al*, 2009), ou seja, a economia social nesses países engloba os empreendimentos da chamada economia solidária, as organizações não-governamentais e as entidades sem fins lucrativos. No Brasil, mesmo que alguns autores desvinculem as organizações da economia solidária das organizações do ‘*terceiro setor*’, a análise concreta, que identifica a estrutura e a dinâmica desses empreendimentos no interior do capitalismo, não deixa dúvidas das várias interligações entre o fenômeno do ‘*terceiro setor*’ e o fenômeno da economia solidária.

Portanto, vários elementos nos indicam que a economia solidária está nesse campo pretensamente progressista, por mais que seus autores apresentem-na e defendam-na com tanta galhardia. Para evidenciar isto, dividimos a discussão de acordo com as categorias de sentido pré-definidas⁵⁷ e buscamos fazer uma apresentação das ideias dos autores sobre cada tópico de forma clara e didática, sem a intenção de esgotar o seu debate, dado o escopo dessa pesquisa. Sempre que possível articularemos os argumentos dos autores com o contexto da economia brasileira.

Iniciaremos, assim, com as argumentações sobre a emergência de construção de uma economia solidária para enfrentar o **desemprego** e a **precarização das relações de trabalho**. Na sequência, evidenciaremos as divergências encontradas na bibliografia em torno da **emancipação do trabalho**. Por último, sistematizaremos as ideias dos autores em relação ao papel da economia solidária na **lógica de acumulação e reprodução do capital** e as suas potencialidades como **alternativa ao capitalismo**. Salientamos que, realizando a contraposição das concepções dos autores selecionados, pretendemos desnudar seus posicionamentos ideológicos, teóricos e políticos, bem como práticos, e assim, subsidiar nossa análise conclusiva.

⁵⁷ Ver Introdução (p. 16).

3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Ao consultarmos os autores que tratam da economia solidária verificamos que a problemática do desemprego e da precarização das relações laborais são pontos sempre abordados, mesmo que indiretamente. O ressurgimento das iniciativas autogestionárias no Brasil tem vínculos estreitíssimos com as transformações contemporâneas no mundo do trabalho. A reinvenção dessas modalidades de organização do trabalho, principalmente no âmbito urbano, está associada à crise econômica enfrentada pela sociedade brasileira no último quarto do século XX.

Em geral, os trabalhos dos autores propugnadores da economia solidária argumentam que foi justamente a crise do mundo do trabalho que acendeu o pavio que provocou a explosão dos empreendimentos baseados em práticas auto-organizativas, ou seja, houve uma série de eventos que rompeu a inércia dos trabalhadores levando-os a constituírem cooperativas e assumir massas falidas de empresas sob o regime da autogestão.⁵⁸ Isso fica evidente na análise de Singer e Souza (2002, p. 26) onde é indicado que o intenso crescimento da economia solidária “[...] está indubitavelmente associado ao desemprego, que vem atingindo níveis inéditos, e à precarização do trabalho, que está excluindo milhões de mercado formal de trabalho”. A reestruturação produtiva e a globalização alteram a divisão internacional do trabalho e criam o cenário que faz emergir os empreendimentos autogestionários da economia solidária como alternativa de geração de emprego e renda (SINGER, 1998; SINGER; SOUZA, 2000).

Antes dos anos 90, como afirma Lima (2007, p. 13), “a ‘tradição’ cooperativista brasileira esteve majoritariamente ancorada na associação de produtores rurais de diversas dimensões para a comercialização de produtos agrícolas [...]”. Reunidas em

⁵⁸⁵⁸ Os trabalhadores não se demitiram para constituir EES e reagir contra o capital. A organização dos EES não foi uma atitude deliberada dos trabalhadores que ao perceber a ditadura do capital na empresa tomaram consciência de que as cooperativas e fábricas recuperadas eram organizações melhores que a empresa privada capitalista. Na verdade, os trabalhadores se organizaram em um cenário de aumento do desemprego decorrente da reestruturação produtiva e da implantação das medidas neoliberais. Uma vez demitidos é que eles passam a se auto-organizar. Começa então a ganhar eco o discurso de geração de emprego e renda via organizações que praticam a economia solidária.

torno da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB),⁵⁹ essas cooperativas agropecuárias, mesmo que assumindo os princípios de Rochdale, eram em grande maioria controladas por grandes grupos exportadores de *commodities* e não por seus sócios. Por serem as mais antigas, até os dias de hoje contam com grande pujança econômica e possuem muitos associados.⁶⁰ A partir de 1990, empresas autogestionárias, associações e cooperativas passam a ser mais comuns no meio urbano para manter a ocupação e a renda de trabalhadores, além das cooperativas de agricultura familiar no meio rural (RIOS, 2007).⁶¹

Mesmo com o crescimento a partir dos anos 80, tais empreendimentos só seriam enquadrados como integrantes do rol da economia solidária em meados dos anos 90. Embora essa relação entre economia e solidariedade fosse discutida fora do Brasil, já em 1986, pelo filósofo chileno Luiz Razeto Migliaro, o que ele denominou de '*economía de solidaridad*'⁶², no Brasil este controverso conceito só ganhou seus primeiros delineamentos na literatura em maio de 1996, quando Paul Singer publicou na revista do PT 'Teoria e Debate' um artigo intitulado "*Desemprego: uma solução não capitalista*". Nele, Singer finca os marcos iniciais do projeto da economia solidária. Logo em seguida, ele publicou mais dois artigos, agora no jornal Folha de São Paulo, intitulados "*Autogestão contra o desemprego*", em 22 de junho e, "*Economia solidária contra o desemprego*", em 11 de julho de 1996. Em 1998,

⁵⁹ Criada em 1969, durante o regime militar, a OCB é o órgão máximo de representação das cooperativas no Brasil (Lei 5764/71). Associou-se desde sua origem a setores conservadores ligados ao agro-negócio. Para uma compreensão mais aprofundada do papel contraditório da OCB ver o trecho da obra de Wellen (2012) "A dominação capitalista mistificada em solidariedade: a "economia solidária" e a OCB".

⁶⁰ De acordo com o relatório estatístico da OCB, 'Panorama do cooperativismo brasileiro – ano 2011', existem no Brasil 6.586 cooperativas. Ao todo essas cooperativas reúnem um montante de 10.008.835 cooperados e ainda empregam sob a forma de assalariamento 296.286 trabalhadores. Estima-se que o conjunto de cooperativas vinculadas a OCB seja responsável por aproximadamente 6% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro, sendo que apenas o cooperativismo agropecuário contribuiu com US\$ 6,1 bilhões em exportações diretas (mais de 40% do PIB agropecuário) (SESCOOP, 2012).

⁶¹ Estes tipos de organizações já estariam em gestação a partir de 1980 segundo Rios (2007, p. 14-15, grifos nossos): "[...] já a partir dos anos 1980 surge um novo tipo de cooperativismo que chamo de '**cooperativismo solidário**' por apresentar de maneira explícita uma perspectiva ideológica e uma opção política em contraposição ao '**cooperativismo de negócios**' [...] dois tipos de cooperativa se destacarão a partir dos anos 1980 no cenário econômico nacional: as cooperativas de trabalho no meio urbano e as cooperativas de agricultura familiar no meio rural."

⁶² "[...] concebimos la economía de solidaridad como una formulación teórica de nivel científico, elaborada a partir de experiencias prácticas que más allá de sus diferencias comparten diversos rasgos constitutivos esenciales de solidaridad, mutualismo, cooperación y autogestión, por los trabajadores o la comunidad. Se trata de un modo de hacer economía que implica comportamientos, relaciones y estructuras especiales tanto en el plano de la producción como en los de la distribución, el consumo y la acumulación" (RAZETO, 1989).

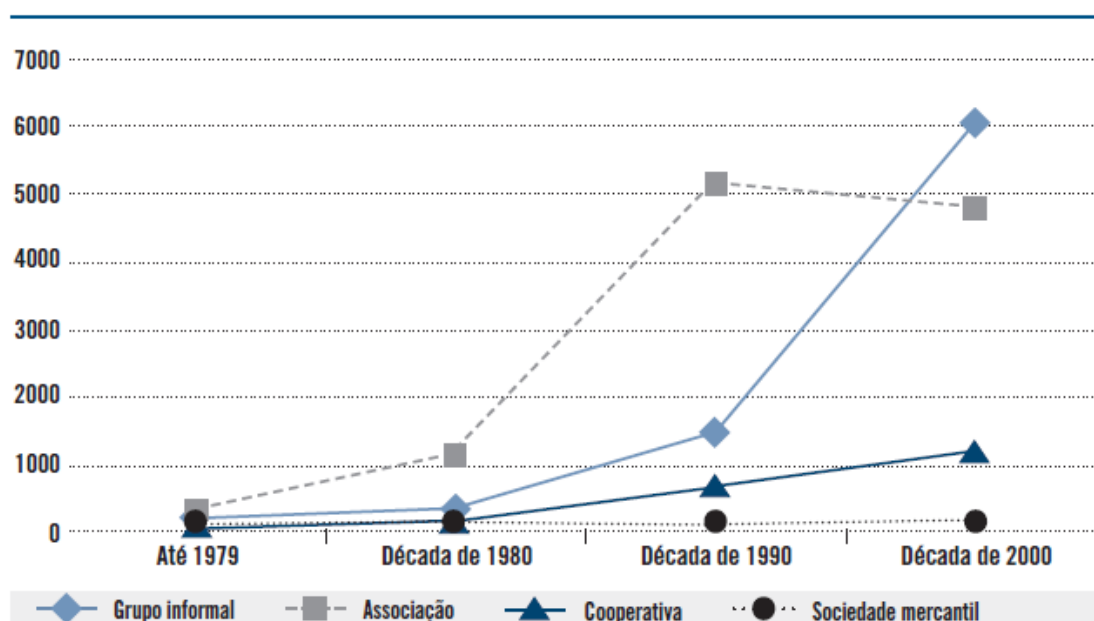
publicou “*Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*” com uma defesa abrangente do caminho cooperativo para resistir e superar o desemprego. Dois anos depois, em parceria com André Ricardo de Souza, organizou uma coletânea de estudos sobre os empreendimentos auto-gestionários intitulada “*A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*”. Nesse ínterim, outros autores inspirados no pioneirismo de Singer começam a apresentar suas contribuições sobre essa suposta alternativa para o desemprego e para a precariedade das relações de trabalho como é o caso de Luiz Inácio Gaiger que, em 2004, organizou outra coletânea de estudos de caso, intitulada “*Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*”. No âmbito internacional, a coletânea “*Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*” organizada por Boaventura de Souza Santos em 2002, apresenta um olhar sobre essas experiências em seis países do mundo: Brasil, África do Sul, Moçambique, Índia, Colômbia, e Portugal.

A relevância que esse tema ganhou na produção acadêmico/bibliográfica está intimamente relacionada à importância que o fenômeno econômico-solidário alcançou nos últimos anos. As estatísticas não mentem: é o que podemos observar nos dados divulgados pela SENAES em 2007⁶³ (GRÁFICO 1). Verifica-se que na década de 90 e no período compreendido entre 2000 e 2007 ocorre o grande *boom*

⁶³ A partir de junho de 2003, a recém instituída SENAES e o recém formado FBES, iniciam um projeto de mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em todo o país, que pudesse dar visibilidade a Economia Solidária, bem como, oferecer informações para a formulação de políticas públicas. Esse trabalho resultou no Atlas da Economia Solidária – 2005. O MTE através da portaria ministerial n. 30, de 20 de março de 2006, instituiu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Atualizado até 2007 o SIES identificou quase 22.000 EES. Um dos programas da SENAES, Economia Solidária em desenvolvimento (Programa 1133 – Plano Plurianual – PPA 2008-2011), estabeleceu a ação orçamentária 2A84 – Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES. O trabalho de coleta começou a ser realizado em 2009, com a atualização dos dados dos EES da base do SIES 2005/2007, e identificação e cadastramento de novos EES; atualização e cadastramento das Entidades de Apoio e Fomento (EAF) da base do SIES 2005/2007, e identificação e cadastramento de novas EAF; e incorporação na base do SIES das Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES) com aplicação de questionário específico. A expectativa era que em 2010 se obtivesse a informação da existência de mais 30.000 EES no Brasil, além das informações relacionadas a EAF e PPES, porém tais informações não foram oficialmente divulgadas durante o ano de 2010 (BRASIL, 2009). No PPA 2012-2015, no Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Território Sustentável e Economia Solidária, encontra-se mais uma vez a Ação Orçamentária 2A84 – Manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012 destina R\$ 1.000.000 para a ação orçamentária 2A84 e indica que os valores serão destinados a divulgação e disseminação dos resultados do Mapeamento da Economia Solidária 2010 (BRASIL, 2012), o que ainda não foi realizado. Portanto, não temos a disposição dados atualizados para utilização.

da economia solidária. De um total de 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) existentes em 2007, 7.413 (33,9%) surgiram na década de 90 e 12.211 (55,8%) nos anos 2000. Nos anos 90 destaca-se o surgimento de mais de 5.000 associações, cifra que praticamente mantêm-se no período seguinte (surgimento de pouco menos que 5.000 associações). Nos anos 2000, quem roubou a cena foram os grupos informais (mais de 6.000 surgem nesses anos). Considerando que apenas 1,7% dos EES foram fundados até o ano 1979, essa série demonstra uma clara tendência de crescimento dos EES nas três últimas décadas, justamente um período de crise da economia brasileira como já afirmamos anteriormente.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE EES SEGUNDO PERÍODO EM QUE TIVERAM INÍCIO, POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO – Brasil 2005 e 2007 (em números absolutos)



Fonte: MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Elaboração Dieese. (A década de 2000 corresponde aos anos de 2000 a 2007).

Os anos 90 são marcados pela aplicação do receituário neoliberal. A abertura comercial e um amplo processo de privatizações são implementados com o intuito de aumentar a competitividade dos setores produtivos nacionais. O resultado é que muitas empresas quebraram. Se nos anos 80 a quantidade de EES ainda não era tão expressiva, com a contra-reforma neoliberal dos anos 90 observa-se o crescimento do número de EES. Há uma implicação política e ideológica nesse

processo. Nos anos 80, ainda temos os resquícios da luta social contra um Estado autoritário. Já nos anos 90 e 2000, há cada vez mais a generalização do trabalho precarizado que substitui os contratos formais de trabalho. Por isso, há um crescimento perceptivelmente abrupto nas formas de organização associativas e informais e, um pouco mais vagaroso, no caso das cooperativas.

Cabe-nos aqui esclarecer o conceito de EES adotado pela SENAES, que são todos empreendimentos que se pautam na Carta de Princípios da Economia Solidária, cujos pontos principais são: a valorização social, e não meramente econômica, do trabalho humano; a busca da satisfação plena das necessidades de todos por meio da atividade econômica e do desenvolvimento de novas tecnologias; o respeito às questões de gênero reconhecendo o papel fundamental da mulher em uma economia de base solidária; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, acesso em 15 fev. 2013). Assumidos os princípios da carta, reconhece-se a organização como EES, seja esse empreendimento formal ou não.⁶⁴ Dessa forma, há uma grande heterogeneidade de organizações que se enquadram como EES, por exemplo:

cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nas cidades e nos campos); cooperativas ou associações de agricultores familiares; empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas que são recuperadas pelos/as trabalhadores/as); fundos solidários e rotativos de crédito (organizados legalmente sob diversas formas jurídicas e também informais); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras. Cooperativas ou associações de catadores (coletores de materiais recicláveis); trabalhadores de fábricas falidas que formam novas empresas solidárias, assumindo os meios de produção em igualdade e gerindo a empresa de forma democrática; amigos, vizinhos e colegas de trabalho que se organizam para fazer compras solidárias, beneficiando tanto quem consome como quem produz; comunidades que usam moeda social em seus clubes de troca; bancos solidários etc.; redes de empreendimentos solidários ou cadeias de produção, articulando vários estágios da produção de produtos (BRASIL, 2007b, p. 14-15).

⁶⁴ Conforme a Lei 5.764/71 em seu Art. 107 determina-se que ‘as cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores’. Ou seja, a OCB, ao divulgar dados sobre o cooperativismo – ver nota 42 –, considera apenas as cooperativas legalmente registradas. A SENAES, ao contrário, possui um conceito mais amplo para os EES e considera organizações informais nas suas estatísticas.

Dos 21.762 EES existentes em 2007, 36,5% eram grupos informais, 51,9% associações e 9,6% cooperativas (TABELA 1). A pequena representatividade das cooperativas nesse total nos chama a atenção. Justamente elas que são apresentadas pelos autores da economia solidária como o protótipo de empresa socialista representam menos de 10% do total de EES. Em contrapartida, destacamos o grande número de organizações informais, principalmente urbanas (60,5% dos EES urbanos). Todo esse conjunto de EES, independentemente de sua forma de organização, indicam a nosso ver uma das facetas da precarização das relações de trabalho, muitas vezes negada ou omitida pelos autores da economia solidária. Atualmente, especula-se que o número de EES já pode ultrapassar a cifra de 30.000 organizações, porém não há estatísticas oficiais até o momento (ver nota de rodapé nº 14).

TABELA 1- NÚMERO E PROPORÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO, SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO – Brasil 2005 e 2007

Formas de organização	Área de atuação							
	Rural		Urbana		Rural e urbana		Total	
	Em nºs abs.	Em %	Em nºs abs.	Em %	Em nºs abs.	Em %	Em nºs abs.	Em %
Grupo informal	2.271	21,6	4.564	60,5	1.109	29,9	7.944	36,5
Associação	7.544	71,8	1.909	25,3	1.834	49,4	11.287	51,9
Cooperativa	570	5,4	865	11,5	659	17,8	2.094	9,6
Sociedade mercantil e outras	128	1,2	200	2,7	109	2,9	437	2,0
TOTAL	10.513	100,0	7.538	100,0	3.711	100,0	21.762	100,0

Fonte: MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Elaboração Dieese.

Outro dado importante para nossa discussão é a quantidade de trabalhadores que obtêm emprego nesses EES. Como está demonstrado na Tabela 2, de acordo com dados da SENAES, o total de 21.859 EES geram ocupação para 1,68 milhões de trabalhadores. Destacam-se, numa perspectiva geográfica, primeiro, a região sul (32,13% dos trabalhadores) com seu histórico de imigração europeia e cooperativismo, e segundo, a região nordeste (38,25% dos trabalhadores), que devido ao menor desenvolvimento econômico possui a maior quantidade de EES dentre as demais regiões (9.498). Ora, é inegável que os EES representam uma, senão a única, oportunidade de trabalho para milhares de trabalhadores e esse é o argumento utilizado por muitos dos autores da economia solidária. Não obstante, há

de se pontuar que este é um elemento discursivo caracterizado pelo *imediatismo* e que está sempre presente nos textos pró-economia solidária (SINGER, 2002a; GAIGER, 2007).

TABELA 2 – NÚMERO DE PARTICIPANTES EM EES, SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO E GÊNERO – Brasil 2005 e 2007

Região	EES	Participantes	Mulheres	Homens
Região Norte	2.656	195.721	77.307	118.414
Região Nordeste	9.498	645.504	264.011	381.493
Região Sudeste	3.912	177.137	67.598	109.539
Região Sul	3.583	542.300	166.975	375.325
Região Centro-Oeste	2.210	126.834	54.491	72.343
Total	21.859	1.687.496	630.382	1.057.114

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES – MTE – Atlas da Economia Solidária (dados relativos ao ano de 2007). Elaboração nossa.

Os propositores da economia solidaria defendem o papel que os EES têm para uma fração da População Economicamente Ativa (PEA), defendem o peso que eles têm como atividade que permite a geração de ocupação e renda. Mas há um caráter *imediatista*, *paliativo* e *precário* obscurecido sob essa perspectiva que só será desvelado pela crítica à economia solidaria. Defensores de tal projeto costumam argumentar da mesma forma que Gaiger (2007, p. 79):

[...] Esas iniciativas económicas representan una opción ponderable para los segmentos sociales de bajo ingreso, fuertemente afectados por el cuadro de desocupación estructural y por el empobrecimiento. [...] tales iniciativas, de tímida reacción ante la pérdida del trabajo y las condiciones extremas de dependencia, pueden convertirse en mecanismos generadores de trabajo e ingresos, a veces alcanzando niveles de desempeño que les permiten permanecer en el mercado con perspectivas de supervivencia (GAIGER, 2007, p. 79).⁶⁵

Assim como Gaiger, a tônica discursiva central da proposição de Singer (1998) e dos seus demais seguidores versa sobre a exaltação das práticas de economia

⁶⁵ “[...] Essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente afetados pelo quadro de desemprego estrutural e pelo empobrecimento. [...] tais iniciativas, de tímida reação ante a perda do emprego e as condições extremas de dependência, podem converter-se em mecanismo geradores de trabalho e renda, as vezes alcançando níveis de desempenho que lhes permitem permanecer no mercado com perspectivas de sobrevivência” (GAIGER, 2007, p. 79, tradução nossa).

solidária para combater o desemprego e a precarização do trabalho frente a ineficácia das receitas capitalistas de enfrentamento destes problemas no contexto econômico atual. Armados com as informações que acabamos de apresentar, os autores sustentam que a economia solidária cumpre um papel econômico a cada dia mais importante na atualidade e, mais que isso, constitui uma política pública anti-neoliberal e anti-capitalista *sui generis*.

O discurso de Paul Singer ataca as medidas capitalistas considerando-as ineficazes para tentar frear o desemprego. São quatro as medidas destacadas: primeiro, a implementação de políticas de fomento a acumulação de capital, em um cenário com movimentação de capitais liberados e com uma política monetária que prioriza a estabilidade de preços ao invés do crescimento, não é mais uma solução para combater o desemprego como fora em alguns países no passado; segundo, realizada dentro dos marcos do capitalismo, a luta sindical pela redução da jornada de trabalho já não conta com a motivação dos trabalhadores formais que temem a perda de seus empregos e direitos trabalhistas, principalmente num contexto em que as empresas buscam transformar seus empregados em prestadores de serviços autônomos ou subcontratados; terceiro, a estratégia dos governos neoliberais de requalificação profissional não impacta no aumento da demanda por força de trabalho e tende a reduzir o salário dos trabalhadores em consequência do aumento da competição entre os mesmos; quarto, e último, a estratégia do incentivo ao empreendedorismo coloca trabalhadores desempregados em mercados competitivos e já consolidados onde as chances de sucesso são muito pequenas (SINGER, 1998).

O recurso utilizado por Paul Singer e por outros defensores da economia solidária, para sustentarem sua proposta alternativa, é criticar e demonstrar a impossibilidade de que as políticas supracitadas de combate ao desemprego sejam executadas. Nessas circunstâncias, onde “[...] os remédios já testados não funcionam mais”, Singer (1998, p. 118), assumindo um discurso pretensamente anti-neoliberal, sugere que a massa de ‘*excluídos*’⁶⁶ deve ter uma possibilidade real de se reinserir no

⁶⁶ A utilização do termo excluídos denota um reducionismo conceitual bem expressado por Martins (1997). Ora, como o autor demonstra, mais do que o instrumento de um discurso, os conceitos utilizados são os pontos de referência para a atuação prática. Nesse sentido, Martins identifica o erro incorrido por inúmeros educadores populares e lideranças de movimentos sociais ao promoverem

mercado de trabalho por sua 'própria iniciativa'. Mas como esses desempregados iriam produzir sem meios de produção e subsistência? Como Singer afirma, os desempregados poderiam criar seu próprio mercado (hipoteticamente um novo setor econômico fora do mercado capitalista e protegido da concorrência externa).

O problema dos desempregados – assinala Singer – é que todos eles tentam trabalhar individualmente, que não se pode deixar de trabalhar. Então, os mercados de venda na rua e semelhantes estão absolutamente saturados pelo excesso de pessoas tentando vender no mesmo lugar as mesmas coisas [...] O que se precisa fazer é organizá-los pela cidade inteira e criar um mercado para eles. **Eles tem que construir um mercado para si próprios**; os desempregados tem que solidariamente comprar uns dos outros. E para isso o ideal seria criar uma grande cooperativa de trabalho e de consumo ao mesmo tempo. Eles se associariam; e uma forma de proteger o mercado deles seria criar uma moeda da cooperativa, que as pessoas receberiam e aceitariam uns dos outros (SINGER *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 17, grifos nossos).

Será possível construir um mercado paralelo ao mercado capitalista e protegido dele para que os trabalhadores desempregados possam reinserir-se no processo produtivo? Para Singer a resposta é sim e a solução é simples. De acordo com a resposta de Singer deve-se apostar na economia solidária, ou seja, em cooperativas de produção, trabalho, consumo e crédito que estabeleçam trocas entre si com uma moeda social aceita por todos seus integrantes. Trata-se de organizar, *a la* Robert Owen, uma grande quantidade de cooperativas que, usando uma moeda social, poderiam chegar a uma sociedade cooperativa. Poderíamos também associar essa construção singeriana à ideia da '*república cooperativa*' preconizada por Charles Gide.

Nesse caminho proposto por Singer, é interessante ressaltar que o autor da economia solidária, ao sustentar sua proposta, busca demonstrar recorrentemente que as soluções para o dito problema da '*exclusão*' não podem ser as soluções neoliberais. Mas, se na perspectiva neoliberal o Estado deve ser mínimo, assumindo cada vez menos responsabilidades sociais, enquanto, cabe a '*sociedade civil*'

uma fetichização conceitual da exclusão e, nessa prática, esconderem a real problemática, qual seja, a inclusão precária e instável, marginal. A nosso ver Singer incorre nesse erro. Os desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria ou integrantes de EES estão todos incluídos precariamente na lógica de acumulação e reprodução do capital. Ou, como afirmam Durighetto e Montañó (2010, p. 308), o termo '*exclusão*' substitui a categoria '*exploração*', trata-se, na perspectiva da '*inclusão social*', de "[...] incluir o sujeito ao/no sistema, sem questionar ou combater os fundamentos do capitalismo [...].

resolver seus próprios problemas, a proposta de Singer ao promover a ideologia do possibilismo (DURIGHETTO, MONTAÑO, 2010), ou do ‘faça-você-mesmo’ (MENEZES, 2007), está na prática reproduzindo o discurso neoliberal. A verificação dessa assertiva na instância da ‘prática social e histórica’ (NETTO, 2011) é implacável no sentido de confirmar isto. Sobre esta questão, esclarece-nos Montaña (2007, p. 22, grifos nossos) que

[...] a função social da resposta às refrações da “questão social” deixa de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado, e por meio deste do conjunto da sociedade, e passa agora a ser de **auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades**, e da ação filantrópica, “solidária-voluntária”, de organizações e indivíduos. As respostas às necessidades sociais *deixam de ser uma responsabilidade de todos* (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e *um direito do cidadão*, e passa agora, sob a égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um *não-direito* do portador de necessidades, o “cidadão pobre” (MONTAÑO, 2007, p. 22, grifos nossos).

Na análise da economia solidária ‘de fora’, feita pelo grupo de autores críticos, o projeto da economia solidária e sua promoção interpretam o desemprego como um problema individual e que deve ser solucionado pelo próprio indivíduo através de sua organização em cooperativas e outros EES. O Estado desresponsabiliza-se assim da obrigação de garantir o direito constitucional ao trabalho e ocorre um processo de culpabilização do sujeito⁶⁷ (WELLEN, 2012). Nas palavras de Barbosa (2007, p. 79), “na cultura do novo liberalismo, a sociedade civil substitui o Estado na responsabilização com a questão social, fazendo-o por meio de ações tópicas, fragmentadas e despolitizadas de agentes não-governamentais”. Assim como o ‘terceiro setor’, os EES e a economia solidária, observados de uma forma ampla como partes integrantes da estrutura e da dinâmica do sistema capitalista, também compõem esse conjunto de ações focalizadas, fragmentadas e despolitizadas.⁶⁸

⁶⁷ Conforme aponta Wellen (2012, p. 173, grifos nossos), com as organizações do “terceiro setor” e com a economia solidária “[...] busca-se fomentar um tipo específico de solidariedade sem questionamento social nem compromisso de classe e norteado por uma perspectiva individualista em que **a causa e a solução dos problemas se encontrem nas próprias pessoas que são atingidas**. Tal expediente é providencial para a ideologia capitalista, pois instaura a **culpabilização individual pela própria desgraça social**, ou seja, transforma vítimas em réus.”

⁶⁸ Algumas experiências obviamente são exceções, como é o caso do trabalho desenvolvido por integrantes do Movimento Rural Sem-Terra (MST).

Por isso a economia solidária deve ser criteriosamente analisada.⁶⁹ Repetimos por isso o que fizera Marx no estudo da mercadoria: “observemos a coisa mais de perto” (MARX, 1988, p.46). A economia solidária pode ser uma alternativa ao desemprego? Devemos pensar, inicialmente, no sentido da palavra alternativa que quer dizer ‘*uma opção entre outras*’, ‘*escolha entre duas ou mais coisas*’. Ao afirmar que a economia solidária é uma alternativa ao desemprego, poderíamos pensar que os trabalhadores possuem então a possibilidade de escolher trabalhar nesses EES do que ofertar sua força de trabalho no mercado e, assim, trabalhar com contrato formal (carteira-assinada) nas empresas capitalistas. O que ocorre de fato é que, na maior parte das vezes, os trabalhadores não estão nesses empreendimentos pelo livre-arbítrio, mas sim porque não tem nenhuma alternativa laboral que lhes garantam sua reprodução material. Ou seja, os trabalhadores colocam-se nessas circunstâncias não por opção, mas sim por imposição da lógica do capital. O próprio Singer (2000, p. 48) reconhece que “a experiência autogestionária contemporânea, no Brasil e alhures, deixa claro que muitos trabalhadores preferem ser assalariados,⁷⁰ mesmo tendo a oportunidade de trabalhar por conta própria ou em cooperativas”.

Se pensarmos na ideologia neoliberal que defende as ONG’s, as cooperativas, as associações, etc. como opções para os trabalhadores e, mais que isso, se pensarmos como elas são apresentadas como opções melhores, ou seja, daquelas que vale a pena escolher e se empenhar, entenderemos melhor essa relação entre a economia solidária e o neoliberalismo. Este discurso de alternativa esconde a realidade concreta que está expressa pela não-alternativa.

Tal discurso é reproduzido pela SENAES que apresenta nas suas estatísticas que 31,5% do total de empreendimentos foram originados como uma forma de ‘alternativa ao desemprego’ (TABELA 3). Quando se observa somente o meio urbano esse percentual quase alcança o patamar de 50%. Só que o que aparentemente é uma escolha, um exercício de liberdade desses trabalhadores, não

⁶⁹ Devemos identificar o que é e o que não é conto de fadas, o que é e o que não é ilusão de ótica. Objetivamos desvelar as mistificações que envolvem o tema da economia solidária.

⁷⁰ A preferência pelo assalariamento formal se deve a proteção social garantida pela CLT, já que as cooperativas estão desobrigadas de garantir os mesmos direitos de um celetista. Autores que defendem a economia solidária tratam esse comportamento com um “desvio de consciência” de trabalhadores que ainda não compreenderam as vantagens da economia solidária.

o é. Trata-se, na verdade, de uma imposição da lógica do capital obscurecida pelo discurso dos defensores do projeto da economia solidária. Vale destacar que dois motivos daqueles que poderíamos chamar de '*mais nobres*', quais sejam, a propriedade coletiva (todos serem donos) e motivação social, filantrópica ou religiosa, juntos representam a motivação para a origem de apenas 11,3% do EES. Enquanto, busca de maiores ganhos, fonte complementar de renda e exigência de instituições financeiras constituem o motivo de origem de 43,3% dos EES. Os apelos mercantis de um lado e as imposições sistêmicas de outro, constituem a motivação originária de 74,8% das entidades existentes vinculadas ao projeto da economia solidária. Parece-nos claro, observando a realidade concreta, que legiões humanas estão sendo empurradas para a organização de tais EES pela própria dinâmica do capital e, não o contrário, como pregam os defensores da economia solidária, que apontam que tais grupos organizam-se voluntariamente para enfrentar o capital. Sendo assim, mesmo que, em casos individuais e isolados, haja trabalhadores que se insiram por livre arbítrio nos EES, eles continuariam fazendo parte da estrutura de reprodução capitalista.

TABELA 3 – PROPORÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SEGUNDO MOTIVAÇÃO PARA SUA CRIAÇÃO, POR ÁREA DE ATUAÇÃO – Brasil 2005 e 2007 (em %)

Motivação	Rural	Urbana	Rural e urbana	Total
Uma alternativa ao desemprego	20,4	49,6	26,5	31,5
Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo	19,9	8,0	19,0	15,6
Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as	12,5	15,3	17,4	14,3
Desenvolver uma atividade onde todos são donos	8,7	5,6	7,0	7,3
Condição exigida para ter acesso a financiamentos	22,4	2,7	9,5	13,4
Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	0,2	0,7	0,2	0,4
Motivação social, filantrópica e religiosa	2,3	6,3	4,2	4,0
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5,9	4,5	5,1	5,3
Alternativa organizativa e de qualificação	4,7	3,4	6,0	4,5
Outra	2,9	3,8	5,0	3,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Elaboração Dieese.

Existe uma questão material determinante que perpassa o nascimento de organizações da economia solidária e de outros projetos congêneres, da qual, por mais bem intencionado que estejam os integrantes dessas iniciativas, não é possível desvencilhar-se. Entretanto os '*intelectuais orgânicos*' do projeto econômico

solidário, para fazer uma alusão a Antônio Gramsci, escamoteiam esse limite imposto à economia solidária pelo capital. Na carta de princípios podemos evidenciar isso:

A Economia Solidária é um **poderoso instrumento de combate à exclusão social**, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (FBES, acesso 15 fev. 2013, grifos nossos).

Frente essa idéia de '*exclusão social*', que é recorrentemente também usada por Singer, temos que levar em consideração o exposto por Martins (1997). Segundo este sociólogo, a visão equivocada de quem utiliza o termo '*exclusão social*' explicaria-se por uma apreensão demasiadamente economicista, setorialista e fragmentada da realidade. O autor afirma que, ao se considerar a preponderância da lógica econômica, se aceita a exclusão imputada a ela. Nesses termos, combater a exclusão do capitalismo é promover a inclusão no capitalismo. Para Martins (1997, p. 12-13, grifos nossos) partir dessa prerrogativa levaria a uma

[...] **inútil discussão sobre [uma] “economia alternativa”, como se ela existisse**. Se existisse, seria provavelmente, **a economia estatizada capitalista** ou a **economia estatizada socialista**. [...] Alternativamente, poderíamos admitir que nossa imaginação pode encontrar uma terceira via, como se costuma dizer. Restaria, então, discutir qual o âmbito de eficácia de semelhante saída. Os casos já conhecidos de “economia alternativa” no nível de comunidades e pequenos grupos são casos que indicam um **ajustamento eficaz**, do ponto de vista estritamente econômico, **à lógica atual da economia dominante**: a saída está na imaginação e na criatividade, que seria, no fundo, uma espécie de solução terceirizada (**exatamente como o modelo que está sendo implantado, e não em oposição a ele**). (MARTINS, 1997, p. 12-13).

Se substituirmos “economia alternativa” por economia solidária podemos tirar interessantes conclusões. A economia solidária cumpre, na maior parte das vezes, um papel de promover um 'ajustamento eficaz' 'à lógica da economia dominante', promover uma '*inclusão*' degradante e precária no capitalismo sem se opor a ele. A

oposição do discurso econômico-solidário não se materializa na realidade objetiva e configura-se como uma pretensão inconclusa e, quiçá irrealizável.⁷¹

Na linha de Martins, parece-nos que seria mera presunção acreditar que tais 'remédios' solucionassem a 'doença' do desemprego na sociedade capitalista. O desemprego no capitalismo é intrínseco ao seu próprio mecanismo de reprodução sistêmica e sua flutuação impacta diretamente no custo da força de trabalho bem como nos níveis de exploração do trabalho. Como afirmara Marx,

[...] se uma população trabalhadora excedente [superpopulação relativa] é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. **Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado**, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional [...] (MARX, 1988, p.191).

Essa situação é mais aviltante se pensarmos na dependente economia latino-americana, uma vez que a burguesia local superexplora a classe trabalhadora para reverter suas perdas de lucro nas relações de trocas internacionais com os países centrais. Assim, em países como o Brasil, é praxe remunerar a força de trabalho abaixo dos limites necessários a sua própria reprodução (MARINI, 1973). Além do mais, a situação de dependência também faz com que o baixo custo da força de trabalho aqui seja utilizado para produzir os bens necessários à reprodução da força de trabalho do centro capitalista, o que representa uma possibilidade para a burguesia do centro dinâmico do capitalismo mundial acumular mais através da apropriação da mais-valia relativa. Dessa forma, numa configuração do mercado de trabalho que é marcada por grande contingente de trabalhadores informais ou por conta-própria, sempre disponíveis para o capital, soma-se a economia solidária como mais um adicional de reserva de força de trabalho sempre disponível.

Diferentemente do que advoga Singer e os demais representantes da economia solidária não há elementos na realidade concreta que apontam para a consolidação da economia solidária como solução para o desemprego. Todavia, frente às

⁷¹ Basta lembrarmos os experimentos utópicos do século XIX que lhes servem de inspiração.

vicissitudes da economia capitalista, as cooperativas e associações, juntamente com a economia informal, são impostas pelo capital como única via de inserção produtiva para muitos trabalhadores. Ocorre que a maior parte dos que integram tais iniciativas consideram-nas apenas uma atividade passageira e, portanto, configuram-se como massa de trabalhadores que a qualquer momento está à disposição do capital (WELLEN, 2012). Como diria Marx, podemos considerar que os trabalhadores que estão nessas atividades constituem aquela fração da superpopulação relativa denominada estagnada. Essa fração “[...] constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível [...]” (MARX, 1988, p. 199).

Se não bastasse essa crença infundada na possibilidade dos EES solucionarem o problema do desemprego no sistema capitalista, o discurso pró-economia solidária ainda os considera capaz de enfrentar o aprofundamento da precarização das relações de trabalho que vem se agudizando nas últimas décadas. Concentraremos nossos esforços a partir daqui na análise desta questão.

Antes de iniciar essa discussão, é importante salientar que a relação de trabalho baseada no assalariamento que se instaura no capitalismo é intrinsecamente precária, pois ao colocar frente a frente o capitalista, proprietário dos meios de produção, e o trabalhador, possuidor apenas de sua força vital de trabalho, ocorre a subordinação deste por aquele (MARX, 2004). O trabalhador, sem meios para obter sua reprodução material vê-se impelido a vender sua força de trabalho ao capitalista. Em última instância ele vende-se a si mesmo, subjugando-se como parte essencial de um processo produtivo do qual ele não é o controlador. Um processo fragmentado que em geral ele não tem domínio de todas as etapas e que resultará em mercadorias que não lhe pertencerão, em uma palavra, um processo de trabalho alienado (MARX, 2004). O trabalho no capitalismo assume uma forma desumanizante, com uma natureza intrinsecamente precária marcada pela insegurança e pela exploração. Destarte, a relação de trabalho sob o regime do capital se fundamenta na exploração do homem pelo homem.

É óbvio que, dos primórdios do capitalismo até os dias atuais, importantes lutas históricas do movimento operário conduziram a melhorias nas condições de trabalho. As lutas pela redução das jornadas de trabalho no século XIX, bem como as demandas pela proibição do trabalho infantil, quando alcançadas representaram nas palavras de Marx 'vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital'. Enfrentando a ditadura do capital, os trabalhadores reduziram a margem de manobra da classe burguesa. Isso significa que mesmo que a precariedade intrínseca não tenha sido extinguida completamente, construiu-se historicamente relações de trabalho mais protegidas, com regulamentações, direitos estabelecidos, como temos no caso do Brasil a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O processo contemporâneo de aprofundamento da precarização das relações de trabalho constitui-se na flexibilização desse conjunto de proteções.

No caso brasileiro, a CLT estabeleceu uma série de direitos que caracterizam uma relação de trabalho formal, ou seja, relações de trabalho que possuem parâmetros legais de proteção.⁷² Com a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente anotada, o trabalhador tem direito à previdência social; ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS); ao vale-transporte; ao aviso-prévio de, no mínimo, 30 dias; ao auxílio-doença pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); licença-paternidade de 5 dias corridos; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário; estabilidade no emprego em razão da gravidez; férias proporcionais, no término do contrato de trabalho; férias de 30 (trinta) dias; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; 13^o (décimo terceiro) salário; irredutibilidade salarial, dentre outras garantias legais.⁷³ Essa proteção sempre foi para apenas uma fração da PEA já que na configuração do

⁷² Não nos cabe aqui recordar pormenorizadamente o processo histórico que levou a promulgação da CLT. Porém temos que ressaltar que no contexto da Revolução de 1930, o governo de Getúlio Vargas combateu “[...] com a polícia os componentes mais radicalizados do movimento operário nascente, [todavia] em especial após 1935, ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: a regulamentação das relações de trabalho no país [CLT], buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares” (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p.106, grifos nossos).

⁷³ O simples fato de ter a CTPS assinada não elimina a precariedade intrínseca da relação salarial, nem pode-se afirmar que esse registro impeça que o trabalhador exerça atividades precárias, insalubres e/ou perigosas. Todavia, o registro do contrato de trabalho na CTPS é uma ferramenta legal que garante direitos e por isso não deve ser abdicado pelo trabalhador.

mercado de trabalho brasileiro sempre houve um expressivo contingente de trabalhadores informais (MALAGUTI, 2000).

Contudo, contemporaneamente, como parte das receitas neoliberalizantes, efetua-se a já mencionada *'flexibilização'*, cerceando mais ainda o acesso de trabalhadores a esses direitos, numa flagrante estratégia de reduzir os custos com os direitos do trabalho para o Estado e, em última instância, para a classe burguesa. *'Flexibilização'* é um termo brando, cunhado pelos próprios ideólogos dessa contra-reforma que, na realidade concreta, trata-se de um desmonte desse conjunto de proteções trabalhistas. Portanto, se o trabalhador não estiver nessa relação formal de trabalho, caracterizada em nosso país pela CTPS assinada, ele está reduzindo a carga tributária do patrão e está desonerando os cofres públicos, já que o Estado nessas circunstâncias não tem responsabilidade legal pela sua proteção. Além disso, conforme já vimos, esse trabalhador passa a compor a superpopulação relativa que ajusta a preço da força de trabalho nos limites necessários para a acumulação de capital. O Estado capitalista ao operar esse desmonte da regulação do trabalho, cumpre a sua função, a de ser um "comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa" (MARX; ENGELS, 2002, p. 47).

A disseminação de EES, especialmente cooperativas de trabalho, tem se agregado ao referido desmonte de forma deveras funcional. As cooperativas são regidas por uma legislação particular, em que seus sócios não têm nenhuma garantia de cobertura dos direitos da CLT. Essa forma jurídica das cooperativas atende às exigências da reestruturação produtiva e seu incentivo por parte dos governos representa mais uma faceta do desmonte do sistema de proteção ao trabalho.

É a Lei 5.764/71⁷⁴ que regulamenta a organização e atuação das cooperativas. No seu Art. 90 está determinado que *'qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados'*. Esse dispositivo legal tem duas raízes: a primeira advém dos próprios princípios cooperativistas já que, em tese, elas não admitiriam o trabalho assalariado, e a segunda, do fato de que muitas cooperativas tiveram problemas com a justiça trabalhista devido ao fato de ex-sócios terem requerido judicialmente seus direitos afirmando que tinham vínculo

⁷⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>.

empregatício com a cooperativa. Esse dispositivo então reafirma os princípios cooperativistas e protege as cooperativas dessas eventuais ações. No entanto, como o real é repleto de contradições, esse dispositivo passou a servir a outro senhor, o capital. Muitas cooperativas passaram a ser utilizadas como meio para intermediação de mão-de-obra inseridas nos processos de subcontratação e terceirização.

Reconhecidamente, o problema era mais crítico nas cooperativas de trabalho, uma vez que inúmeras delas serviam para intermediação de mão-de-obra e mecanismo para burlar a legislação trabalhista. Num cenário de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, com forte tendência à terceirização, os empresários buscavam burlar a legislação trabalhista através da contratação de trabalhadores que integrassem cooperativas de trabalho. Para Wellen (2012, p. 221) esse processo de

[...] substituição de mão de obra interna das empresas capitalistas por trabalhadores integrantes de cooperativas representa um movimento ascendente dentro do processo de reestruturação produtiva no Brasil pois o barateamento da força de trabalho marcado especialmente pela inexistência de direitos trabalhistas se apresenta para o capitalista como uma oferta que extrapola inclusive as vantagens da terceirização tradicional. [...] (WELLEN, 2012, p. 221).

Essa situação, como aponta Wellen (2012), criou um certo consenso entre os próprios defensores da economia solidária que passaram a encarar essas cooperativas de forma bastante negativa. Essas seriam '*coopergatos*', '*cooperfraldes*' ou '*cooperativas falsas*' para usar alguns dos termos mais citados. O maior expoente do solidarismo econômico no Brasil, Paul Singer, afirma recorrentemente que essas '*falsas cooperativas*' lhe causam uma preocupação muito grande e que devem ser combatidas. Nas suas palavras, que devido ao grande didatismo reproduzimos aqui, as '*falsas cooperativas*' surgem assim:

Os grandes capitalistas "ajeitam" esse processo de descentralização de modo a reduzir custos e aumentar lucros. Para fazer isso, entre outras coisas, se usa a forma cooperativa, porque os cooperados não são empregados da cooperativa, são seus donos. Portanto, o que ganham pelo seu trabalho é uma retirada e não um salário com todos os encargos trabalhistas. Então, as empresas simplesmente jogam os seus ex-assalariados numa falsa cooperativa, controlada pelo patrão. Este 'contrata' a sua cooperativa para realizar toda a produção e lhe paga algo equivalente ao salário limpo, sem os encargos; os trabalhadores continuam trabalhando

como antes, mas espoliados de férias, FGTS, horas extras etc. Em suma, passam a ganhar metade do que recebiam antes (SINGER, 1999, p. 51-52).

Assim, as *'coopergatos'* são uma expressão evidente do trabalho precário onde o trabalhador recebe apenas o salário líquido. Frente a esse problema os legisladores redigiram uma nova lei que dispõe sobre a organização e funcionamento das cooperativas de trabalho, a Lei 12.690/2012. No Art. 3º da lei estão definidos os princípios e valores que regem uma cooperativa de trabalho. Neste artigo, além dos princípios cooperativistas clássicos, no inciso IX destaca-se o princípio da *'não precarização do trabalho'*. A lei determina que a constituição de cooperativas de trabalho para burlar a legislação trabalhista e/ou previdenciária acarretará aos responsáveis sanções penais, cíveis e administrativas (art. 18). Uma multa de R\$ 500,00 por trabalhador prejudicado, montante dobrado em caso de reincidência, será aplicada à cooperativa de trabalho que intermediar mão de obra subordinada e ao contratante dos serviços da cooperativa (art. 17. § 1º). O MTE será responsável pela fiscalização e cumprimentos dessas disposições legais.

Mas para Singer e outros defensores da economia solidária, há uma diferença entre *'falsas cooperativas'* e *'cooperativas verdadeiras'*. No caso das cooperativas de trabalho ele afirma: “[...] quando se trata de cooperativa de trabalho *verdadeira*, a conversa é outra” (SINGER, 1999, p. 52). Ou seja, a *'cooperativa autêntica'* representa o projeto da economia solidária e a *'falsa cooperativa'*, que serve a precarização das relações de trabalho, não. Para Wellen (2012, p. 226-227), que faz a crítica à economia solidária,

A importância dessa distinção categorial pode ser vista como forma de assegurar uma apresentação mais progressista para a “economia solidária”, uma vez que, ao passo que se estaria propondo uma crítica a organizações usadas funcionalmente como oferta de trabalho precário, estar-se-ia erguendo um invólucro que purificaria as “autênticas experiências solidárias”.

Assim, podemos dizer que há um processo de *'purificação'* da economia solidária. Singer (1999, p. 53) primeiramente elimina parte das cooperativas de *agro-business* integrantes da OCB afirmando que “alguns dos maiores monopólios do Brasil são pretensas *'cooperativas'* compostas por empresas capitalistas que exploram

trabalhadores, e que não tem nada a ver com o que nós estamos propondo e discutindo”. E agora elimina as ‘*falsas cooperativas*’ de trabalho. Essa ‘*purificação*’ ainda de acordo com Wellen (2012, p, 227) é fundamental para garantir a ‘*aceitação social*’ desse projeto: “assegurar essa distinção, ainda que seja apenas em termos semânticos, representa uma forma de sobrevivência da “economia solidária” dentro de vários corações e mentes”.

Efetuada a ‘*purificação*’, os EES ditos ‘*autênticos*’ construídos pelos próprios trabalhadores e praticantes da autogestão e da democracia devem ser confrontados com a realidade social e histórica, afim de se verificar se os mesmos apresentam condições privilegiadas de trabalho ao ser comparados com as empresas capitalistas. Observemos então o fenômeno mais de perto. Paul Singer (1999, p. 52) admite que os trabalhadores devem suportar algum sacrifício, como a perda de direitos trabalhistas, pois diante do desemprego, da ‘*exclusão social*’ e do avanço da dita ‘*flexibilização*’ das proteções trabalhistas, lhes resta como única saída trocar “a perspectiva do desemprego pela autogestão do próprio trabalho”. Ainda segundo Singer, (1999a, p.52, grifos nossos), isso significa que

[...] os trabalhadores, ao não conseguirem preservar o seu status de empregados (o que em geral não é uma opção deles), eles criam fatos novos. Eles foram ou estão sendo despedidos. **Criam então uma organização própria em que eles possivelmente abrem mão das garantias do contrato de trabalho e assumem certos riscos**, porém ganham a meu ver uma coisa extremamente importante chamada *autonomia*.

Nessa perspectiva, dos defensores da economia solidária, defende-se que em troca de uma dita ‘*autonomia*’, vale a pena abrir mão de direitos duramente conquistados e atuar nas cooperativas autênticas. Todavia, a pergunta que nos fazemos é de que ‘*autonomia*’ ele está tratando que vale mais que as proteções legais sobre o trabalho? Essa ‘*autonomia*’ combate a precarização do trabalho ou se configura como mais uma expressão desta?

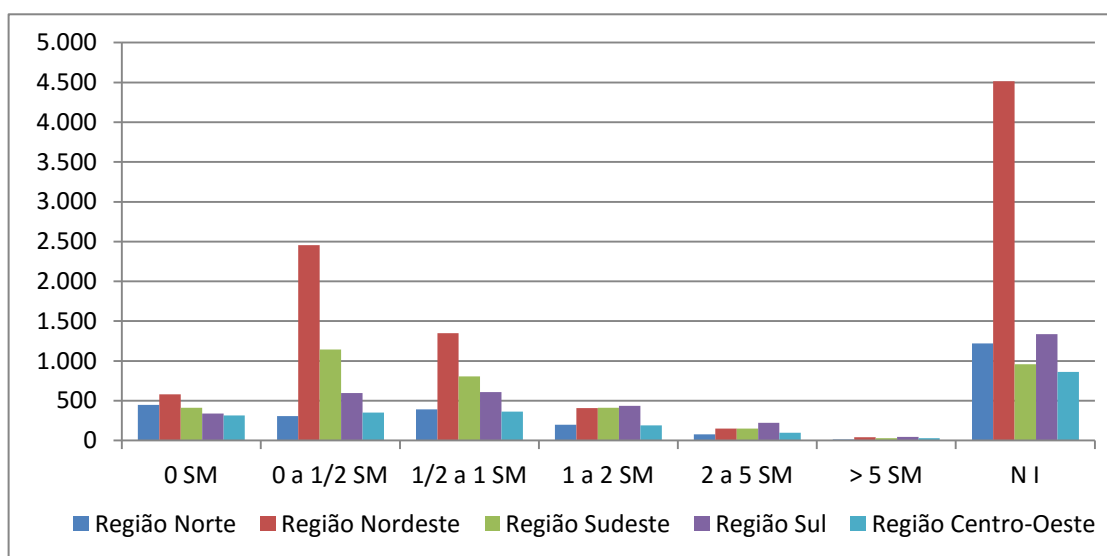
A ‘*autonomia*’, defendida por Singer, vem do fato da economia solidária ser uma economia construída pelos próprios trabalhadores e gerida por eles sem a personificação do despotismo do patrão, o que lhes garante um novo *status*. Trata-se, segundo a posição do autor, de um *status* muito mais seguro que o da relação

de assalariamento, já que os sócios de um EES não correm o mesmo risco de demissão que um trabalhador assalariado corre, pois nas cooperativas autogestionárias somente a assembléia geral pode afastar sócios e, todo sócio tem direito a voz e a um voto. Ademais, nos EES

[...] muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o **gozo** de direitos iguais para todos, o **prazer** de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o **orgulho** de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino coletivo (SINGER; SOUZA, 2002, p. 27, grifos nossos).

Ao proporcionar gozo, prazer e orgulho a economia solidária, nessa visão, permite a humanização do trabalho e uma ‘*autonomia*’ que os trabalhadores não tinham *a priori* nas empresas privadas capitalistas. Todavia, essa ‘*autonomia*’ expressa-se apenas no plano ideal/utópico dos analistas que observam a economia solidária ‘*de dentro*’. A dita autonomia não se sustenta quando verificamos que esses trabalhadores não tem seus direitos trabalhistas garantidos e, além disso, auferem uma remuneração insuficiente para sua própria reprodução material.

GRÁFICO 2 – CLASSE DE REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL NOS EES, POR REGIÃO – BRASIL 2007*



Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES – MTE – Atlas da Economia Solidária (dados relativos ao ano de 2007). Elaboração nossa.

*Salário mínimo de referência: R\$ 380,00 (ano 2007).

Conforme verificamos no GRÁFICO 2 (acima), o quadro remunerativo nos EES não é dos melhores. Excetuando-se os 8.894 EES (40,68% do total de EES) que não informaram qual é a remuneração de seus sócios, restam-nos para análise 12.965 EES. Destes, 16,14% não remuneram absolutamente nada aos seus sócios. Se somarmos os que não remuneram nada (16,14%) aos que remuneram até um salário mínimo (64,54%), chegamos a um total de 80,68%. Esse quadro é emblemático ao indicar que quatro quintos dos EES analisados sequer remunera um salário mínimo aos seus sócios.

A renda média auferida pelos integrantes dos 37,41% de EES que estão na faixa de remuneração de zero a meio salário mínimo é de R\$ 90,80 (TABELA 4). Já os 27,12% de EES que remuneram entre meio e um salário mínimo garantem em média R\$ 284,61 para os seus associados. Do total de EES, apenas 1,23% (160 EES) remunerava acima de cinco salários mínimos.

TABELA 4 – Remuneração média mensal nos EES por região – Brasil 2007 (R\$)

Região	0 a 1/2 SM	1/2 a 1 SM	1 a 2 SM	2 a 5 SM	> 5 SM
Região norte	97,16	290,64	537,19	1.200,57	3.459,30
Região nordeste	85,64	277,33	517,48	1.121,08	3.519,04
Região sudeste	89,81	280,80	520,00	1.128,59	3.320,00
Região sul	90,49	286,19	543,39	1.083,54	3.516,92
Região centro-oeste	90,91	289,07	547,71	1.140,30	3.315,70
Média de remuneração	90,80	284,81	533,15	1.134,82	3.426,19
(%) do total de EES	37,41	27,12	12,69	5,38	1,23

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES – MTE – Atlas da Economia Solidária (dados relativos ao ano de 2007). Elaboração nossa.

*Salário mínimo de referência: R\$ 380,00 (ano 2007).

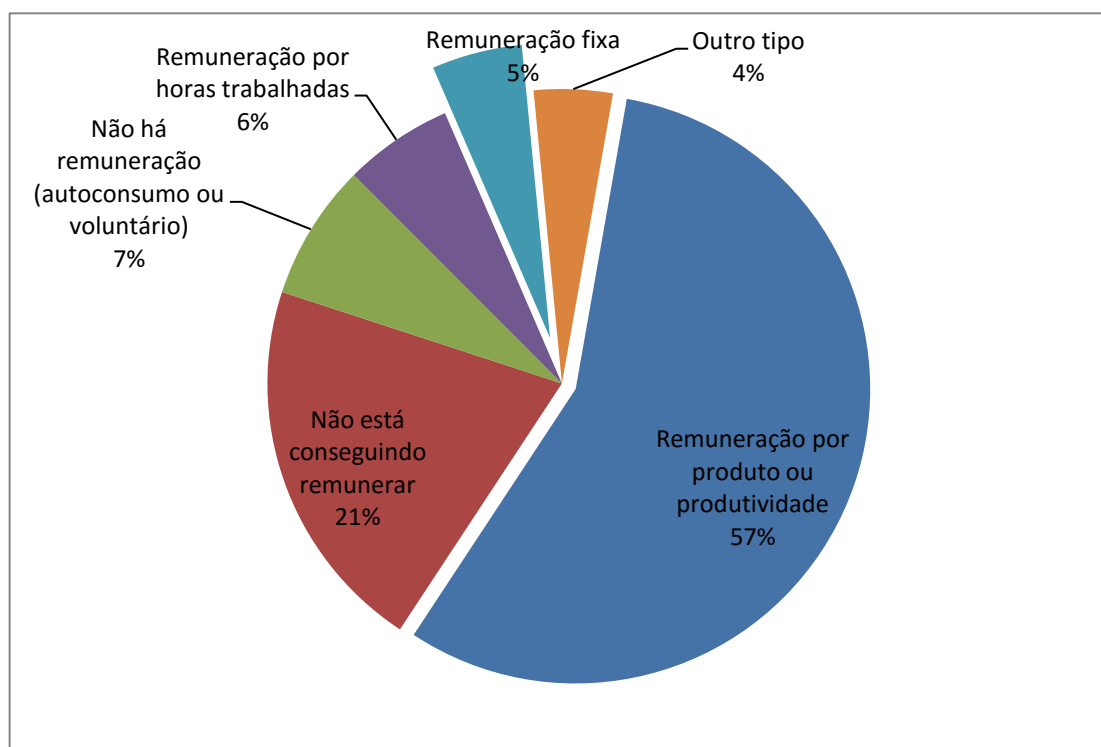
Esses dados também foram esmiuçados pelos autores que efetuam a análise crítica da economia solidária. Dentre estes, destacamos o trabalho de Wellen (2012, p. 232) que, se debruçando sobre estas mesmas estatísticas, considera que é “[...] bem difícil defender a hipótese de que os integrantes da “economia solidária” possuem condições melhores de trabalho que aqueles que pertencem às empresas capitalistas”. Para o autor, os aspectos econômicos revelados pelas próprias

estatísticas da SENAES desmistificam o discurso de que a economia solidária cria condições menos precárias de trabalho.

Ainda sobre o aprofundamento da precarização das relações de trabalho nas organizações da economia solidária, apresentaremos mais um indicador. Nas estatísticas da SENAES pode-se verificar também qual é a forma de remuneração (GRÁFICO 3). É impressionante que 57% das respostas indicam a forma de remuneração por produto ou produtividade enquanto apenas 7% utilizam algum mecanismo de remuneração fixa. De acordo com Pagotto (2010), esta é mais uma das expressões de como se dá a intensificação da exploração nessas organizações onde se aplica o trabalho associado.⁷⁵ Segundo a autora, “as formas alternativas de trabalho existem como paliativos à miséria e ao desemprego e tendem a reproduzir de modo mais intenso os processos de exploração do trabalho que remontam os primórdios do sistema capitalista ao reproduzir o “salário por peça”” (PAGOTTO, 2010, p. 105).

⁷⁵ “Esta forma de organização do trabalho é uma fonte pela qual os capitalistas fraudam a legislação trabalhista e, sobretudo, instauram um processo de controle e de exploração do trabalho ainda maior, uma vez que não são os detentores das principais unidades de produção, que determinam e controlam a qualidade do produto, o tempo e o preço da mercadoria” (PAGOTTO, 2010, p. 106).

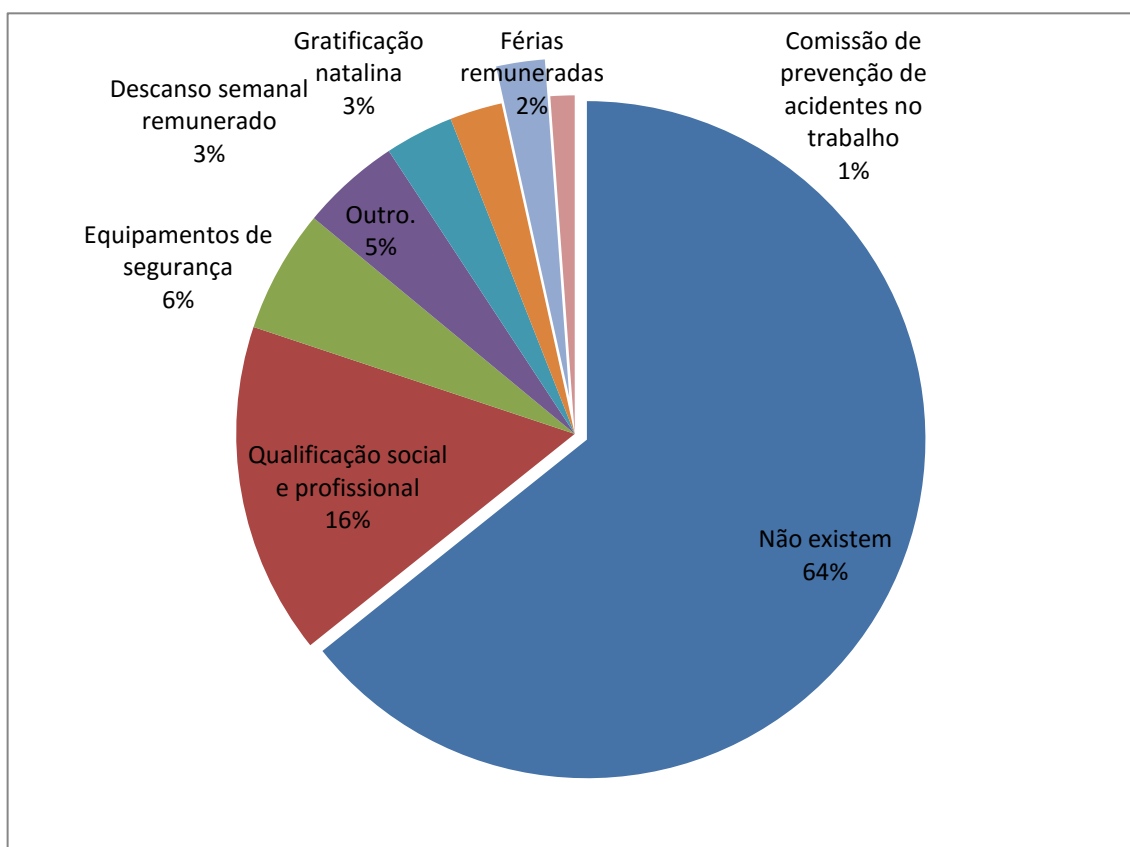
GRÁFICO 3 – FORMAS DE REMUNERAÇÃO ADOTADAS PELOS EES – Brasil
2005 a 2007



Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES – MTE – Atlas da Economia Solidária (dados relativos ao ano de 2007). Elaboração nossa.

Também nos chamaram a atenção as informações relativas aos benefícios garantidos pelos EES. O que a pesquisa coloca como benefícios na prática são direitos de qualquer trabalhador com CTPS assinada. Indagados sobre a aplicação das sobras nesses benefícios aos associados, 64% dos empreendimentos informaram que não há nenhum tipo de benefício, ou seja, não há nenhum tipo de direito trabalhista sendo respeitado. Apenas 2% disseram que garantem férias remuneradas, 3% descanso semanal remunerado, 3% gratificação natalina e 1% contam com comissões de prevenção de acidentes de trabalho. Isso demonstra quão precária é a condição de trabalho dos integrantes dos EES.

GRÁFICO 4 – DIREITOS TRABALHISTAS GARANTIDOS AOS SÓCIOS DOS EES
– Brasil 2005 a 2007



Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES – MTE – Atlas da Economia Solidária (dados relativos ao ano de 2007). Elaboração nossa.

Os dados aqui apresentados comprovam que entre o discurso dos propugnadores da economia solidária e a realidade concreta há uma grande distinção. Primeiramente, não se sustenta a diferenciação entre as '*cooperativas verdadeiras*' e as '*cooperativas falsas*', pois a precariedade está presente em ambas já que ambas submetem-se às regras do capital. Como coloca Wellen (2012, p. 238-239),

Ainda que se vislumbrem características que diferenciem esses dois empreendimentos – e não descartamos a sua existência – essas distinções importam muito pouco para as empresas tomadoras de serviço. Como precisam produzir mercadorias e vendê-las, essas organizações estão submetidas às mesmas regras do mercado capitalista.

Assim, por mais que os discursos dos defensores da economia solidária apresentem-na como capaz de criar relações não precárias de trabalho evidenciamos que na realidade concreta tal fato não ocorre.

3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E 'EMANCIPAÇÃO SOCIAL'

Como viemos discutindo até o momento, para os ideólogos da economia solidária, os trabalhadores organizam-se sob outra lógica nos EES, uma lógica diferente da praticada nas convencionais empresas capitalistas. Os propugnadores da economia solidária advogam que, por pautar-se nos princípios cooperativistas e solidários, em muitos EES a autogestão suprime a heterogestão, a democracia, a ditadura do capitalista/patrão e a coletividade o individualismo. Estes elementos, como salientam a maior parte dos autores pró-ecosol⁷⁶, seriam os pontos fortes e suficientes para emancipar os trabalhadores e ainda convencer e agregar mais adeptos em torno da proposta. Todavia, é necessário interrogar se esses elementos, ditos emancipatórios, são suficientes para considerarmos que a economia solidária pode promover a emancipação do trabalhador e, conseqüentemente, sua desalienação plena. Ou em outras palavras, pode a economia solidária propiciar a emancipação a partir de outra organização interna do trabalho e de uma mudança de valores dos trabalhadores mesmo que imersa e cercada por todos os lados pelo mercado capitalista? Pode o trabalho cooperativo suprimir a alienação do trabalho imposta pela organização capitalista da produção?

Mais uma vez há um claro embate nos posicionamentos dos autores pró e contra a economia solidária sobre esse quesito. Evidenciamos na leitura e análise da proposta apresentada pelos defensores da economia solidária algumas posições de que tais empreendimentos possuem a capacidade de promover a emancipação dos trabalhadores nele inseridos. Assim, a visão '*de dentro*' destaca os valores e uma nova subjetividade proveniente da forma de organização cooperativa. No outro flanco, por seu turno, o grupo que analisa a economia solidária '*de fora*' identifica

⁷⁶ Ecosol é um termo utilizado por muitos integrantes da causa da economia solidária.

claros limites nessa intenção desalienante, principalmente pelo seu vínculo com as mutações contemporâneas da lógica de acumulação capitalista.

Um dos autores que realiza o debate dessas novas estratégias de emancipação social é o sociólogo português Boaventura de Souza Santos. Para Santos (2012), o liberalismo e o marxismo encontram-se numa crise profunda na qual a antiga antinomia capital *versus* trabalho '*parece ter sido decidida total e irreversivelmente a favor dos capitalistas*'. Os problemas modernos não possuem soluções na modernidade e por isso 'o que está em causa é a própria '*reinvenção da emancipação social*'. O intelectual lusitano, para dar resposta a essa inquietação, organizou uma coletânea de sete volumes chamada '*Reinventar a emancipação social para novos manifestos*' na qual a preocupação central é a 'renovação das ciências sociais'. Interessa-nos particularmente o volume dois desta coletânea, já citado anteriormente e intitulado '*Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*'. Neste trabalho, a economia solidária é destaque como uma estratégia de produção não capitalista e como uma expressão da nova emancipação social, constituindo-se numa "[...] das formas centrais de resistência a globalização neoliberal" (SANTOS, 2012). Singer, em seu artigo nessa coletânea, afirma que apesar das iniciativas econômico-solidárias serem ainda modestas no Brasil, "não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da solidariedade humana, do respeito próprio e da cidadania [...] já justifica todo esforço investido na economia solidária" (SINGER, 2002b, p. 127)

Em outro texto, a perspectiva singeriana é mais uma vez destaque. O advogado da economia solidária expõe sua visão da seguinte forma:

Examinando-se o conjunto do movimento cooperativista, tem-se a impressão de que, de todos os implantes anticapitalistas com potencial socialista, este – apesar dos pesares – é o de maior potencial e o que está mais exposto à contingência de perder sua essência para se amoldar ao ambiente e às exigências da competição com empresas capitalistas. **A cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção** (SINGER, 1998, p. 57, grifos nossos).

Mesmo considerando que há sempre uma grande possibilidade das '*cooperativas operárias*' degenerarem-se, Singer acredita que, por basearem-se na autogestão, na

democracia e na cooperação, as organizações da economia solidária são o principal elemento anti-sistêmico incrustado no meio do sistema de produção capitalista. Efetuada a já mencionada *'purificação'*, que exclui do campo da economia solidária seus elementos anômalos, resta-nos, de acordo com a análise deste autor, a *'cooperativa operária'* como a unidade fundamental dessa nova forma de organização da produção emancipada e humanizada. Nestes termos, a economia solidária através da *'cooperativa autêntica'* possui as características necessárias para promover a emancipação do trabalho e, conseqüentemente, do homem, superando a alienação imposta pelo capitalismo.

A principal característica da forma de organização econômico-solidária capaz de promover essa desalienação é a autogestão. Esta é uma das grandes bandeiras de luta do movimento econômico-solidário.⁷⁷ É comum em qualquer manifestação dos integrantes desse projeto ouvir ecoar palavras de ordem e/ou gritos de guerra como *'Para acabar com a exploração, autogestão é a solução!'*; *'Autogestão! Trabalhador sem Patrão!'* e/ou *'Economia Solidária, Sociedade Igualitária!'*.⁷⁸ Obviamente que a autogestão está umbilicalmente associada ao regime de propriedade coletiva dos meios de produção que é uma das características do modo cooperativo de organização social, conforme aponta Singer (2002a).

Se o objetivo da economia solidária é desenvolver um novo sistema sócio-econômico contrário ao sistema caracterizado pela alienação, o que temos que verificar é se essas organizações promovem de fato a desalienação do trabalho e, portanto, a emancipação do ser social. Retomemos então a interrogação que obrigatoriamente levar-nos-á a observação do fenômeno mais de perto. Serão esses elementos – a autogestão e a organização cooperativa da produção – capazes de

⁷⁷ “Para nós a autogestão é considerada o ingrediente chave que define o campo da Economia Solidária, que o distingue relativamente às inúmeras formas transformadoras de realização “participativa” das relações sociais do capital, como o são o chamado empreendedorismo popular, as cooperativas do modelo tradicional tipo OCB, as micro e pequenas empresas capitalistas, as estratégias de arranjos produtivos que subordinam os pequenos produtores a uma ou várias grandes empresas etc.” (NOVAES; SARDÁ, 2012, p.155).

⁷⁸ Na visão de Souza (2011, p. 180) “a economia solidária é uma designação ideológica na qual o conceito de autogestão, alimentado discursivamente, é muito mais caro que o de cooperativismo, historicamente desgastado”. Diríamos, contudo, que cooperativismo e autogestão estão em pé de igualdade nos discursos dos defensores da economia solidária. É claro, como já fora exposto, que há sempre uma separação em cooperativismo autêntico e cooperativismo degenerado, este último não representando a concepção da economia solidária.

emancipar o trabalho humano? Tais elementos existem ou podem existir na economia solidária? A cooperativa apresenta realmente ‘em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho’?

Para realizar essa discussão, ainda que de forma preliminar, dado o limite dessa pesquisa, precisamos aproximar-nos do significado de dois termos tão caros ao pensamento marxista: *entfremdung* e *aufhebung*. O primeiro significa estranhamento, alienação, e o segundo expressa “[...] ao mesmo tempo ‘transcendência’, ‘supressão’, ‘preservação’ e ‘superação (ou substituição) pela elevação a um nível superior’” (MÉSZÁROS, 1981, p. 14).

Marx, ainda na sua juventude, período que se dedicou mais detidamente aos problemas filosóficos, já havia compreendido “[...] que a alienação econômica era o elo comum de todas as formas de alienação e desumanização” (MÉSZÁROS, 1981, p. 211). Para compreender a alienação na perspectiva marxista devemos partir da atividade que diferencia o homem dos demais animais, aquela que lhe permite produzir seus meios materiais de vida, bem como, produzir-se a si mesmo, ou seja, a atividade que realiza o ser humano enquanto ser social, o trabalho (KONDER, 2009).⁷⁹ Nos “*Manuscritos econômicos filosóficos*” (1844) encontramos grande parte do desenvolvimento teórico que propiciou a Marx inverter e superar a dialética de Hegel, apresentando a categoria trabalho como trabalho estranhado no capitalismo. Essa interpretação do trabalho estranhado ou alienado permanecerá presente em toda sua produção teórica posterior. O problema identificado por Marx nos ‘Manuscritos de Paris’⁸⁰ é a incapacidade de realização do ser humano por meio do trabalho no capitalismo pois

o trabalhador se torna tanto mais pobre quando mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quando mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma

⁷⁹ [...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural com uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1988, p. 142).

⁸⁰ Nome pelo qual também é conhecido os “Manuscritos econômicos filosóficos” de 1844.

mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80).

A forma social e histórica que o trabalho assume no capitalismo desumaniza o homem, coisifica-o. Portanto, a alienação com suas várias faces é a mais pura manifestação dessa desumanização/coisificação. Seguindo Mészáros (1981), verificamos que a teoria da alienação de Marx está constituída por quatro elementos: a alienação do indivíduo, ou seja, o trabalhador já não pertence a si mesmo, torna-se uma mercadoria e, por isso, enquanto ser humano, se torna alienado de si mesmo e da sua atividade produtiva que lhe é imposta por outrem; a alienação da natureza ou da coisa, já que o homem se vê apartado dos produtos do seu próprio trabalho e passa a ver neles apenas uma coisa autônoma que existe independentemente dele e do seu trabalho; a alienação da condição humana, ou a alienação do seu '*ser genérico*', onde o homem afasta-se de sua própria essência de sociabilidade e a substitui pelo egoísmo e competição; e, por último, a alienação das relações sociais, ou seja, o homem está alienado dos outros homens já que o trabalho alienado obscurece toda a gama de relações sociais existentes por trás do processo de produção e intercâmbio de mercadorias. As relações sociais são então coisificadas, metamorfoseiam-se em relações entre mercadorias e não mais entre seres humanos.

Se a alienação econômica é a origem das outras formas de alienação e da desumanização e o trabalho é a categoria fundante do ser social, qualquer proposta emancipatória perpassa pela emancipação do próprio trabalho. Devemos entender o trabalho emancipado como o trabalho que já não é mais alienado, ou seja, nele o trabalhador domina o processo produtivo, tem a posse dos produtos do seu próprio trabalho, reconcilia-se com sua sociabilidade e, por fim, compreende todas as relações sociais e naturais que compoem o processo de produção social. Parte do processo rumo à emancipação plena dá-se com a implantação da transição socialista onde cada trabalhador contribui conforme sua capacidade e recebe da sociedade conforme a sua contribuição. Nesse processo mudam-se as condições materiais de vida e de produção que alteram a consciência humana criando as condições para a transcender a alienação e emancipar o trabalho. Sob um novo regime com o poder e a propriedade socializadas e uma nova forma de organização

do trabalho, a alienação é superada e dá lugar a realização do indivíduo através do trabalho. Todavia, a emancipação plena só completar-se-ia, segundo Marx, com o comunismo,⁸¹

quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (MARX, 2000, p. 25).

Destarte, a superação dialética da alienação passa por uma revolução social mais ampla, um processo sócio-histórico constituído por uma sucessão de conquistas sociais, onde cada avanço transcende e supera cada vez mais a alienação culminando numa sociedade nova caracterizada por um novo ordenamento onde o trabalho enfim realiza o ser social (MÉSZÁROS, 1981). Ao se alcançar uma sociedade onde o princípio *'de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades'* seja aplicado, o trabalho já não será mais alienado e cada trabalhador contribuirá com o máximo de suas habilidades e consumirá apenas o correspondente as suas necessidades.

Como veremos na seção seguinte deste capítulo, a economia solidária além de ser, segundo seus defensores, um caminho para o socialismo, nela o princípio que para Marx seria a base do comunismo já é praticado nas cooperativas nos dias de hoje. A cooperativa econômico-solidária “[...] é gerida pelos trabalhadores, [suas] relações de trabalho são democráticas, *ela traduz na prática o lema: "de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades"* (SINGER, 1998, p. 57, grifos nossos). Por isso a economia solidária possuiria um grande potencial emancipatório para os que advogam o projeto. Coadunam com essa opinião outros autores que apontam as diferenças do trabalho em empresas capitalistas em relação ao trabalho em EES, pois

⁸¹ “Marx concebe a verdadeira emancipação do homem, – no comunismo – como um processo de desalienação. Sua emancipação definitiva coincidirá, portanto, coma superação definitiva da alienação” (VÁZQUEZ, 2007, p. 52).

[...] las relaciones sociales de producción desarrolladas en los emprendimientos económicos solidarios **son distintas de las formas asalariadas**. Aunque las formas jurídicas y los grados de innovación de contenido de las relaciones también sean cambiantes y pasibles de reversión, las prácticas de autogestión y cooperación dan a esos emprendimientos una naturaleza singular, pues **cambian el principio y la finalidad de la extracción del trabajo excedente** [...]. [...] **es innegable la ruptura que establecen con las condiciones de la producción capitalista**, demostrada por la adopción de los principios básicos de gestión democrática y por la amplia predominancia del trabajo ejercido por los mismos socios del emprendimiento (GAIGER, 2007, p. 89-90, grifos nossos).⁸²

As postulações de Singer, Gaiger, entre outros, a respeito da economia solidária constituem-se em verdadeiros argumentos *ad nauseam* que, pela repetição e cansaço, buscam convencer o interlocutor. Novamente a cooperação e a autogestão são os princípios que permitem transformar as relações de produção capitalistas.

Neste sentido, a tão almejada '*emancipação social*' passaria pela prática do cooperativismo associado à autogestão. É fundamental lembrar que a autogestão foi forjada nas lutas operárias do século XIX nas associações operárias que já praticavam-na apesar dela ainda não ter essa denominação. Seu fortalecimento deu-se na década de 50 passada, quando a República Socialista Federativa da Iugoslávia (hoje Sérvia), sob o regime do Marechal Josip Broz Tito (1892-1980), rompeu com o padrão de organização da economia socialista soviético e passou a utilizar um novo modelo denominado autogestão. Deixando o planejamento central da economia a Iugoslávia praticou embrionariamente o que hoje convencionou-se chamar de '*socialismo de mercado*'.

O modelo iugoslavo, pela valorização da liberdade e da autonomia dos conselhos de fábrica, inspirou o movimento operário europeu na década de 60, principalmente a fração que identificara as atrocidades do regime stalinista na URSS. Dentre os defensores da autogestão nesse período destacamos o pensador grego-galês

⁸² “[...] as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas das formas assalariadas. Ainda que as formas jurídicas e os graus de inovação de conteúdo das relações também sejam modificados e passíveis de reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois mudam o princípio e a finalidade da extração de trabalho excedente [...]” (GAIGER, 2007, p. 89, tradução nossa) “[...] é inegável a ruptura que estabelecem com as condições de produção capitalistas, demonstrada pela adoção dos princípios básicos da gestão democrática e pela ampla predominância do trabalho exercido pelos mesmos sócios do empreendimento” (GAIGER, 2007, p. 90, tradução nossa).

Cornelius Castoriádis. Todavia tal modelo não era unanimidade e recebeu duras críticas como as de Che Guevara, então Ministro da Indústria cubano (PERÍCAS, 2004).⁸³

O *aggiornamento* que o conceito de autogestão sofreu na contemporaneidade atribuiu-lhe a função de ser um *'meio para uma sociedade emancipada'*.⁸⁴ Para Novaes e Sardá (2012, p. 155), a autogestão “[...] significa o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral” (NOVAES; SARDÁ, 2012, p. 155).

O desenvolvimento de formas associativas em larga escala, ao estender as relações coletivas e igualitárias nos espaços cada vez mais ampliados, rompe com o isolamento e a fragmentação de classe, abole a hierarquia e a disciplina que fundam as relações de exploração e dominação. Esse caráter pedagógico profundo da auto-organização nos coloca diante do problema da auto-emancipação (NOVAES; SARDÁ, 2012, p. 174).

Na mesma perspectiva, novamente Gaiger (2007, p. 91, grifos nossos), mesmo que admitindo insuficiências, defende os potenciais emancipatórios da economia solidária a partir da prática da autogestão:

[...] **La autogestión y la cooperación son acompañadas por una reconciliación entre el trabajador y las fuerzas productivas que emplea. Dado que no es ya un elemento descartable y como ya no está separado**

⁸³ “Todas as coletividades da Iugoslávia, sejam camponesas ou operário-industriais, guiam-se pelo princípio do que eles chamam de autogestão. Dentro de um plano geral, bem definido quando a seus alcances, mas não quando a seu desenvolvimento particular, as empresas lutam entre si dentro do mercado nacional como uma entidade privada capitalista. Poder-se-ia dizer, de maneira geral, caricaturando bastante, que **a característica da sociedade iugoslava é o capitalismo industrial com uma distribuição socialista dos lucros**. Ou seja, tomando cada empresa não como um grupo de trabalhadores, mas sim como uma unidade, essa empresa funcionaria aproximadamente dentro de um sistema capitalista, obedecendo às leis de oferta e procura e entabulando uma luta violenta pelos preços e a qualidade com seus similares; realizando o que na economia se chama de livre concorrência... (GUEVARA *apud* PERICÁS, 2004, p. 111). E ainda “[...] **na Iugoslávia funciona a lei do valor**, na Iugoslávia fecham-se fábricas porque não rendem; na Iugoslávia existem delegações suíças e holandesas que recrutam mão-de-obra desocupada e levam-na para seus próprios países para trabalhar nas condições que impõe um país imperialista à mão-de-obra estrangeira, considerada como o último degrau da sociedade. Assim, os companheiros iugoslavos vão trabalhar como operários ou camponeses em países onde a mão-de-obra é escassa, expostos a encontrar-se em qualquer momento desocupados, na rua, como um porto-riquenho nos Estados Unidos” (GUEVARA *apud* PERICÁS, 2004, p. 111).

⁸⁴ No regime de autogestão “[...] trabalho e capital são fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela” (SINGER, 2002a, p. 83).

del producto de su trabajo, ahora bajo su dominio, el trabajador recupera las condiciones necesarias, aunque sean insuficientes, para una experiencia de vida laboral menos fragmentada; asciende a un nuevo nivel de satisfacción, atendiendo a aspiraciones no sólo materiales o monetarias.⁸⁵

As ideias por trás do discurso desses autores circulam sempre em torno de dois elementos de significação recorrentes: a autogestão e a cooperação. Para eles esse binômio quando executado permite a transformação das relações de produção capitalistas e a desalienação do trabalho. Nos EES existe, em tese, a unidade entre a posse dos meios de produção e a execução da produção. Como a propriedade é coletiva e não privada e as decisões tomadas sempre em conjunto e nunca individualmente, essas relações, segundo a defesa da economia solidária, fazem com que os trabalhadores passem por uma mudança cognitiva relacionada a eficiência produtiva, que passa a ser buscada por propiciar na prática uma experiência efetiva de dignidade e equidade (GAIGER, 2007).

Essa tese também pressupõe a extinção da exploração e, em alguns casos, a existência de algum nível de auto-exploração que é considerada melhor que a exploração capitalista.

Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras nas cooperativas por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados tem de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, **o que lhes permite se auto-explorar menos**; além disso, os cooperados tem a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (SINGER, 2000, p. 17, grifos nossos).

No regime do capital, parte da jornada de trabalho não é paga e é apropriada pelo capitalista na forma de mais-valia, portanto, segundo esses autores quando se extingue a figura do patrão e os trabalhadores passam a ser os donos dos meios de produção e ao mesmo tempo controladores do processo produtivo, cessa a produção de mais-valia e sua apropriação. Não há lucro e sim um excedente que é

⁸⁵ “A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que emprega. Dado que já não é um elemento descartável e como já não está separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, ainda que sejam insuficientes, para uma experiência de vida laboral menos fragmentada; ascende a um novo nível de satisfação, atendendo a aspirações não só materiais ou monetárias” (GAIGER, 2007, p. 91, tradução nossa).

repartido entre os sócios ou é destinado a fundos que servirão ao atendimento de necessidades dos sócios. Além disso, seguindo essa lógica, a força de trabalho deixa de entrar no processo de produção como uma mera mercadoria para produzir mercadorias e dinamizar o processo de acumulação do capital. O trabalho deixaria de ser uma atividade fragmentada e os trabalhadores teriam uma compreensão de todas as etapas do processo produtivo.

Ocorre que os autores dessa perspectiva esquecem-se que, no capitalismo, há um mecanismo de transferência de valor (MARX, 1988; CARCANHOLO; SABADINI, 2012). Mesmo que admitíssemos que isoladamente esses EES conseguissem eliminar a produção de mais-valia, tal fato pertenceria apenas a esfera da aparência, pois quando esses EES vendem suas mercadorias no mercado capitalista convencional, configura-se que eles produziram mercadorias, e portanto que os preços terão que ajustar-se ao lucro médio. Deve-se observar que o simples fato de mudar a relação de assalariamento por outra forma de relação de trabalho não elimina a alienação. Mesmo que o fim desses EES não seja a acumulação capitalista podemos dizer que na perspectiva da aparência não há extração de mais-valia pois o excedente é distribuído entre os integrantes da organização solidária. Porém, quando se analisa na perspectiva da totalidade e na forma de inserção desses EES no mercado capitalista, ou seja, ao buscarmos a essência das relações obscurecidas pela aparência, verificaremos que há uma apropriação de parte do valor gerado nesses EES por parte dos capitalistas. Esse mecanismo, que não analisaremos pormenorizadamente dada sua complexidade, é um elemento fundamental para se compreender a inserção subordinada das cooperativas no sistema capitalista.

A cooperação e a autogestão, portanto, não são suficientes para promover a emancipação do trabalho uma vez que os EES existem apenas de forma isolada e subordinada no interior do sistema capitalista. O discurso da eliminação da exploração e da emancipação é simplesmente uma ilusão que não se sustenta quando se efetua o teste da realidade social e histórica. Tal discurso resulta de uma observação da aparência que não alcança a essência.

3.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA, LÓGICA DE ACUMULAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL E ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

Nos dois itens anteriores buscamos demonstrar como a economia solidária é apresentada de duas formas diferentes pelo grupo formado pelos autores próximos ao projeto neo-cooperativista ou os ‘*de dentro*’ e pelo grupo que efetua a crítica à economia solidária ou os ‘*de fora*’. Apresentamos os diferentes posicionamentos sobre o papel da economia solidária como resposta ao desemprego e à precarização das relações de trabalho e como a expressão de uma nova forma de ‘*emancipação social*’. Nestes elementos já existiam em germe os traços que pré-anunciavam *le grand finale* da argumentação dos defensores da economia solidária: sua pretensa existência como alternativa ao capitalismo.

A economia solidária é com frequência anunciada como um modelo produtivo para um novo tipo de padrão societal pós-capitalista e um caminho para se chegar ao socialismo.⁸⁶ Por mais que alguns defensores de tal projeto não o considerem uma panaceia, ao longo das leituras e análises de seus escritos, percebemos que tal discurso não se sustenta, pois eles a consideram com potencial para suplantar os malefícios do capitalismo e inclusive o próprio sistema capitalista. Por isso, nesse último item traremos para a arena de debate a possibilidade de a economia solidária constituir-se como uma alternativa ao capitalismo ou uma nova forma de organização da produção que ao invés de colaborar com a acumulação e a reprodução do capital a contrapõe.

O grande expoente, formulador e defensor da economia solidária no Brasil, o professor Paul Singer (2002a, p. 10), afirma que ela “[...] é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, enquanto que o capitalismo “[...] é o modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual”. Há uma intersecção entre esses dois modos de

⁸⁶ “Tornándola sea como un campo de trabajo institucional, como un objetivo de políticas públicas de contención de la pobreza, o como un nuevo frente de luchas de carácter estratégico, las visiones, conceptos y prácticas se entrecruzan intensamente, interpelándose y promoviendo la economía solidaria como una *alternativa* para los excluidos, los trabajadores, un nuevo desarrollo, comprometido con los intereses populares, etc.; una *alternativa* a la profundización de las inequidades, a las políticas de rasgo neoliberal, en fin, al propio capitalismo” (GAIGER, 2007, p. 80).

produção definidos por Singer, que é ‘o *direito à liberdade individual*’, que se manifesta como uma defesa do mercado, da livre iniciativa dos agentes, e mais que isso, é a manifestação de uma contundente crítica a qualquer modelo de organização da produção e distribuição baseado na planificação econômica centralizada. Retomaremos este ponto mais adiante.

Para compreendermos a coerência interna da argumentação de Paul Singer que o leva a afirmar que a economia solidária é outro modo de produção, é necessário estudar um de seus principais escritos dedicado a temática – ‘*Uma utopia militante*’ (1998). Nele a economia solidária é apresentada como um novo protótipo de modo de produção dentre os demais existentes e que coexiste com eles.⁸⁷ A *produção simples de mercadorias* poderia ser citada como a forma mais antiga de organização da produção, nela o produtor é possuidor dos meios de produção e do produto do seu trabalho além de ser responsável pela distribuição da produção. Esta forma de organizar a produção e a distribuição e, outras formas como a feudal, por exemplo, foram perdendo importância paulatinamente para a forma capitalista nos últimos três séculos (SINGER, 1998).

Com o desenvolvimento das relações mercantis, que culminou com a revolução industrial, os trabalhadores passaram a buscar formas de enfrentamento das expressões da ‘*questão social*’ (NETTO, 2001). Como mostramos na primeira parte desta dissertação, os denominados socialistas utópicos, bem como alguns anarquistas, buscaram outras formas de organização da produção e distribuição. Por isso, para Singer, “a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2000, p. 13). Ou seja, o desemprego, uma das expressões da ‘*questão social*’, resultado das contradições inerentes ao capitalismo, propicia as circunstâncias que levam os trabalhadores a pensar e criar uma forma alternativa de organização da

⁸⁷ “[...] De minha parte, tenho procurado mostrar que o capitalismo é o modo de produção dominante mas que está longe de abranger a totalidade das economias contemporâneas. Ao seu lado, existe a *produção simples de mercadorias* (unidades autônomas de produção, individuais ou familiares), a *economia pública* (formada por empreendimentos estatais que prestam serviços ou fornecem bens, sem cobrar preços de mercado por eles), a *economia doméstica* (constituída pelas atividades produtivas realizadas nos domicílios, visando autoconsumo dos membros) e a *economia solidária* (formada por empreendimentos autogestionários de produção, de crédito, de serviços, de consumo etc.)” (SINGER, 2004, p. 5, itálicos nossos)

produção. Para Singer (2000, p. 13), a economia solidária ou “o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos*”.⁸⁸ Esta síntese constitui a própria base do modo de organização da produção e distribuição socialista para o autor.

Para o entendimento desta tese de Singer é importante avançar para a sua diferenciação entre revolução social e revolução política. A primeira constituiria em um longo processo de passagem de uma formação social a outra, enquanto a segunda seria uma ruptura violenta com o *establishment*. Destarte, teríamos o desenrolar de uma revolução social capitalista e uma revolução social socialista com uma dinâmica distinta das revoluções políticas protagonizadas pela burguesia e pelo proletariado. Nos processos de transição ao capitalismo nos diversos países, como França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Japão, Rússia e EUA, houve uma revolução social capitalista que já se desenvolvia muito tempo antes das revoluções burguesas de caráter político.

Em todos estes países, relações de produção capitalistas foram se expandindo paulatinamente, **nos poros** do modo de produção precedente. No caso pioneiro da Inglaterra, esta expansão se alimentou da decadência do feudalismo. [...] Em cada país, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção seguiu uma trajetória diferente, mas em todos eles este desenvolvimento se fazia **nos interstícios** de outras relações de produção – servis, na Europa e no Japão, escravistas, nas Américas, tributárias, na Ásia – que durante todo um período foram as relações dominantes. As empresas capitalistas competiam nos mercados em que conseguiam penetrar contra mercadorias produzidas por servos, escravos e camponeses explorados tributariamente. Ou, então, por camponeses ou artesãos, produzindo por conta própria (SINGER, 1998 p.10-11, grifos nossos).

A porosidade dos modos de produção é o elemento dinamizador das revoluções sociais nesta concepção de Singer. O movimento da história seria condicionado pela ocupação destes poros com formas de organização econômicas anti-hegemônicas que tenderiam ao *status* hegemônico. A revolução social seria então, um lento e duradouro processo de coexistência entre modos de produção marginais e

⁸⁸ Singer manifesta uma concepção oposta a defendida por Rosa Luxemburgo. Conforme apontamos no Capítulo 2 para a autora teuto-polaca, as cooperativas de produção são ‘seres híbridos’ inseridos na economia capitalista, trata-se da “pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista” (LUXEMBURGO, 2010, p. 83). Para Singer, porém, as cooperativas de economia solidária superam tal hibridismo e fazem surgir um novo modo de produção.

dominantes, até que um modo de produção marginal supera o dominante. Nesse longo processo pode ou não ocorrer revoluções políticas clássicas.

A economia solidária, nesta perspectiva, vem ocupando os interstícios do capitalismo a bastante tempo, desde as primeiras organizações associativas e cooperativas surgidas depois da revolução industrial. Na visão de Singer, portanto, o desenvolvimento da economia solidária é a própria revolução social socialista. Disso, depreendemos um elemento implícito do discurso da economia solidária que é a ideia de que revolução social socialista já está acontecendo, ou seja, já estamos na transição ao socialismo.⁸⁹ A economia solidária seria um elemento anti-sistêmico, pois conviveria com o capitalismo, mas não reproduziria as relações capitalistas em suas organizações. É o que acredita o profeta da economia solidária:

Eu acredito que qualquer empresa democrática igualitária e autogestionária – cooperativa ou não – é socialista já. É uma experiência socialista, mesmo que seja pontual. [...] As cooperativas e as pequenas empresas são coisas muito distintas, mas ambas não são capitalistas: não há exploração – seja na pequena empresa sem assalariados, seja na cooperativa (SINGER, 1999, p. 54-55).

No entanto, admitindo essa hipótese, e confrontando-a com a realidade concreta, tendo em vista nossas discussões preliminares, a economia solidária, apesar do discurso anti-capitalista, não se apresenta como uma forma de organização alternativa ao capital mas sim funcional a ele. Ademais, partindo do pressuposto de

⁸⁹ Em 2012, na UNICAMP, tive a oportunidade de participar de uma palestra com o professor Paul Singer. Na ocasião ocorria o encerramento de um curso de formação para Gestores Públicos de Economia Solidária e coube ao Secretário Nacional de Economia Solidária proferir as palavras finais aqueles gestores e gestoras. Respondendo uma pergunta de minha autoria sobre qual era o papel da economia solidária na transição ao socialismo, Singer respondeu: “**Na minha opinião, nós já estamos em transição ao socialismo!** [...] A cada cooperativa que nós conseguimos colocar de pé, que seja autêntica, que pratica a autogestão, nós estamos criando os ecos do socialismo. A teoria da felicidade interna bruta, que ao meu ver é uma teoria correta, científica, ela dá um argumento muito forte a respeito dessa hipótese minha, a de que as pessoas não oprimidas certamente são felizes, sobretudo num mundo, num ambiente, em que a maior parte das pessoas iguais a ela não são livres, são mandadas tem que obedecer, tem que se submeter. A origem da infelicidade é em grande parte a opressão, você ser obrigado a fazer o que você não quer impedido de fazer o que você sim quer [heterogestão]. Isto, ao meu ver, é o principal argumento pra dizer, quem sabe, nós já estamos construindo essa sociedade socialista gradativamente, como aliás, todas as grandes mudanças históricas aconteceram, todas elas levaram gerações, inclusive o capitalismo. O capitalismo industrial levou algumas gerações até se tornar alguma coisa importante no mundo. Nós também precisamos entender, com a velocidade com que isso está acontecendo no Brasil, não só no Brasil, na Argentina, em outros lugares, eu acho que dá para perceber a hipótese, não passa disso, de que nós já estamos construindo uma outra sociedade nos interstícios que a crise capitalista nos oferece ” (SINGER, 2012, transcrição e grifos nossos).

Singer – da economia solidária como elemento anti-hegemônico que ocupa os interstícios do capitalismo –, os EES que realmente representam essa autonomia e independência com pretensa capacidade de promover o socialismo representam uma ínfima fração do total de organismos solidários. Como observa Barbosa (2007, p. 118-119):

Não existe uma cadeia produtiva autônoma de economia solidária. Rara é a experiência nessa órbita. Nem os trabalhos menos especializados se desvinculam da cadeia formal, seja para obter matéria prima no mercado, seja fazendo com que o produto ou serviço circulem naquele. Por isso, sua lógica organizacional, seu ritmo produtivo e custo tendem a ser comandados de fora, pelo mercado. A margem de autonomia é pequena ou inexistente nos casos em que o empreendimento tem viabilidade econômica para se manter enquanto tal.

Os EES são reféns das determinações do mercado capitalista. A dependência é flagrante quando se observa as informações do Atlas da Economia Solidária. No que tange a aquisição de matérias-primas, apenas 3,3% são oriundas de EES enquanto 52,1% provêm de empresas privadas capitalistas. No quesito comercialização, a situação não é diferente, 82,7% das vendas são feitas a consumidores e atacadistas privados, 5,7% a órgãos governamentais e apenas 6,4% são vendas ou trocas com outros EES (SENAES, 2007). Fica claro que esses ‘implantes socialistas’ não possuem a potência para enfrentar as estruturas monopolistas capitalistas. Como poderiam então representar uma ameaça para a lógica de acumulação e reprodução do capital, conforme apontam seus defensores?

Parece-nos mais um questão de fé do que uma correta interpretação da realidade concreta. Wellen (2012), Barbosa (2007) e Menezes (2007) identificaram as fragilidades da economia solidária em suas pesquisas e mostraram como ela cumpre uma função bastante clara dentro do esquema de reprodução e acumulação do capital. Para o primeiro autor, trata-se de uma mistificação considerar “[...] que as relações internas dentro de uma comunidade estão suspensas das determinações do capitalismo e que a “economia solidária” poderia forjar, de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar” (WELLEN, 2012, p. 314).

Já discutimos no item anterior como os EES não conseguem escapar das determinações da teoria do valor, principalmente a transferência de valor. A simples

mudança de regime de propriedade e da forma de gestão não elimina a exploração e a produção de mais-valia se esses EES continuam imersos no mercado capitalista e determinados por ele.⁹⁰ De forma muito simplificada, podemos dizer que a maioria dos EES possui baixa composição orgânica do capital, ou seja, são intensivos em capital variável (trabalho vivo) e pouco intensivos em capital constante (trabalho morto).⁹¹ Ao comercializarem seus produtos, os EES vendem-nos por preços inferiores aos valores, e essa diferença constitui uma transferência a qual corresponde uma apropriação pelas empresas monopolistas capitalistas (com elevada composição orgânica do capital). Mesmo que, na aparência, a mais-valia tenha desaparecido, uma vez que a figura do patrão desapareceu, na essência continua a ocorrer a exploração e apropriação de trabalho não pago.

Portanto, estamos de acordo com o entendimento apresentado por Wellen (2012), no qual a defesa da ideia dos poros ou interstícios constitui mais uma ‘*expressão mistificadora*’ do discurso da economia solidária. Para o autor,

[...] o fator central da defesa dos interstícios do capitalismo é que, por meio da aceitação desse artifício, promove-se uma **representação ideal que não reflete as especificidades da fase atual do mercado capitalista**. A ideia de interstício dentro do capitalismo conduz à visualização da sociedade atual como se essa fosse constituída por meio de setores ou partes possuidoras de altos níveis de autonomia. Sob este prisma, interdita-se de forma imagética, as relações de interdependência entre as diversas esferas da sociedade capitalista madura, atribuindo a estas uma posição de autonomia que não lhes é típica (Wellen, 2012, p. 308, grifos nossos).

A economia solidária incorreria no erro crasso de considerar que, mesmo sem um processo de superação da ordem do capital, seria possível a existência autônoma e

⁹⁰ Sobre isto o comandante da Revolução Bolivariana Hugo Chávez Frias possui interessantes considerações: “[...] la cooperativa es una figura interesante, pero las cooperativas no son garantía del socialismo. Hay muchas cooperativas que son puro capitalismo, que explotan a los demás. Incluso, hay burgueses que ahora se disfrazan de cooperativistas, se ponen máscara, “ésta es una cooperativa”, y no pagan impuestos y lo que hacen es explotar igualito.” (CHÁVEZ, 2009, p. 8). Em outro trecho afirma o comandante: “[...] **El cooperativismo no garantiza socialismo, porque la cooperativa es propiedad privada colectiva**; es decir, si somos 20 de esta cooperativa, vamos a trabajar es para beneficiarnos los 20, si eso es así, es meramente capitalismo, meramente capitalismo. **A las cooperativas hay que darles un impulso hacia el socialismo**, entonces el único modo no es el cooperativismo. Cuando yo digo empresas de propiedad social no me estoy refiriendo a las cooperativas, porque las cooperativas terminan no siendo de propiedad social sino propiedad de los cooperativistas: privada colectiva. Puede haber propiedad privada individual: yo el dueño, o propiedad privada colectiva: nosotros los dueños.” (CHÁVEZ, 2007, p. 15).

⁹¹ Entendemos que o fato desses trabalhadores não serem assalariados não muda as características impostas pela lei do valor já que os EES continuam a produzir mercadorias com a finalidade da troca mercantil.

independente de um sistema mercantil pré-capitalista (M-D-M) nos 'poros do capitalismo'. Por se considerarem fora da circulação do capital as organizações solidárias produziram bens para o atendimento das necessidades humanas (produção e intercâmbio de valores-de-uso) e não produziram mercadorias com o intuito de acumular capital (produção e intercâmbio de valores-de-troca). Daí advém o discurso que coloca essa forma de organização social solidária como capaz de superar o capitalismo, uma vez que ela romperia com a lógica de acumulação capitalista e colocaria o atendimento das necessidades humanas como objetivo central das relações econômicas. Trata-se de um discurso que na verdade abusa de 'sentimentalismos' para efetuar uma 'crítica romântica' e 'mistificadora' do capitalismo (WELLEN, 2012).

Esta perspectiva faz com que as formas de enfrentamento do capitalismo sejam diferentes das formas clássicas de luta política da classe trabalhadora, como bem expressa Gaiger (2004, p. 397), que afirma que "a melhor forma de combater o capitalismo talvez seja prover a vida de forma não capitalista" (GAIGER, 2004, p. 397). Assim, o desenvolvimento do socialismo deve ocorrer concomitantemente ao capitalismo. Não se deve lutar pela tomada do poder, nem pela expropriação dos meios de produção para posterior coletivização, pois essa foi uma estratégia errada e que já demonstrou suas falhas (SINGER, 2000). O socialismo não foi abandonado, mas está ressignificado e o caminho para alcançá-lo também é totalmente diferente como podemos verificar:

[...] a luta pelo socialismo hoje se trava em diversas frentes: na política, em que vitórias eleitorais de candidaturas de esquerda abrem possibilidades de multiplicar formas de democracia participativa, como, por exemplo, o Orçamento Participativo; na econômica, em que a consolidação de setores cooperativos de produção e de consumo contribui para a eliminação da pobreza e o combate ao desemprego; e na frente social, mediante a instituição de programas de bolsa-escola, renda-cidadã e análogos (SINGER, 2000, p. 80).

Vê-se que nesta perspectiva o aumento da participação democrática e as políticas sociais focalizadas adotados por governos neoliberais significam '*implantes socialistas*' no capitalismo, o que é uma estapafúrdia argumentação. Trata-se de uma argumentação que apresenta um caráter claramente regressivo, mais até que as ideias social-democratas de Eduard Bernstein. Por outro lado, aproxima-se das

proposições dos socialistas utópicos, em que o socialismo chegaria por meios pacíficos sem a necessidade de uma revolução, sem passar pela ditadura do proletariado. Ora, considerando a tese dos interstícios e da revolução social defendidos por Singer, teríamos mais de 150 anos em que a revolução social socialista está em processo, partindo de 1844, data de fundação da *Rochdale Society of Equitable Pioneers*. A pergunta é: quantos séculos ainda seriam necessários até que o projeto socialista se consolidasse, já que a organização política dos trabalhadores é relegada a segundo plano?

Há acordo na análise de que o ‘*socialismo realmente existente*’ apresentou degenerescências, como o autoritarismo e a burocratização. A estatização dos meios de produção e a planificação centralizada da economia também necessitariam de ajustes, prova disso foram as inúmeras críticas efetuadas por Che Guevara ao modelo econômico soviético (PERÍCAS, 2004). Mas como bem coloca Machado (SINGER; MACHADO, 2000, p. 52), “[...] a visão de Marx, ou a de Lênin, não podem ser confundidas com o que se implantou na União Soviética”. Aqueles erros cometidos na Rússia não desautorizam as teses clássicas sobre a transição socialista.

Todavia, Singer e outros estão convencidos que daquelas experiências não se aproveita nada, pois elas não consideravam os interesses dos consumidores e dos empregados e elas não garantiam a liberdade dos agentes empreenderem (SINGER, 1998; SINGER, 2000; SANTOS, 2012). O advogado da economia solidária parece ter esquecido, ou simplesmente desconsiderou, as análises de Marx, Engels, Lênin e outros teóricos clássicos, de que a superação do capitalismo necessita da tomada do Estado pela classe trabalhadora organizada. Ou seja, o socialismo deve ser uma etapa caracterizada por um governo controlado pelos trabalhadores. Enquanto o Estado for hegemônico pela burguesia, esta o usará como comitê gestor de seus próprios interesses, e jamais promoverá políticas anti-capitalistas (MARX; ENGELS, 2005). Apenas um Estado onde os trabalhadores fossem os protagonistas seria capaz de suprimir o mercado e as relações capitalistas associadas a ele. Nesta configuração, a planificação centralizada da economia com o objetivo de atender às necessidades básicas do corpo social é uma

etapa necessária para o socialismo e para suplantar as praticas mercantis capitalistas.

Mas esta pauta de extinção das relações mercantis capitalistas não está presente no discurso pró-economia solidária que prefere fazer uma defesa intransigente do mercado que deixaria qualquer liberal com inveja:⁹²

eu estou convencido de que o mercado é essencial ao socialismo [...] É necessário deixar os indivíduos optarem, decidirem sobre o que vão fazer e eventualmente se arreperderem, ficarem desempregados por algum tempo. Mercado de trabalho é condição de liberdade humana e alguns mercados de bens e de serviços me parecem igualmente essenciais, porque uma das liberdades interessantes é a de iniciativa. O indivíduo tem o direito de tomar uma iniciativa, abrir uma empresa ou vender o fruto do seu trabalho. O mercado não é um mal, ele é uma forma de realização individual (SINGER, 1997).

Ao invés da supressão das relações mercantis, defende-se a competição das organizações solidárias (empresas socialistas/cooperativas autogestionárias) com as organizações capitalistas no mercado (empresas capitalistas). Além disso, não está em pauta a busca por igualdade, já que “[...] alguma desigualdade econômica deve ser permitida exatamente para garantir aos indivíduos o direito de escolha entre diferentes estilos de vida” (SINGER, 2000, p. 39). O que caracteriza esse socialismo autogestionário então? Wellen (2012, p. 293) identificou claramente a diferença entre capitalismo e socialismo proposto pelo discurso de Singer:

a diferença entre o sistema socialista e o sistema capitalista encontrar-se-ia [numa] forma de regular a sociedade, pois enquanto essa permitiria a existência de grandes diferenças entre vantagens e desvantagens sociais, aquela instauraria instituições para abrandar essa desigualdade. A peculiaridade do socialismo estaria presente, então, na adição de uma qualidade indispensável: **a tentativa de amenização das desigualdades sociais** (WELLEN, 2012, p. 293)

⁹² A defesa do mercado pelos defensores da economia solidária assemelha-se à defesa empreendida por liberais como Amartya Sen: “ser genericamente contra os mercados seria quase tão estapafúrdio quando ser genericamente contra a conversa entre as pessoas [...]. A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificação defensiva com relação a seus efeitos favoráveis mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade [...]. A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes” (SEN, 2000, p. 21), e prossegue, “[...] a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social” (SEN, 2000, p. 22).

Percebam que não há uma proposta de extinção da desigualdade na agenda do solidarismo econômico e sim uma proposta de minimização desta. Por esse motivo, toda sorte de políticas sociais paliativas e focalizadas, desde que reduzam a pobreza em algum grau, adquirem *status* de 'implante socialista'. Conforme aponta Machado, estas são as bases do socialismo autogestionário ou do modo de produção solidário, que configuram um flagrante reducionismo, onde o socialismo passa a ser uma ideia moral vaga associada a '*defesa de uma sociedade mais justa*' que não supera o capitalismo, mas apenas abranda suas contradições (SINGER; MACHADO, 2000).

Poderíamos indagar qual processo garantiria a preponderância das organizações solidárias frente às organizações capitalistas. Tal processo dar-se-ia mediante uma mudança na racionalidade dos indivíduos que passariam a adotar uma racionalidade cooperativa ou solidária. A importância da liberdade individual no modo de produção solidário se refere ao fato de que a nova racionalidade não deve ser imposta, mas sim resultado da livre escolha dos indivíduos.

Convivendo com a racionalidade individualista e competitiva predominante no capitalismo, os seres humanos teriam a liberdade de optar por essa outra racionalidade onde

os interesses individuais tornam-se solidários, à medida que se realizam por meio de concessões de parte à parte e ficam hipotecados a uma espécie de altruísmo recíproco, cuja contrapartida não está apenas em ser correspondido, mas nas gratificações morais e extra-morais que proporciona (GAIGER, 2004, p. 390).

O autor que mais envereda por esse caminho da mudança do indivíduo é o economista Marcos Arruda que adota a denominação de '*socioeconomia solidária*' que na prática é a mesma coisa que economia solidária. O termo '*socioeconomia*' é o oposto de economia capitalista: trata-se de uma economia não-capitalista que tem por objetivo o '*bem-viver*' e o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade, uma economia que ataca o individualismo disseminado pelo liberalismo (ARRUDA, 2002). O autor entende a '*socioeconomia solidária*' como um "[...] sistema alternativo ao capitalismo, construindo-se através do florescimento de redes horizontais e verticais de produção e intercâmbio de bens e serviços, mediados por

moedas diversas e por relações solidárias entre as partes (ARRUDA, 2003, p. 236).
A superação da ordem capitalista dar-se-ia

Através [da] expansão e irradiação [do modelo da socioeconomia solidária], por meio da comunicação e da educação solidárias, do efeito de demonstração, do diálogo e da persuasão, este sistema iria ocupando sempre espaços mais amplos, e constituindo uma economia do trabalho emancipado e do melhor-viver para todos, em desenvolvimento no interior mesmo da economia comandada pelo capital, escapando aos poucos ao seu controle até eventualmente substituí-lo (ARRUDA, 2003, p. 237)

A racionalidade cooperativa da '*socioeconomia solidária*' seria completamente distinta daquela racionalidade econômica liberal em que os agentes são racionais e maximizam ininterruptamente o lucro. Recordemos que para Adam Smith “[...] numa sociedade civilizada, o homem a todo momento necessita da ajuda e cooperação de grandes multidões, e sua vida inteira seria suficiente para conquistar a amizade de algumas pessoas” (SMITH, 1983, p. 49). Dinamizada pela concorrência, esta cooperação ocorre para o '*pai da economia*' quando todos os indivíduos ao buscarem seu auto-interesse num mesmo instante produzem uma situação de bem-estar para toda a sociedade. Daí a máxima de Smith de que “[...] não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1983, p. 50).

Na ideia exposta por Arruda, a liberdade e a possibilidade de livre escolha⁹³ pelos agentes mantêm-se. Todavia, essa livre escolha é uma escolha às avessas, ou seja, guiada por uma nova moralidade ou racionalidade e não pelo auto-interesse. É na escolha voluntária de adesão ao altruísmo, à convergência e ao pleno acolhimento do outro que se realiza o amor na esfera econômica e não o egoísmo. Para Arruda, essa busca de transcendência não tem nada de apenas abstrato, ela deve se converter no nosso modo de vida nesta vida terrena.

Se, para o liberalismo pensar em si mesmo resultaria no bem-comum para todos, a proposta da '*socioeconomia solidária*' é pensar no outro antes de pensar em si mesmo. Dados os problemas da existência, dialogar e cooperar são sempre

⁹³ Na verdade, na perspectiva que defendemos, não há livre escolha sem igualdade social e econômica. O mercado destrói a efetiva possibilidade de liberdade.

melhores respostas do que o individualismo e a competitividade (ARRUDA, 2008). Há um claro utopismo nessa perspectiva, recheado com '*sentimentalismos*' e '*críticas românticas*', como diria Wellen (2012). Arruda coloca da seguinte forma os termos da sua utopia:

O desafio para mim, como economista, é criar uma economia amorosa, uma economia para este ser humano amoroso, uma economia para que cada ato de troca seja muito mais do que um ato material de trocar objetos. É uma relação humana que carrega trabalho, energia, que tem, pois, uma dimensão invisível tão real e dinâmica quanto a visível. É uma relação energética em que eu dou e recebo ao mesmo tempo. Tenho que querer bem a quem me deu, e isso vai motivar o outro a me querer bem igualmente, ainda que não seja essa a razão do meu dar. Quando cada um está preocupado com o outro todo mundo ganha com isso. Esta é a idéia do cooperativismo, do associativismo, da Economia Solidária (ARRUDA, 2002).

Sempre defendendo que outro mundo e outro homem são possíveis e necessários, esses autores, como Singer, Arruda e outros defensores do projeto da economia solidária, reduzem o processo de transformação a uma mudança de atitude e de comportamento das pessoas. Uma vez que o processo se inicia ele avançaria como que por osmose e cada vez mais pessoas mudariam sua forma de ser e agir tornando-se mais cooperativos, solidários, altruístas, amorosos. Revoluções locais ou individuais substituiriam a idéia de uma revolução política ampla (SINGER, 2000).

Na realidade concreta, contudo, as relações entre os homens e a relação entre os homens com a natureza mediada pelo trabalho, continuam a ser determinadas pelas leis internas de funcionamento do modo de produção capitalista sem permitir muito espaço para desabrochar esse novo tipo de racionalidade humanista. Como afirmara Marx (MARX *apud* NETTO, 2011, p. 50) em '*Uma contribuição para a crítica da economia política*' é "o modo de produção da vida material [que] condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral". A mudança de racionalidade ou comportamento, ou seja, a própria mudança da vida social, passa pela necessária mudança do modo de produção da vida material, portanto, "não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência". O erro do idealismo econômico-solidário é defender que a mudanças das consciências com a opção livre por uma racionalidade cooperativa seria capaz de alterar a estrutura material de produção e

reprodução da vida e, principalmente, que “essa consciência” estaria imune às determinações do capitalismo.

Os autores da economia solidária também cometem os mesmos erros dos socialistas utópicos, o que não é estranho, já que eles efetuam um *aggiornamento* daquelas velhas elucubrações. Referindo-se aos utópicos do século XIX, Sanchez Vázquez apresenta-nos uma interessante reflexão:

Nem sempre esses utópicos propõem modelos de ordem social que transcendam inteiramente a sociedade atual, ao modo de um Estado ideal que algum dia irá se realizar. Às vezes, trata-se de construir ilhotas do futuro no presente, ou antecipações reais da nova sociedade na velha, de maneira que, num processo evolutivo, a nova ordem social dispute terreno com a antiga até chegar à sua plena afirmação. Tal é o significado das comunidades de Owen e de Cabet, que pretendem ser as células reais de um tecido social ideal. A utopia, ao aliar-se com o reformismo, não faz mais que incrementar seu conteúdo utópico (VÁZQUEZ, 2007, p. 22)

Poderíamos dizer, parafraseando Vázquez, que *‘tal é o significado’* da economia solidária de Singer e Arruda, *‘pretendem ser as células reais de um tecido social ideal’*, mas na prática não passam de mero *‘reformismo’*. Todavia, os trabalhadores organizados e os *‘intelectuais orgânicos’* da classe trabalhadora, ao invés do reformismo utópico, devem resgatar, defender e incentivar a utopia revolucionária teórico-prática que

não se propõe a desenhar os detalhes da sociedade futura nem, dando tempo ao tempo, deposita suas esperanças em reformas que, gradualmente, pelo poder da convicção e do exemplo, arrastam a sociedade inteira. Ela quer a nova sociedade a partir de **um ato total e definitivo: a revolução** (VÁZQUEZ, 2007, p. 22, grifos nossos).

3.5 DANDO UM PASSO A FRENTE: BUSCANDO AS RAZÕES DOS ARGUMENTOS

A análise realizada nos tópicos anteriores acerca das diferenças de posicionamentos entre autores favoráveis e contrários ao projeto da economia solidária nos inspirou a investigar as motivações que os levaram a adotar suas linhas argumentativas. A contraposição de argumentos ideológicos e políticos entre os autores pode ser

explicada também através do ângulo de análise adotado por cada grupo (BARBOSA, 2006).

Assim, procuraremos expor, sucintamente, a matriz teórica, o campo, a amplitude e a profundidade da análise, presentes nas argumentações adotadas pelos autores com o intuito de diferenciar os ângulos de análise adotados na construção dos argumentos.

No que se refere à matriz teórica, identificamos que há autores da economia solidária que assumem o referencial teórico marxista e outros que não. Já discutimos como surgiu o debate sobre a economia solidária, pautado numa perspectiva anti-neoliberal e anti-capitalista desenvolvendo-se claramente no campo da esquerda. Isto fica mais patente quando Singer (2004, p. 5) afirma que “no Brasil, a teorização sobre a economia solidária apresenta uma clara inspiração marxista” (SINGER, 2004, p. 5).⁹⁴ Gaiger (2007, p. 80) confirma esta assertiva:

La cuestión [de la economía solidaria] se transformó en objeto de intensa discusión, que maneja tesis y categorías de la economía política marxista – por donde tradicionalmente navega el pensamiento de izquierda – sustentando argumentaciones e respuestas de índole principalmente ideológica y programática (GAIGER, 2007, p. 80).⁹⁵

Todavía, mesmo que tenham se municiado com o referencial teórico marxista, esses autores empreenderam duros ataques a referida tradição teórica. Em ‘*Economía socialista*’, Singer (2000, p. 11) admoesta que “Marx e Engels nos legaram uma crítica profunda e penetrante do capitalismo como modo de produção, mas sua visão científica do socialismo deixa muito a desejar” (SINGER, 2000, p. 11). A resignação deste autor se deve ao fato de Marx e Engels terem relegado à segundo plano as estratégias associativistas e autogestionárias, concentrando esforços na luta política e revolucionária. Ele conclui sua admoestação dizendo que “os clássicos parecem ter caído num reducionismo evidente” (SINGER, 2000, p. 17) ao se pautarem na

⁹⁴ Uma das exceções é o trabalho de Laville, que é francês, e França-Filho (2004) que desenvolvem suas análises a partir da sociologia econômica de Karl Polanyi.

⁹⁵ “A questão [da economia solidária] se transformou em objeto de intensa discussão, manejando teses e categorías da economia política marxista – por onde tradicionalmente navega o pensamento de esquerda – sustentando argumentações e respostas de índole principalmente ideológica e programática” (GAIGER, 2007, p. 80, tradução nossa).

tomada do Estado e na subsequente estatização dos meios de produção. Outros autores da tradição marxista, como Lênin e Rosa Luxemburgo, também sofrem as críticas disparadas pelo autor (SINGER, 1998; SINGER; SOUZA, 2000). Já Arruda (2002), por seu turno, parece ter ido mais além em sua sublevação contra os clássicos, com um claro abandono da perspectiva de classes e, podemos dizer, da própria luta de classes:

A grande mudança foi passar a ter uma nova concepção acerca do sujeito da história. Aquela idéia (*sic*) do sujeito, das massas de trabalhadores, mudou para mim. Não se trata de “massas trabalhadoras”, sujeito impessoal. [...] o eixo sai de uma coletividade sem cara e vai para cada pessoa, cada indivíduo, mas não o indivíduo abstrato, isolado na sua totalidade, mas um indivíduo-totalidade e, ao mesmo tempo, parte de totalidades maiores. [...] é um projeto de “empoderamento” de cada ser humano e coletividade humana para o amor.

A transformação passaria, nessa perspectiva, pela noção imprecisa de ‘*empoderamento*’ dos indivíduos, em que o somatório das várias micro-revoluções individuais alteraria as bases da sociedade. Boaventura Santos também defende caminho semelhante para ‘*reinventar a emancipação social*’. Da mesma forma que Singer, Santos (2012, p. 25) considera que “[...] no início do novo milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável”. Para este autor, que possui uma incorreta interpretação das idéias de Marx,⁹⁶ a transformação estaria na “[...] viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo [...]” baseadas no princípio da solidariedade, ou seja, também nessa perspectiva as iniciativas individuais e localizadas ganham grande relevância em detrimento da organização política da classe trabalhadora.

No outro campo, o grupo crítico frente ao projeto da economia solidária não exita em manifestar seu referencial teórico, como é o exemplo de Menezes (2007) que, já na sua primeira frase introdutória, expressa que sua “tese é legatária do pensamento marxiano”, Barbosa (2007) que utilizou a teoria crítica para superar as relações fetichizadas existentes na ‘*cultura do empreendedorismo*’ e da economia solidária, e Wellen (2012) que busca apreender a função social da economia solidária partido da

⁹⁶ que está bem expressa em Netto (2004),

realidade concreta e sustentando uma poderosa crítica com base em Marx e Engels e nos autores clássicos do marxismo (Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács etc.). Além desses principais autores podemos citar o artigo “A ‘*economia solidária*’: uma crítica marxista” (GERMER, 2007), e também Montañó (2007), cuja obra, mesmo não tratando especificamente da economia solidária e sim do ‘terceiro setor’ nos possibilita uma interessante base para a discussão da temática. O autor escolhe aquela opção teórico-metodológica que

[...] concebe o real como uma *totalidade concreta*, saturada de determinações, mediações e particularidades interconectadas, que entende a realidade social como um *processo histórico*, desenvolvido fundamentalmente mediante a luta de classes, portanto, com centralidade na categoria *trabalho* e nas contradições entre capital e trabalho, como um processo social que tanto tende a *reproduzir* sua dinâmica e estrutura (positividade) quanto contém sua negação, a possibilidade de *transformação*. Enfim, nosso caminho é o da recuperação da *crítica da economia política* desenvolvida por Marx, centrada agora no *capitalismo monopolista* e em sua reestruturação (MONTAÑO, 2007, p. 17).

Esta é a mesma postura teórico-metodológica adotada pelos autores críticos à economia solidária. Já o posicionamento teórico-metodológico dos setores pró-economia solidária, a exemplo da observação de Montañó (2007) em relação ao ‘terceiro setor’, desenvolve-se

[...] ora produzido no interior dos interesses do grande capital (seguindo os postulados neoliberais), ora surgido numa fração da esquerda resignada, mas de (eventual) “intenção progressista”, porém inteiramente funcional ao projeto neoliberal (MONTAÑO, 2007, p. 17).

Há inúmeros casos dessa adesão do grande capital às proposições da economia solidária, como está explícito, por exemplo, no documento ‘*Brasil do diálogo da produção e do emprego – acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego*’.⁹⁷ Trata-se de um acordo entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a CUT e a Força Sindical,⁹⁸ que dentre várias propostas, possui um capítulo específico sobre o cooperativismo e a economia

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/brasildodialogo/Folder-Brasil-do-Dialogo.pdf>>.

⁹⁸ As centrais sindicais sofrem a partir da década de 90 uma guinada para a perspectiva de conciliação de classe. Passam a defender o cooperativismo como possibilidade de geração de emprego e renda para trabalhadores desempregados dialogando de forma subserviente com as entidades patronais.

solidária no qual se acorda: apoiar a aprovação de leis relativas à economia solidária e cooperativismo, igualar empreendimentos de economia solidária de pequeno porte a empresas de pequeno porte no que se refere ao tratamento fiscal, facilitar o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas e economia solidária por meio da criação de um banco de desenvolvimento, etc. Em síntese, a FIESP passa a ser uma entidade defensora da economia solidária.

No contexto capixaba, a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) foi a grande lobista no processo de aprovação da Lei Complementar Nº 618 – que Institui o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual –, na qual são contempladas no texto grupos de produção solidários e cooperativas de pequeno porte. Além disso, é deveras interessante que a ONG Espírito Santo em ação, uma genuína entidade de defesa dos interesses dos capitalistas capixabas, tenha entre seus projetos prioritários de inclusão social incentivar iniciativas de desenvolvimento local e economia solidária.

A economia solidária, inicialmente desenvolvida por setores da *'esquerda resignada'* passa a ser recorrentemente cooptada pelo discurso/práticas dos setores do grande capital. Os autores defensores da economia solidária compõem, seguindo a taxonomia de Montañó (2007), a chamada *'nova esquerda'* ou os *'pós-marxistas'* que na prática agem de forma funcional as necessidades da reforma neoliberal sob um discurso pretensamente transformador.

No que se refere ao campo de análise queremos observar de onde o autor/pesquisador se coloca para produzir seus argumentos, ou melhor, identificar a posição do sujeito frente ao objeto. Acreditamos que essa posição também interfere na composição dos argumentos, já que o pressuposto na neutralidade é apenas ilusório.

Queremos dizer que, ao observarmos os dois grupos de autores, percebemos que um deles produz argumentos endogenamente, ou seja, *'de dentro'* do movimento social que apóia a economia solidária, em contato direto com as experiências e/ou políticas públicas direcionadas aos EES, enquanto, o outro grupo produz argumentos exogenamente, ou seja, *'de fora'* o que lhes garante uma liberdade e,

mesmo uma possibilidade maior, para uma apreensão mais ampla do fenômeno. Novamente faremos uso das considerações de Montaño (2007, p. 17) em sua análise do *'terceiro setor'*, onde ele afirma que

[...] se não contamos com uma ampla *visão de dentro* das organizações do chamado "terceiro setor", limitando nosso domínio da enorme variedade de dados produzidos neste debate, nossa *abordagem de fora* permite compreender o debate no seu verdadeiro papel e significação social, como uma particularidade de um processo social mais amplo (MONTAÑO, 2007, p. 17).

O mesmo ocorre com os analistas da economia solidária: teríamos o grupo que tem uma *'visão de dentro'*, que enxerga a economia solidária de maneira rasa e superficial, mistificando-a, e um grupo que realiza uma *'abordagem de fora'* procurando compreender as conexões do fenômeno com a adoção de políticas neoliberais e com a reestruturação capitalista. Evidentemente, no grupo dos *'de dentro'* encontramos os integrantes da chamada *'esquerda resignada'*, composta por acadêmicos, técnicos, religiosos, políticos e militantes da causa econômico-solidária que produzem um conhecimento orientado a uma prática imediatista e paliativa que se ajusta às necessidades do capitalismo e que está presa a esfera da aparência fenomênica. Podemos ainda dizer que a visão endógena está orientada pela *'hermenêutica das emergências'*, onde se "[...] amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para as tornar mais visíveis e credíveis" (SANTOS, 2012, p. 26). Por vivenciarem a cotidianidade da economia solidária os autores *'de dentro'* buscam exaltar os resultados, os números positivos, os objetivos, mesmo que de longo prazo, as mudanças nas condições de vida, mesmo que ínfimas e isoladas.

No grupo dos *'de fora'*, que busca apreender o real a partir das suas várias determinações e mediações, os limites do projeto econômico-solidário são apresentados sem rodeios. Tais autores desvendam a mistificação da economia solidária e a entendem como funcional à acumulação e reprodução do capitalismo. Portanto, ultrapassam a dimensão da aparência buscando a essência do fenômeno.

Feitos estes esclarecimentos, podemos passar a duas categorias de metodologia restantes: a questão da amplitude e da profundidade. Com a discussão sobre a

amplitude da análise, queremos caracterizar os grupos de autores verificando se sua argumentação se dá a partir de experiências localizadas (ato individual isolado) ou se a argumentação compreende a totalidade da dinâmica e estrutura da reprodução capitalista. Já com a discussão sobre a profundidade da análise procuraremos caracterizar se as análises alcançam a essência do fenômeno ou permanecem na aparência fenomênica.

Aparência *versus* essência e ato individual isolado *versus* perspectiva da totalidade constituem dois pólos antagônicos, porém intimamente interconectados. São categorias base da análise dialética do real e do método de Marx. “A dialética trata da ‘coisa em si’”, mas o problema é que “[...] a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem” (KOSIK, 1976, p. 13). Antes de se alcançar a ‘coisa em si’ nós todos nos deparamos com a realidade aparente, que é uma etapa da apreensão fenomênica, mas que deve ser ultrapassada em busca da essência. Este é o objetivo da ciência para Marx, pois se a aparência já expressasse em si todas as relações necessárias para compreender o real, a atividade de pesquisa seria desnecessária, como bem nos explica o professor José Paulo Netto (2011, p. 22):

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e dinâmica do objeto). Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

Os estudiosos que buscam a essência dos fenômenos partem da aparência, pois é somente através da apreensão do real aparente que se torna possível ultrapassar o limite da imediatez. Este método está presente em toda crítica à economia política empreendida por Marx. Mas, se a aparência é parte do real, logo, as argumentações e inferências provenientes desse nível de observação também são reais. Por isso a realidade é tão complexa e muitas vezes nos prendemos a imediatez sem alcançar o que há de mediato no real (KOSIK, 1976). Carcanholo (2001, p. 77) apresenta duas importantes características da aparência na sociedade capitalista. A primeira,

[...] é que ela não é resultado de um erro ou um engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões da realidade, tão real quanto a sua

oposta, a essência. O erro não está na aparência e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas na crença de que a realidade tem uma só dimensão. O equívoco sobre o capitalismo consiste em pensar que a realidade é unidimensional, ou melhor, não saber da sua bidimensionalidade (CARCANHOLO, 2003, p. 77).

Nesse sentido, mesmo considerando que os pressupostos teóricos dos autores defensores da economia solidária são oriundos de uma perspectiva da aparência, eles são verdadeiros, pois são partes do real. Não se pode negar que certo número de trabalhadores passaram a realizar alguma atividade laboral e auferir renda por meio de EES, nem se pode negar que muitos tenham recuperado a auto-estima e o respeito próprio como pontua Singer e outros autores. Eles não estão enganados, pois esta é uma dimensão da realidade, a dimensão da aparência fenomênica.

O erro, conforme nos demonstra Carcanholo (2001), é considerar que a aparência é a única dimensão do real e não considerar a existência da bidimensionalidade. Por tratar-se da realidade observada a partir de um ângulo, o ângulo da aparência, produz-se a mistificação do real, como bem observou Wellen (2012). Quando afirmamos que a visão dos autores pró-economia solidária representa a verdade vista de um determinado ângulo, não estamos querendo dizer que concordamos com os autores dessa perspectiva, ao contrário, queremos elucidar que seus argumentos explicam a realidade pela perspectiva do mundo da pseudoconcreticidade, ou seja, do

[...] complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural [...] (KOSIK, 1976, p. 15, grifos nossos).

Não se alcança por essa perspectiva a estrutura e a dinâmica do objeto, ao invés disto mistifica-se o objeto atribuindo-lhe características falsas. Ao se observar, por exemplo, os dados divulgados pela SENAES, por nós analisados no capítulo 3, verifica-se que eles são reveladores e indicam claramente os limites dos EES. Todavia, os autores defensores da economia solidária, geralmente, destacam do amplo leque de EES precários alguns que obtiveram sucesso e amplificam as qualidades desses empreendimentos como se tais adjetivos pudessem tornar-se

atributos de todos EES. Assim chegamos a segunda característica da aparência capitalista que

[...] é o fato de que ela resulta diretamente da observação da realidade, mas desde um ponto de vista particular, específico: do ponto de vista do *ato individual isolado*. Enquanto a essência só é compreensível a partir da perspectiva da *totalidade social*, a aparência deriva direta e imediatamente de uma visão parcial ou isolada da relação social [...] (CARCANHOLO, 2003, p. 78).

As relações sociais fetichizadas no capitalismo estão sempre se reproduzindo, porém o observador tende, na maioria das vezes, a não vê-las com todas suas inter-relações, pois observa a realidade sob a ótica da unidimensionalidade e do ato individual e isolado. Defendemos que o amplo campo, que advoga a economia solidária como a alternativa anti-sistêmica desse começo de milênio, observa o real a partir desse ângulo. Vejamos isso mais de perto.

Um exemplo de como a consideração da unidimensionalidade do real conduz a confusões expressa-se na ilusória origem da mais-valia. Observando a aparência da sociedade capitalista, pode-se intuir que a relação entre um capitalista e um trabalhador – na perspectiva do ato individual e isolado –, é uma relação entre iguais estabelecida contratualmente por indivíduos livres e autônomos. Se considerarmos que o capitalista cumpre as disposições contratuais e paga o salário que foi acordado, aparentemente não há exploração. O lucro parece ter origem na capacidade empreendedora de mobilizar capitais e tecnologias do capitalista (CARCANHOLO, 2003; CARCANHOLO; SABADINI, 2012). A aparência produz a ilusão de que o empregador não explora o trabalhador, mas

Por outro lado, [...] ao mesmo tempo, a relação salarial, na essência, implica exploração; ausência de liberdade de uma das duas partes; apropriação pela outra de trabalho não-pago. E isso é dialética e não é fácil entendê-la, mesmo quando existe boa vontade (CARCANHOLO, 2003, p. 77).

Por isso é tão difícil mostrar a um trabalhador que ele é explorado quando ele recebe um elevado salário, benefícios, participação nos lucros, etc. Às vezes é difícil conscientizar o trabalhador da sua exploração até quando ela é incontestável. Mas e se considerássemos como fazem Carcanholo e Sabadini (2011, p. 134) a

possibilidade do trabalhador ter alguma consciência e nesse caso sentir-se explorado? Temos então que: “para o empresário, não há exploração; para o trabalhador que possui alguma consciência, sim. Quem tem razão?” A resposta é “[...] ambos. Depende do ponto de vista de cada um.” Não se trata de relativismo, trata-se do resultado da bidimensionalidade do real: do ponto de vista da aparência e do caso individual e isolado não há exploração e a partir da perspectiva da essência que busca apreender a totalidade social há exploração. Logo, mesmo que o trabalhador não a reconheça, há exploração.

Não obstante, na realidade concreta da maioria dos trabalhadores que convivem com trabalho informal, contratos por tempo determinado, subcontratação, terceirização, ausência de proteção e benefícios, trabalho em cooperativas, etc., a superexploração do trabalho não deixa dúvidas quanto a sua existência, ela é patente e inquestionável e sentida na própria pele.

Uma ilusão semelhante a que mistifica a origem da mais-valia ocorre na observação da inserção da economia solidária nos interstícios do sistema capitalista. Aprioristicamente, observando a aparência da sociedade capitalista do ponto de vista do caso individual e isolado, provavelmente chegaríamos a mesma conclusão de Singer e outros autores, de que não há exploração nos EES e eles representam um meio para a emancipação do trabalho. Os indivíduos associam-se livremente e gestionam coletivamente a cooperativa, a figura do capitalista não existe, a propriedade é coletiva e os excedentes são divididos. Estes elementos seriam indicativos de que a exploração deixou de existir, de que as cooperativas não se organizam para acumular capital e que seus trabalhadores já estariam se organizando sob novas relações pós-capitalistas.

Todavia, como vimos, observar o real a partir da aparência não nos permite alcançar a profundidade necessária para desvelar as reais determinações dos fenômenos. Obtêm-se uma sistematização verdadeira, mas incompleta, insuficiente, mistificada. Como já fizemos alusão em outras passagens deste trabalho, quando o ângulo de visão busca pela essência fenomênica e pela totalidade, percebe-se que a mais-valia continua a ser gerada nas cooperativas e apropriada por setores monopolistas capitalistas. Além disso, a realidade é incontestável e demonstra os limites da

economia solidária como caminho emancipatório e como alternativa ao capitalismo. As organizações de economia solidária reproduzem relações de trabalho precário e criam uma ilusão de possibilismo tão cara aos ardorosos defensores das políticas neoliberais e às classes dominantes.

4 TECENDO POSSÍVEIS CONCLUSÕES

Não há nenhuma erva medicinal que cresça no lixo da sociedade capitalista e possa ajudar a curar a anarquia capitalista. Rosa Luxemburgo (apud GERAS, 1978, p. 13)

No capítulo anterior, mostramos uma clara diferença entre os autores que analisam a economia solidária e, portanto, se depreende que existem duas visões político-ideológicas que implicam em duas formas majoritárias de orientação para a ação. Como fora exposto anteriormente, sistematizamos as argumentações em dois grupos, porém, é mister deixar claro que não há uma completa homogeneidade nesses grupos. No interior de cada grupo há diferenças de interpretações, mas que, para efeito de nossa análise, são especificidades que não interferem nos resultados.

Identificamos que o grupo de autores próximos ao ideal econômico-solidário, ou os '*de dentro*', entende que esta forma de organização do trabalho surge como reação ao desemprego e às precárias relações laborais, com potencial de geração de emprego e renda com qualidade de vida, mas não só isso, eles vão mais além e consideram que tais iniciativas rompem com a alienação, emancipando os trabalhadores e operam contra a lógica de acumulação e reprodução do capital, ou seja, constituem-se na mais pujante alternativa contemporânea ao capitalismo.

Por outro lado, identificamos que os autores que efetuam a análise crítica da economia solidária, ou os '*de fora*', assumem um discurso completamente oposto. Surgindo como um paliativo frente à agudização das expressões da '*questão social*', a economia solidária, não consegue eliminar o desemprego e a precarização das relações de trabalho, fenômenos intrínsecos da sociedade regida pelo capital. Destarte, a possibilidade de superação da alienação é meramente ilusória, sendo essas organizações econômico-solidárias na maior parte das vezes funcionais a acumulação e reprodução do capital e, por conseguinte, são frágeis reações ao capitalismo.

Nossa opção metodológica por essa caracterização em dois pólos pode parecer mecanicista por ignorar as posições intermediárias que se aproximam mais ou menos das concepções predominantes desses dois grupos pré-estabelecidos. Ou seja, há autores que mesmo acreditando nas possibilidades emancipatórias da Economia Solidária efetuam críticas, e autores que assumem o referencial marxista, mas não o sustentam ao longo do discurso. Não obstante, pautamo-nos na concepção de Lênin exposta em seu texto político '*Que fazer?*', onde o líder bolchevique deixa claro que qualquer ponto de vista que se afasta da ideologia socialista fortalece a ideologia burguesa, ou seja, existem dois pontos de vista: um do lado do trabalho e outro do capital. Assim, mesmo que muitos autores discorram sobre a economia solidária como um projeto socialista, identificamos, partindo do grupo de autores críticos ao referido projeto, o que estava obscuro nessas argumentações. Dessa forma, não se trata de maniqueísmo, ou seja, definir os bons e os maus, mas de ser teoricamente rigoroso como na análise do revolucionário russo, análise que, no nosso entendimento não é anacrônica:

No momento [1902], não seria possível falar de uma ideologia independente, elaborada pelas próprias massas operárias no curso de seu movimento, o problema coloca-se exclusivamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. **Não há meio-termo** (pois a humanidade não elaborou uma "terceira" ideologia; e, além disso, em uma sociedade dilacerada pelos antagonismos de classe não seria possível existir uma ideologia à margem ou acima dessas classes). Por isso, **toda diminuição da ideologia socialista, todo distanciamento dela implica o fortalecimento da ideologia burguesa** (LENIN, 1902, acesso 5 out. 2012, grifos nossos).

Com isso queremos salientar que mesmo que os ideólogos da economia solidária queiram considerá-la um caminho contemporâneo para a superação do capitalismo e para a emancipação do trabalho, na prática, da forma como se observa sua materialização na realidade concreta, a defesa da economia solidária tem uma forte tendência a representar um fortalecimento da ideologia burguesa. A ressignificação do trabalho que a economia solidária proporciona é um exemplo disso, conforme a análise de Barbosa (2007, p. 290). No apontamento da autora, "o fetiche do empreendedorismo aplicado ao trabalho coletivo autogestionário [à economia solidária] serve de invólucro ao transformismo da pauta das lutas sociais". Tal projeto pretende que "a classe trabalhadora em geral e o proletariado em particular

internalizem e assumam o auto-emprego e o não-assalariamento como manifestações benéficas que estimulam sua emancipação econômica” (MENEZES, 2007, p. 227). Vale ressaltar que, na maior parte das vezes, os EES não possuem uma estratégia de luta política e tem um viés claro de conciliação de classe e de adesão ao projeto da classe dominante. É claro, no entanto, que há algumas exceções, como o caso das cooperativas de produção agroecológica desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária por camponeses ligados ao MST, onde há um direcionamento político diferente do que citamos anteriormente.⁹⁹

É nesse sentido que os ideais dos socialistas utópicos, analisados no capítulo 2, ressurgem no fim do século XX e apresentam-se como essa pseudo-panacéia no início deste século. Saint-Simon, Fourier e Owen empreenderam suas fantasias como resultado da comoção que lhes provocaram as mazelas da revolução industrial. Tratava-se de um movimento pequeno burguês que propunha aos trabalhadores uma saída mágica e romântica que a história demonstrou ser ineficaz. Os neo-socialistas utópicos, propositores da economia solidária, parecem não ter aprendido com as lições da história e advogam caminhos semelhantes aqueles que se mostraram irrealizáveis, isto é, propõem um pacifismo anti-revolução para a superação do capitalismo.

Em fins do século XVIII e princípios do século XIX, contudo, a postura idealista dos socialistas utópicos era compreensível, uma vez que manifestava uma rebeldia frente as contradições do sistema capitalista ainda em consolidação (KONDER, 2003). O mesmo não se verifica na realidade contemporânea onde a crença nesses projetos salvacionistas representam mais uma regressão que uma utopia (WELLEN, 2012), pois desarticulam os trabalhadores num claro intuito de abrandar as contradições da luta de classes. Nossas conclusões assemelham-se às de Germer (2007, p. 61) em que a propagação das idéias econômico-solidárias

[...] pode ser interpretada como um sintoma do recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, cujo espaço é ocupado pela propagação de ideologias pequeno-burguesas, apoiadas nos mecanismos de difusão do sistema dominante.

⁹⁹ “[...] a criação de um empreendimento econômico pelo MST não finaliza a instauração de um projeto social, mas possui uma função social não hipostasiada nem mistificadora: prover condições básicas para o autoconsumo de seus integrantes” (WELLEN, 2012, p. 205). No interior do movimento reconhecem-se as limitações impostas pelo mercado capitalista e não se reproduz uma visão mistificada da realidade de que os empreendimentos são autônomos e autosuficientes.

Por observarem a realidade a partir da perspectiva da unidimensionalidade – da aparência – e do ato individual e isolado, percebemos que uma das principais condutas discursivas observadas nos autores defensores do estatuto da economia solidária é a crítica ao obsoletismo e a inviabilidade das estratégias de organização da luta emancipatória pela via política, assim como fizeram no século XIX os socialistas utópicos. Para esses defensores da economia solidária a transformação dar-se-ia por uma luta econômica, de expansão de empresas socialistas (cooperativas) nos interstícios do capitalismo, que competiriam com as empresas capitalistas e paulatinamente as substituiriam. O resultado deste tipo de proposta é uma desmobilização da organização dos trabalhadores e um retrocesso na perspectiva da luta revolucionária. Além disso, é importante considerar que, como observa Wellen (2012, p. 408),

Bem distante do mundo sonhado pelos representantes da “economia solidária”, o mercado capitalista nem disponibiliza interstícios ou espaços vagos para atuação independente, nem muito menos constitui um ambiente econômico plural e democrático em que os agentes econômicos, independentemente de seu tamanho e princípio valorativo, conseguem realizar livremente suas atividades.

A análise do conteúdo dos discursos dos defensores da economia solidária demonstra uma obsessão em defender o novo-cooperativismo como a nova forma de organização do movimento socialista. Sob esse pretensível discurso transformador escondem-se teses mais precárias e regressivas que as teses revisionistas do passado. Tais teses contentam-se com melhorias parciais sem tocar no âmago das contradições do sistema capitalista. Quanto a isso se deve atentar para o fato de que

O movimento socialista não terá a menor chance de sucesso contra o capital caso se limite a levantar apenas demandas parciais. Tais demandas têm sempre que provar a sua viabilidade no interior dos limites e determinações reguladoras preestabelecidos do sistema do capital. As partes só fazem sentido se puderem ser relacionadas ao todo ao qual pertencem objetivamente. Deste modo, é apenas nos termos de referências globais da alternativa hegemônica socialista à regência do capital que a validade dos objetivos parciais estrategicamente escolhidos pode ser adequadamente julgada. E o critério de avaliação deve ser a capacidade desses objetivos parciais se converterem (ou não) em realizações cumulativas e duradouras no empreendimento hegemônico de transformação radical (MÉSZÁROS, 2011, p. 943, grifos nossos).

A economia solidária, enquanto proposta emancipatória, concentra-se em demandas parciais e, portanto, não consegue ultrapassar os limites estipulados pelo capital.¹⁰⁰ As falências desse tipo de iniciativa no passado dão força ao argumento de que a nova empreitada talvez não seja duradoura, portanto não acumularia forças para constituir-se numa via para uma transformação radical. Representa alguma melhoria de vida e permite condições de sobrevivência a desempregados – no caso individual e isolado –, mas na perspectiva da totalidade é incapaz de constituir-se como um novo modo de produção alternativo ao capitalismo, sendo muitas vezes funcional à reprodução e manutenção deste.

O discurso pró-economia solidária produz um efeito maléfico para os trabalhadores, vendendo-lhes um projeto de panaceia que resolveria seus problemas, libertando-os da exploração e submissão ao capital. E nesses tempos de ‘pós-modernidade intelectual’¹⁰¹ a proliferação destes discursos salvacionistas ganham proporções antes jamais vistas. Velhos discursos reaparecem; propostas cheirando a mofo ou a naftalina são revitalizadas e claro muitos desavisados encampam essas ideias sem a devida reflexão crítica (GERMER, 2007; WELLEN, 2012).

¹⁰⁰ Quanto à questão da estratégia socialista, pensamos que o essencial a frisar é que a alternativa socialista não pode de modo algum, no atual contexto de crise estrutural do capital, se limitar a exigir —demandas parciais e —políticas de minoria: Assim, as demandas podem até ser —parciais, desde que objetivem mudanças em setores importantes do sociometabolismo e, em especial, desde que signifiquem em alguma medida uma ofensiva que coloque em disputa o próprio controle do capital sobre tal esfera do sociometabolismo. Tal é, em síntese, o significado de praxis revolucionária (MÉSZÁROS, 2011, p. 943, grifos nossos).

¹⁰¹ Para uma crítica à perspectiva pós-moderna ver: Teoria social pós-moderna – introdução crítica (EVANGELISTA, 2007).

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2. ed. Londrina: Praxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRUDA, Marcos. A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade. In. _____: **Bahia análise & dados**. V. 12, N. 1, 2002, p.47-56. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/entrevista-marcos-arruda-pdf-d296733698>>. Acesso em: 5 out. 2012.

_____. **Humanizar o infra-humano – A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Intercambiando visiones sobre una economía responsable, plural y solidaria**. 2008. Disponível em: <http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0427/Intercambiando_visiones_sobre_una_ec_resp__plral_y_solidaria.pdf>. Acesso em 5 out. 2012.

BARBOSA, Raquel de Moura. **Uma análise sobre os discursos que tratam do terceiro setor no Brasil: a ação das ONGs**. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina**. 1994. (Apostila). Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossi e/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca básica de serviço social, vol. 2, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BRASIL. **Atlas da economia solidária consolidado 2005/2007**. [base de dados online]. Brasília: TEM, SENAES, 2007a. Disponível em:

<<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. **Economia Solidária, outra economia acontece**: cartilha da campanha nacional de mobilização social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007b. Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/impresso3_cartilha_32pg_web.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. **Guia de orientações e procedimentos do SIES**: SIES 2009/2010. Brasília: MTE, SENAES, 2009. Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_01.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. Secretária de Orçamento Federal. **Orçamento da união exercício financeiro 2012**: projeto de lei orçamentária. Brasília: MPOG, SOF, 2012. Disponível em:

<http://www.cpers15nucleo.com.br/publicacoes/federal_diretrizes_orcamentarias2012.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: <

<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perpectiva, 2005.

CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Sobre a ilusória origem da mais-valia. In: **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: v.16, p.76 - 95, 2003.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de Souza. Sobre o capital e a mais-valia. In: CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: **Ensaio FEE**. v. 20, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1947>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CHÁVEZ, Hugo Frías. **Aló presidente nº 280**. Caracas: Ministerio del poder popular para la comunicación y la información, 2007.

_____. **Propiedad social, libertad individual y socialismo**. Aló presidente teórico 2. Caracas: Ministerio del poder popular para la comunicación y la información, 2009. Disponível em: <<http://cepep.org.ve/documentos/Poder-popular/bibliodocumentacion/Alo-Presidente%20Teorico2.Propiedad%20Social,libertad-individualysocialismo.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

COELHO, Teixeira. **O que é utopia?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Circulo do Livro, Ed. Brasiliense, 1980.

DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda: economia solidária, proger e juventude**. / DIEESE – São Paulo: DIEESE, 2009.

_____. **Anuário Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: Economia Solidária, Proger e Juventude**. / DIEESE – São Paulo: DIEESE, 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2007.

Engels, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1988.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Prefácio da edição inglesa do Manifesto Comunista de 1888. In: _____. MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria social pós-moderna: introdução crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FBES. **Carta de princípios da economia solidária**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 05 fev. 2013.

_____. **O fórum brasileiro de economia solidária (FBES)**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 5 mar. 2012.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José Luiz. **O consenso de Washington**. [Transcrição de palestra]. 1996. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/Ct_OW44d/Jose_Luis_Fiori_-_O_consenso_d.html>. Acesso em: 3 mar. 2012.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOURIER, Charles. **Le nouveau monde industriel et sociétaire**. (1829) [documento online]. Disponível em: <<http://www.lespressesdureel.com/ouvrage.php?id=26>>. Acesso em 5 mai 2012.

_____. **Théorie des quatre mouvements et des destinées générales**. (1808) [documento online]. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/fourier_charles/theorie_quatre_mouvements/theorie_4_mouvements.html>. Acesso em 5 mai 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Série sociedade e solidariedade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones historicas. In._____: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: Contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/70065737/Gaiger-Luiz-Inacio-La-Economia-Solidaria-y-EI-Capitalismo>>. Acesso em 15 out. 2012.

GERMER, Claus. A 'economia solidária': uma crítica marxista. In: GEDIÉL, José Antônio Peres. **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de pós-graduação em direito da UFPR, n. 1, p. 51 a 74, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric et al. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. **Marxismo e alienação – contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2002. Disponível em: <<http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** 1902. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: 5 out. 2012.

_____. Sobre las cooperativas. In._____: **Obras escogidas**. Tomo 3. Moscou: Editorial Progreso, 1979.

LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Ligações perigosas**: trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume, 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 10, n.spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 3 de mar. 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. O Objetivo final – Discurso ao congresso de Estugarda (1898). In: GERAS, Norman. **A actualidade de Rosa Luxemburgo**. Lisboa: Antidoto, 1978.

MALAGUTI, Manoel. **Crítica à razão informal**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In._____: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. 2000. Disponível em: <neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_gotha.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. Extracto da ‘Mensagem inaugural ao 1º congresso da A.I.T.’. In:_____. NAMORADO, Rui (Org.). **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1973a. p. 13 a 17.

_____. Extracto da ‘Crítica ao programa de Gotha’. In:_____. NAMORADO, Rui (Org.). **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1973b. p. 18 a 20.

_____. Extracto das ‘Resoluções do primeiro congresso da A.I.T.’. In:_____. NAMORADO, Rui (Org.). **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1973c. p. 21 a 22.

_____. Extracto de ‘O capital’ Livro III, Capítulo XVI, III, A função do crédito na produção capitalista’. In:_____. NAMORADO, Rui (Org.). **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1973d. p. 28 a 29.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O 18 brumário de Luis Bonaparte**. Publicações LCC eletrônicas. Disponível em: <www.culturabrasil.org/zip/18brumario/pdf>. Acesso em: 20 jun 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MENEZES, Maria Thereza C.G. **Economia Solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, Istiván. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1981.

_____. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 4, 2002. Disponível em: < www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, p. 41-49, 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

_____. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

OCB. **Princípios cooperativos**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 20 out. 2012.

OIT. **Global Employment Trends 2012**: Preventing a deeper jobs crisis. Genebra: OIT, 2011. Disponível em: < http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_171571.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.

_____. **R193 Promotion of Cooperatives Recommendation**. Genebra: OIT, 2002. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?R193>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Uma trajetória em companhia de Paul Singer. In: Souza, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

OWEN, Robert. **A New View of Society**. Londres: 1816a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/subject/economics/owen/index.htm>>. Acesso em 5 maio 2012.

_____. **An address to the inhabitants of New Lanark**. Londres: 1816b. Disponível em: <http://www.infed.org/archives/e-texts/owen_new_lanark.htm>. Acesso em 5 maio 2012.

_____. **Observations on the effect of the manufacturing system**. Londres: 1817a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/subject/economics/owen/observations.htm>>. Acesso em 5 maio 2012.

_____. **Report to the Committee of the Association for the Relief of the Manufacturing and Labouring Poor**. Londres: 1817b. Disponível em: <<https://webpace.utexas.edu/hcleaver/www/368/368owenrptcom.html>>. Acesso em 5 maio 2012.

_____. **Report to the County of Lanark**. Londres: 1821. Disponível em: <<http://archive.org/stream/reporttountyl00owengoog#page/n6/mode/2up>>. Acesso em 5 maio 2012.

PAGOTTO, Claudete. **Produção associada na era da precarização estrutural: a atuação das cooperativas de trabalho**. 2010. 241 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismo utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, Zahar Editores, 1977.

PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo**. São Paulo: Dessa, 1966.

RAMOS, Leonardo Cesar Souza. O conceito de sociedade civil. In: _____. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana**. 2005. Dissertação de mestrado PUC-RIO. Disponível em: <<http://www.lambda.maxwell.ele.puc-rio.br/acessoConteudo.php?nrseqoco=18563>>. Acesso em 15 de jan. 2013.

RAZETO, Luiz Migliaro. **La economía de solidaridad**. 1989. Disponível em: <<http://www.luisrazeto.net/content/la-econom%C3%ADa-de-solidaridad>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

RUSS, Jacqueline. **O socialismo utópico.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SAINT-SIMON, Claude-Henri. Du système industriel. 1821. In: **La physiologie sociale**:.Oeuvres choisies par Georges Gurvitch. Québec: 2003. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/saint_simon_Claude_henri/physiologie_sociale/st_simon_physio_sociale.pdf>. Acesso em 5 maio 2012

_____. Introduction aux travaux scientifiques du XIXe siècle. 1809. In: **La physiologie sociale**:.Oeuvres choisies par Georges Gurvitch. Québec: 2003. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/saint_simon_Claude_henri/physiologie_sociale/st_simon_physio_sociale.pdf>. Acesso em 5 maio 2012.

_____. Le nouveau christianisme. 1825. In: **La physiologie sociale**:.Oeuvres choisies par Georges Gurvitch. Québec: 2003. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/saint_simon_Claude_henri/physiologie_sociale/st_simon_physio_sociale.pdf>. Acesso em 5 maio 2012

_____. Lettres d'un habitant de Genève à ses contemporains. 1803. In: **La physiologie sociale**:.Oeuvres choisies par Georges Gurvitch. Québec: 2003. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/saint_simon_Claude_henri/physiologie_sociale/st_simon_physio_sociale.pdf>. Acesso em 5 maio 2012.

_____. L'organisateur. 1819. In: **La physiologie sociale**:.Oeuvres choisies par Georges Gurvitch. Québec: 2003. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/saint_simon_Claude_henri/physiologie_sociale/st_simon_physio_sociale.pdf>. Acesso em 5 maio 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Coleção reinventar a emancipação social para novos manifestos. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SARDÁ, Maurício; NOVAES, Henrique T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, Édi A. *et al* (ORG). **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. Volume 2. São Paulo: Outras expressões, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SESCOOP. **Panorama do cooperativismo brasileiro** – ano 2011. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. Entrevista: Paul Singer. **Teoria e Debate**. n. 35, jul/ago/set, 1997. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/entrevista-paul-singer>>. Acesso em 15 jan. 2013.

_____. **Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

_____. **Palestra de encerramento do curso de formação para gestores de políticas públicas de economia solidária**. Campinas-SP, 2012. Gravação: transcrição nossa.

_____. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil. In.:_____. CUT BRASIL. **Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999: 51-60.

_____. Prefácio. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia Socialista**. Socialismo em discussão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, André Ricardo de. Um exame da economia solidária. In._____: **Otra economía**. São Leopoldo: Unisinos, Julio-diciembre 2011, p. 173-184. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2011.59.05>>. Acesso em: 12 set. 2011.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é socialismo?** Coleção primeiros passos. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

TEIXEIRA, Aloisio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos** – os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca central.
Normalização de referências: NBR 6023:2002. Vitória: A Biblioteca, 2006.

_____. Biblioteca central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos.** Vitória: A Biblioteca, 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. Do Socialismo científico ao socialismo utópico.
In._____: VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. **O valor do Socialismo.** São Paulo: Expressão popular, 2007.

_____. **O valor do socialismo.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “Economia Solidária”.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.